



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
Palácio do Planalto, 05 de outubro de 2004**

Meu querido companheiro Gilberto Gil, ministro da Cultura,
Senhores embaixadores da Suíça, da Guatemala e da Áustria,
Minha querida Matilde Ribeiro, secretária especial de Políticas de
Promoção da Igualdade Racial,
Meu caro governador Lúcio Alcântara, do estado do Ceará,
Meu caro ministro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de
Justiça,
Senhor representante da Unesco no Brasil,
Senhor Antonio Augusto Arantes Neto, presidente do Instituto do
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,
Senhoras e senhores representantes dos movimentos culturais,
Meus amigos e minhas amigas,

Há pouco mais de uma semana, na inauguração da 26^a Bienal de São Paulo, afirmei que um país precisa, acima de tudo, de uma alma. Algo em que se possa acreditar, algo de que se possa orgulhar. Esta alma é a cultura que carregamos dentro de nós, é o que distingue essencialmente um povo de um simples amontoado de gente.

E ela chega até nós através do que recebemos de nossos pais, de nossos avôs, de nossos artistas eruditos ou populares, e de nossos intelectuais, os conhecidos e os anônimos.

Essas pessoas, que constroem e modificam a cada dia a nossa cultura, são o principal olhar do nosso povo. Elas nos ajudam, a todos nós, a enxergar além da neblina.



É exatamente com esse sentimento que participo hoje da abertura da exposição e participo do lançamento do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial Brasileiro.

Esta iniciativa é liderada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, seguindo as diretrizes de ação do Ministério da Cultura.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial permite identificar, reconhecer, promover e criar salvaguardas para a dimensão imaterial do patrimônio cultural. Pois a verdade é que boa parte da nossa cultura, eu diria até que a sua maior parte, não é feita de coisas que possamos guardar em museus ou preservar pelo tombamento histórico.

Esse patrimônio está, sim, nos nossos usos e costumes. Nas técnicas, nas músicas, nas festas que aprendemos com nossos antepassados e que até hoje nos fazem sentir, acima de tudo, brasileiros.

É justamente esse tipo de acervo que o Programa preserva e fomenta por meio de parcerias com instituições dos três níveis de governo, federal, estadual e municipal. E também com universidades, organizações não-governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento.

Um dos resultados desse esforço de preservação do nosso patrimônio imaterial acaba de ser apresentado aqui pelo Grupo de Samba Chula da Pitangueira. O trabalho desse grupo, que preserva a tradição do município de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano, está registrado no Dossiê Samba de Roda.

A ação é de tal importância que pode receber da Unesco o grau de Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.

Quero inclusive dizer às senhoras e aos senhores que é intenção do nosso governo ratificar a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. O Brasil participou ativamente das negociações que resultaram nesta Convenção. E tenho a certeza que ela se somará a



outros instrumentos internacionais de caráter multilateral destinados à preservação do patrimônio cultural e natural da humanidade.

Ao assumirmos esta posição perante a comunidade internacional, estamos reafirmando nossos ideais e nossa prática em defesa da diversidade cultural e do desenvolvimento sustentável.

Minhas amigas e meus amigos,

No nosso governo, a cultura e a produção cultural são também consideradas fatores de geração de renda e emprego, de inclusão social e de cidadania.

Elas fortalecem e renovam o vigor da nossa sensibilidade individual e coletiva, e nos dão muito melhores condições para enfrentarmos soberanamente os desafios e as oportunidades do processo de globalização.

Insistimos, portanto, na importância da cultura não só como elemento de identidade nacional, mas também como força necessária e indispensável à consolidação do nosso projeto de desenvolvimento de longo prazo.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial Brasileiro que lançamos aqui, hoje, é mais um dos muitos passos que o nosso governo está dando nessa direção.

Meus parabéns ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e ao Ministério da Cultura.

Meus parabéns aos milhares de artistas e intelectuais, anônimos ou famosos, que diariamente preservam e constroem a nossa cultura. Sobretudo, meus parabéns, querido Gilberto Gil.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço
na Embaixada da Espanha**

Brasília-DF, 06 de outubro de 2004

Eu quero cumprimentar o Embaixador da Espanha e a sua esposa,
Cumprimentar os artesãos e as artesãs que vieram fazer sua exposição
aqui,

Certamente, cumprimentar os governadores pela colaboração e pela
amostragem dos seus estados,

Os ministros que estão aqui presentes,

Os senadores,

Os deputados,

Quero dizer que esta exposição, que já está sendo visitada por muita
gente, mas que está tendo a abertura oficial hoje, é um pouco daquilo que o
Brasil tem para mostrar ao mundo.

No ano passado, em conversas que eu tive com o meu amigo Celso
Amorim, eu dizia para ele que era importante que a gente pudesse fazer com
que cada governador de Estado pudesse fazer no Itamaraty uma exposição de
parte do que o povo nordestino é capaz de produzir, e de outros estados do
Norte do país também, para que a gente pudesse mostrar a todos os visitantes
estrangeiros que vêm ao Brasil um pouco da nossa arte, um pouco da nossa
cultura.

Eu sei que o embaixador Coderch mandou carta para muita gente. As
coisas nem sempre são fáceis de fazer. Muitas vezes, entre a vontade política
e a coisas se concretizarem, leva um tempo. Mas eu ainda sonho que em cada
país que a gente visite, daqui para frente, a gente possa fazer uma exposição



mais forte das coisas que o Brasil pode produzir.

E como eu conheço bem o artesanato nordestino, como há muito tempo eu acompanho isso, eu acho que tem poucas coisas capazes de competir com a criatividade do povo do Nordeste brasileiro e do povo do Norte do país. Entretanto, essas coisas têm que ser mostradas porque, muitas vezes, nós mostramos apenas aquilo que não temos como consertar, e aquilo que nós sabemos fazer com a melhor qualidade, nem sempre temos políticas públicas oficiais para cuidar. Muitas vezes, fica dependendo do trabalho de ONGs; muitas vezes, fica dependendo de pessoas com sensibilidade como o Embaixador que, com essa atitude, demonstra o aperfeiçoamento das relações entre Brasil e Espanha e, sobretudo, a preocupação social de trazer para a capital do país aquilo que melhor o nosso povo tem, que é a sua criatividade.

Acho que esta exposição pode, quem sabe, despertar cada um de nós que está aqui, sobretudo o Ministro do Turismo, que também está aqui. Porque, muitas vezes, quando a gente mostra o turismo, a gente mostra a bela praia, a bela cidade, um belo prédio, a cidade histórica. Eu acho que a gente colocar do lado o nosso artesanato, a gente estará dando uma contribuição para o turismo, tão relevante quanto mostrar uma bela praia.

Eu penso que nós estamos num processo de aprendizado, nós não temos que achar que podemos fazer em pouco tempo aquilo que durante anos não foi feito; até regulamentar a profissão, todos nós temos que pensar porque não foi feito antes e tentar recuperar o tempo perdido, tentar fazer com que o mundo conheça um pouco daquilo que nós, brasileiros, sabemos fazer.

Todo mundo sabe do meu orgulho, quando eu viajo, se alguém fala bem das coisas brasileiras. Eu tive o prazer de ouvir, em Nova Iorque, a vice-presidente da Ford; tive o prazer de ouvir, em Genebra, o presidente da Mercedes Benz e tive, outro dia, o prazer, aqui, em Brasília, de ouvir três grandes empresários de multinacionais dizerem que fizeram pesquisas nos países onde suas empresas estão e os trabalhadores mais qualificados e de



muito mais criatividade são os trabalhadores brasileiros. Inclusive, a surpresa da representante da Ford pelo pouco tempo que os baianos de Camaçari levam para aprender aquilo que nós, no ABC, levamos muito tempo para aprender, no começo da indústria automobilística.

Quem vê essas obras, quem vê essas peças que vocês fizeram, quem vê esses móveis que vocês fizeram, não tem dúvida de que o que vocês precisam é apenas que a gente abra os espaços necessários para vocês dizerem: nós existimos, nós sabemos fazer da melhor qualidade e nós queremos viver às custas da nossa arte, às custas do nosso conhecimento, às custas da nossa própria capacidade.

Eu queria dar os parabéns a todos vocês, sobretudo ao Embaixador, que teve a exuberante idéia de fazer, aqui, num pedacinho da Espanha dentro do Brasil, uma interação entre a Espanha e o Nordeste brasileiro. Quem sabe o Embaixador consiga levar esta exposição para a Espanha; quem sabe, ainda vai ser melhor. Quero agradecer aos artesãos e às artesãs que trabalharam.

Eu acho que isso aqui nos dá orgulho, nos dá a certeza de que este país tem tudo para deixar de ser um país em vias de desenvolvimento para ser um país definitivamente grande, respeitado e desenvolvido. Porque todos nós temos que acreditar. É preciso apenas consertar o que falta para que as coisas entrem no eixo.

Meus parabéns. E, sobretudo, meus parabéns aos governadores que cá vieram premiar a sua gente, que é motivo de orgulho para cada estado.

Meus parabéns. Está, portanto, aberta a exposição da junção Nordeste e Espanha.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação da agenda das ações preparatórias da comemoração do Dia Mundial da Alimentação

Palácio do Planalto, 07 de outubro de 2004

Eu quero, mais uma vez, cumprimentar o nosso amigo Jacques Diouf, diretor-geral da FAO,

O nosso querido ministro Patrus,

Os nossos companheiros Celso Amorim, Roberto Rodrigues, Ciro Gomes, ministro Dulci e José Fritsch,

Quero cumprimentar o representante da FAO no Brasil, o nosso amigo Tubino,

Quero cumprimentar o nosso querido Chico Menezes, presidente do Consea,

Quero cumprimentar todos os membros do Conselho de Segurança Alimentar,

Os empresários,

E os nossos amigos que estão participando deste evento,

Eu devolvi o meu discurso porque eu acho que todos nós estamos com fome, e no Dia Mundial, na semana em que a gente comemora a Semana Mundial da Alimentação, a gente não pode ficar falando muito.

Eu queria apenas dizer algumas coisas ao meu amigo Diouf e às pessoas que estão comprometidas com a luta contra a fome.

Primeiro, nós temos que estar convencidos que nós precisamos transformar a fome num problema político. E transformar a fome num problema político não é discutir apenas o problema da fome, é discutir o modelo de desenvolvimento das nações, é discutir a biodiversidade do Planeta, é discutir



as políticas de microcrédito que temos para as pequenas empresas, é discutir que tipo de agricultura familiar e que tipo de organização nós temos; é discutir que tipo de crédito e que tipo de modelo de desenvolvimento nós queremos para os pequenos agricultores, nos países em vias de desenvolvimento; é discutir a geração de empregos; é discutir não apenas a questão da fome; a fome, na verdade, é o resultado da inexistência dessas outras políticas.

E nós estamos convencidos que é preciso muita teimosia, é preciso muita perseverança da nossa parte para convencer um país em desenvolvimento, ou para convencer uma pessoa que nunca passou fome a se preocupar com os que estão passando fome.

Eu não acho que as pessoas não se preocupam porque não são humanas, não têm o coração bom; é porque não está no seu cotidiano a discussão da fome. Imaginem convencer um político europeu, um político americano, ou mesmo um político saído das classes mais abastadas do Brasil a se preocupar com a fome. Não está no seu cotidiano, ele não passa por isso, no seu dia-a-dia. Então, ele não tem nenhuma razão de estar preocupado. Os que passam fome é que precisam fazer com que eles entendam.

Como os que passam fome não têm muita possibilidade de se organizar, porque quem está com fome não tem sindicato e não tem, muitas vezes, nenhuma organização, essas pessoas precisam de ajuda. Nós temos que juntar, no mundo, aqueles seres humanos que se preocupam com isso e começar a gritar, começar a bradar bem forte, para que as pessoas comecem a perceber que esses seres humanos existem.

É por isso que eu faço questão de repetir sempre que a fome é a arma mais mortífera que nós temos, hoje, no planeta Terra. Não tem arma química que destrua mais do que a fome. Nenhuma guerra destrói tanto quanto a fome está destruindo. Numa guerra matam-se soldados, a fome mata crianças e, muitas vezes, ainda no útero da mãe, quando não mata a mãe junto. Mata



crianças com meses de idade, com dias e com poucos anos. E, se não mata, debilita.

É por isso que a Organização Mundial da Saúde afirma que num país do tamanho do Brasil nós temos, no mínimo, 16 milhões de pessoas com algum problema de deficiência mental, muitas delas decorrentes da fome, decorrentes da falta de nutrição no momento certo.

Então, meu caro Diouf, o desafio é muito grande. É muito grande, muito difícil. Eu digo sempre que aqui, no Brasil, nós temos condições, temos vontade política, temos os recursos, temos tecnologia, temos terra, temos agricultores para que a gente resolva esse problema. Esse problema não pode acontecer no Brasil, em hipótese alguma.

Eu acho que Deus, quando fez a maquete e projetou o mundo, não poderia um país ter sido mais beneficiado que o Brasil e, portanto, nós temos todas as condições. E espero terminar o meu mandato no dia 31 de dezembro, atendendo os números que eu me propus atender, que eram os dados do IBGE. Espero até que não tenha mais tantas pessoas passando fome, porque como a economia está crescendo e o emprego voltou a crescer, eu acho que vai ter menos gente, até lá. Mas se não acontecer isso, nós vamos atender aos 11 milhões de famílias que nos propusemos atender. Este ano, chegaremos a 6 milhões e meio de famílias; no ano que vem, chegaremos a 8 milhões e 700 mil famílias; em 2006, chegaremos às 11 milhões de famílias previstas.

Mas não é apenas isso. Quando o Patrus citou ali o aumento da merenda escolar, que para o próximo ano será de 18 centavos, parece pouco, mas é importante lembrar que quando foi criado, em 1993, era 13 cents de dólar. E o dólar valia quase 1 real. Um real valia um dólar. Só que depois o dólar passou a valer 4 reais, agora está valendo 2,80 e continuou 13 cents, não de dólar, mas de centavos de reais. Então, nós estamos reajustando, para o começo do próximo ano, em 40%. É o primeiro reajuste desde 1993. O Chico, do Consea, ficou muito feliz com isso. E eu espero que os outros também.



Mas, mais importante do que isso, o nosso ministro Patrus também falou *en passant* – você não vai precisar traduzir o *en passant* – eu, realmente, preciso aprender a não burlar o protocolo... mas, uma coisa importante que aconteceu este ano e que nós estamos provando que é possível fazer, não custa tanto, é preciso apenas determinação, é a agricultura familiar que nós estamos priorizando, porque a chamada agricultura empresarial já não tem mais medo de competir com nada que exista no mundo, porque temos tecnologia e competência para produzir em quantidade e qualidade mais do que qualquer país do mundo. Mas, na agricultura familiar nós estamos dando uma atenção especial, é por isso que nós colocamos mais crédito. É por isso que nós estamos comprando nas regiões mais empobrecidas do país a agricultura dos pequenos agricultores; é por isso que nós criamos o Seguro Agrícola e um seguro agrícola diferenciado, em que o produtor vai ao banco, toma o dinheiro emprestado, faz o seu seguro e, se perder toda a sua plantação, ele não apenas terá a cobertura total do seguro, como ainda vai receber 65% daquilo que seria o lucro que ele ia ter com o resultado da sua colheita, para que possa tocar a sua vida no ano que vem. Ou seja, estamos tentando dar ao pequeno produtor exatamente a importância que ele tem para continuar produzindo no campo. Porque não é só cuidar da biodiversidade, é dar, é utilizar todo o potencial da multifuncionalidade da terra, para que ele possa produzir mais, para que ele possa gerar mais riqueza, mais produtos, e que possa ganhar um pouco mais de recursos.

Além disso, nós fizemos uma coisa importante, para valorizar a mulher também, que está incluída na Política de Combate à Fome, que foi a necessidade da mulher também ter o seu financiamento. Se o marido fizer um financiamento, a mulher pode ir ao banco e fazer um outro financiamento, sem precisar do marido para dizer: “Faz ou não faz”. Ela vai poder fazer, o que é uma política de valorização da mulher no nosso país. Essas são políticas que estão começando e nós acreditamos que vão dar resultados extraordinários.



É por isso que nós temos insistido, em fóruns internacionais, na questão do combate à fome. Eu sei que é muito difícil convencer uma pessoa a dar 1 real, 1 dólar ou 1 yen para combater a fome, se ela não sabe para onde vai o seu dinheiro.

Esse negócio de combater a fome é menos bravata, é menos discurso ideológico. É, na verdade, falar com o coração das pessoas. É falar com aquilo que o ser humano tem de mais sagrado, que é a sua sensibilidade. Não adianta ficar nervoso porque o presidente Bush não concorda com o Fundo de Combate à Fome. Não adianta ficar de cara feia, é preciso que a gente o convença disso, é preciso que a gente convença aqueles que não estão convencidos e faça aqueles que estão convencidos contribuírem. Porque, em encontros internacionais, tem muita gente que concorda com tudo na teoria mas, na prática, as coisas não andam, demora. E Vossa Excelência, como Presidente da FAO, sabe como é difícil. Então, nós estamos tentando fazer uma coisa em que mexemos com os corações das pessoas.

Eu sempre disse e vou repetir aqui: não é possível resolver os problemas do mundo apenas com a sabedoria da nossa mente. É preciso que a gente utilize 50% da nossa inteligência mental, mas que use 50% do nosso coração, da inteligência do coração, para que a gente possa mexer com as pessoas.

E esse é um papel que não depende de um país, de dois países ou de vários países. É preciso que as ONGs se metam nisso, é preciso que as igrejas se metam nisso, é preciso que os partidos políticos se metam nisso, é preciso que os sindicatos entrem nisso. Não pode ser um problema menor.

E, quando todo mundo estiver discutindo isso, podem ficar tranquilos que os partidos políticos vão ficar sensíveis, que os governantes vão ficar sensíveis, que os parlamentos vão ficar sensíveis e que nós vamos conseguir dar um salto de qualidade extraordinário.



É com essa idéia que eu trabalho. Muitas vezes, meu caro Diouf, nem os próprios países pobres têm uma definição clara do projeto de que eles precisam. Nós temos que ajudá-los a pensar, a discutir, para que a gente dê mais objetividade aos projetos, para que a gente possa, efetivamente, convencer as pessoas.

Eu aprendi com o meu companheiro Palocci que não é o dinheiro que faz a grande obra, é o bom projeto que faz o dinheiro. E serão os bons projetos que vão garantir a solidariedade, que vão garantir o comprometimento das pessoas.

Aqui no Brasil, no ano passado, nós tivemos uma experiência rica. Nós conseguimos, através do trabalho imenso do nosso companheiro Oded Grajew, juntar 1 milhão e 600 mil dólares de empresários brasileiros ou de empresários de empresas estrangeiras, aqui no Brasil, e estamos começando um primeiro projeto na Guiné Bissau. É uma primeira experiência. E se a gente trabalhar diretamente, a gente pode convencer outros empresários a dar, a gente pode convencer outros governos a entrar nisso.

É por isso que nós precisamos criar um movimento, que não é um movimento... Eu posso te dizer, meu caro Diouf, da experiência brasileira. Eu estou com 59 anos de idade – quem quiser me dar presente, eu faço, no dia 27, 59 anos – o povo brasileiro é muito inteligente e poucas vezes, na história deste país, eu vi um movimento de solidariedade como nós vimos nessa política de combate à fome, poucas vezes.

Ainda ontem, recebi o pessoal de uma associação riquíssima, de Minas Gerais, a ABCZ, que é uma associação de criadores de gado zebu. No leilão, eles arrecadaram 188 toneladas de comida para o programa Fome Zero.

Estão acontecendo coisas extraordinárias no Brasil que o governo não tem nem controle, e é bom que não tenha mesmo. Tem shows de artistas, tem peças de teatro, tem jogo de futebol, tem escola de samba, tem quermesse nas igrejas e todos incluem a arrecadação de alimentos no pagamento da entrada



desses shows e todos estão arrecadando de forma extraordinária, e entregando para uma comunidade. O Presidente da República não tem que saber quem está recebendo, o Presidente da República tem que saber que as pessoas estão comendo, é isso que, no fim, me interessa. É por isso que eu acredito nessa política de solidariedade, eu acredito que nós temos condições de mexer com corações e mentes.

Acontece que, muitas vezes, em países pobres, tem presidentes que não estão preocupados com a fome. Não é uma prioridade zero, não é uma prioridade acabar com isso, e com fome as pessoas não podem fazer mais nada. Com fome você não trabalha, você não estuda, você não tem nada. Então, eu acho que a FAO pode sair do Brasil com a seguinte convicção: nós vamos cumprir com a nossa meta. Queremos que o cumprimento das nossas metas sirva como exemplo para que outros países iguais ao Brasil possam cumprir. O Brasil não precisa pegar um único dólar de nenhum fundo internacional de combate à fome, porque eu acho que o Brasil tem condições de resolver o seu problema. O Brasil tem que ser contribuinte e não tomador de empréstimos desses fundos. Nós, inclusive, estamos criando um prêmio em que a gente vai premiar as prefeituras brasileiras que melhor cumprirem as Metas do Milênio. Cada ministro do meu governo vai ter que instituir um prêmio para a Educação, para a Saúde, para a Secretaria da Mulher, para que a gente possa ter a certeza de que, quando chegarmos em 2015, vamos analisar as Metas do Milênio, e eu quero ter o prazer de, pelo menos, chegar – qualquer que seja o governo, qualquer que seja o Consea, qualquer que seja a autoridade brasileira – e poder dizer: no Brasil, nós estamos vencendo os desafios colocados nas Metas do Milênio.

Podem trabalhar com a certeza de que a FAO tem, no governo brasileiro, em todo o governo brasileiro, e eu diria que tem numa grande parcela da sociedade organizada do Brasil, um parceiro de todas as horas para que a gente enfrente esse mal perverso, que é a fome no mundo.



Muito obrigado a vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de reativação das linhas internacionais do Correio Aéreo
Nacional**

Base Aérea de Brasília, 07 de outubro de 2004

Meu caro embaixador José Viegas, ministro de Estado da Defesa,
Meu caro Celso Amorim, ministro de Estado das Relações Exteriores,
Meu caro Guido Mantega, ministro do Planejamento,
Tenente-Brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, comandante da
Aeronáutica,

Ministra Elianne Cibils Arslanian, encarregada de negócios da
Embaixada do Paraguai,

Tenente-Coronel Aviador Ricardo de Oliveira Braga, comandante do
FAB 2520,

Senhoras e senhores,

A integração nacional, a união deste Brasil imenso, por meio de
transporte e de comunicação, foi certamente um de nossos maiores feitos
históricos.

Sua conquista se deve à coragem e à ousadia de gerações de
brasileiros, exploradores, tropeiros e cidadãos comuns que desbravaram os
sertões em busca de uma vida melhor. Mas, também, deve muito a iniciativas
como o Correio Aéreo Nacional.

Com aeronaves limitadas, informações meteorológicas escassas e
mecanismos de navegação que pouco ou nada ajudavam, nossos aviadores
começaram a integrar as distantes regiões do Brasil na década de 1930.

O CAN, produto da visão geopolítica de homens como Eduardo Gomes,
Lemos Cunha, Casimiro Montenegro, Néelson Freire Lavenére-Wanderley e



tantos outros mudou a vida de quem morava no interior distante.

As máquinas voadoras que atingiam as pequenas pistas de pouso transportavam progresso, informação e esperança a regiões pouco conhecidas do nosso país. Aos poucos, o regionalismo foi cedendo espaço ao sentimento nacional.

Nossa diversidade cultural, agora integrada, fez crescer a consciência entre os brasileiros e brasileiras, não só de sua imensa riqueza como também da necessidade de se preservar um ideal comum.

Acima de tudo, o desprendimento e o amor ao próximo serviram de estímulo para ratificar que o céu não é uma fronteira, mas sim um espaço de união e integração.

Hoje, a Aeronáutica conta com tecnologia sofisticada, máquinas modernas, avançados dispositivos de navegação e de comunicação, além de previsões meteorológicas precisas. Dispomos, enfim, de todo um arsenal de recursos que resulta em alta segurança para a atividade aérea.

Minhas senhoras e meus senhores:

Apesar de todo esse enorme avanço, ainda existem regiões distantes de nosso país onde o processo de desenvolvimento não está inteiramente consolidado.

Manifestei, portanto, ao Comandante da Aeronáutica a necessidade de darmos continuidade à nobre missão do Correio Aéreo Nacional.

Trata-se de levar o médico, o remédio, a informação e os recursos mínimos que são necessários para uma vida digna nas comunidades isoladas.

Priorizando o apoio às populações da região amazônica, o nosso governo inaugurou as rotas do Acre, do Rio Juruá e do Rio Purus reativando o Correio Aéreo Nacional que estava paralisado desde os anos 90.

Uma segunda etapa desta reativação está sendo cumprida hoje. O Correio Aéreo Nacional volta a estabelecer uma linha internacional. Com ela, aprofundaremos nossa estratégia de integração com os países vizinhos. E



teremos um canal próprio de transporte e de comunicação entre o Brasil e nossas representações nos países do Mercosul.

Este vôo inaugural das linhas internacionais do Correio Aéreo interliga as cidades de Brasília, Assunção, Buenos Aires e Montevideu. Para tanto, a Aeronáutica empregará uma das melhores e mais modernas aeronaves do seu acervo, o Embraer 145, atestando a condição de vanguarda da nossa indústria.

As aeronaves do Correio Aéreo Nacional carregarão consigo o mesmo espírito pioneiro dos Bandeirantes-do-Ar. E as asas de nossa Força Aérea Brasileira levarão junto a presença de um Brasil forte e consciente, que caminha firme e com lucidez, rumo ao lugar de destaque que merece no cenário mundial.

Meus amigos e minhas amigas,

Quero dar os parabéns à Aeronáutica. E que as tripulações do CAN sempre encontrem “céus de Brigadeiro” em suas jornadas de paz, integração, amizade e solidariedade.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com prefeitos do Bureau Executivo de Cidades e Governos Locais Unidos.

São Paulo, 08 de outubro de 2004

Minha querida companheira Marta Suplicy, prefeita da cidade de São Paulo,

Meus companheiros prefeitos que dirigem esta entidade que poderíamos chamar de uma verdadeira Nações Unidas das Cidades, reunidas, aqui, na cidade de São Paulo,

Meu querido companheiro Aloizio Mercadante, senador da República,

Meus amigos prefeitos e prefeitas de todas as cidades do mundo, aqui presentes,

Em 1996, numa campanha política para prefeitos, que fizemos no Brasil, um compositor brasileiro muito importante, escreveu uma música para o meu Partido. E essa música começava mais ou menos assim: “uma cidade parece pequena se comparada a um país, mas é na minha, é na sua cidade que se começa a ser feliz.” E essa música teve um extraordinário sucesso, porque antes de nós vivermos num continente, num país, numa província ou num estado, nós moramos numa cidade.

E é exatamente na cidade onde o povo tem mais facilidade de cobrar, muitas vezes, políticas públicas que não são sequer da responsabilidade dos prefeitos, que são da responsabilidade dos governadores, do presidente da República, dos secretários de Segurança Pública e de tantas outras autoridades. Mas é na cidade que o povo mais tem facilidade de encontrar o prefeito, de encontrar o secretário, de encontrar o vereador e, portanto, fica muito mais fácil a ligação direta entre o ser humano e o poder local.



E isso fez com que, ao tomar posse como presidente da República, nós assumíssemos a responsabilidade de transformar as cidades brasileiras num ente federativo. O que é isso? No Brasil, habitualmente, as cidades não eram levadas em conta. Só para vocês terem uma idéia, todo ano tem marcha de prefeitos para Brasília, para reivindicarem melhorias para as cidades, reivindicarem dinheiro para a saúde, para a educação. E eu fui o primeiro presidente da República a receber, não apenas as entidades dos prefeitos brasileiros, como todo o governo – do Presidente da República ao Ministro das Cidades, Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento, Ministro da Casa Civil – todos, fomos a dois encontros que os prefeitos fizeram no Brasil, onde tinha mais de dois mil prefeitos das cidades brasileiras. E o governo federal foi fazer os debates, foi responder às perguntas e foi estabelecer uma relação civilizada entre o governo federal e as cidades brasileiras.

Antes de nós, os prefeitos não eram recebidos, antes de nós, em alguns momentos, colocaram policiais e cachorros para receberem os prefeitos em Brasília. E nós provamos que governar não é apenas exercer o poder pela força do poder, é exercer o poder pela força da autoridade, do exercício da democracia, do diálogo e da conversa franca e aberta com aqueles que têm tanta responsabilidade quanto o presidente da República, porque estão governando as suas cidades.

Foi exatamente no nosso governo que nós criamos, junto à Presidência da República, na Casa Civil, um departamento para cuidar apenas dos interesses das prefeituras no Brasil. Qualquer prefeito brasileiro que quiser conversar com o governo federal, tem um departamento no gabinete da Casa Civil, portanto, no mesmo andar do presidente da República, para colocar os seus problemas, as suas reivindicações e, quem sabe, fazer as reclamações que tem que fazer no governo federal.

Segundo, na Caixa Econômica Federal, e está aqui o presidente da Caixa Econômica, que é a instituição financeira que mais financia habitação e



saneamento básico, foi criada uma sala especificamente para atender os prefeitos, portanto, os prefeitos não têm que ficar implorando a um deputado para ter uma audiência com a Caixa Econômica Federal. Ele tem uma sala, dentro da Caixa Econômica Federal, onde é tratado de forma civilizada e com a dignidade com que um ente federativo deve ser tratado nas relações entre os poderes institucionais do nosso país.

E, por conta disso, no último encontro dos prefeitos em Brasília, tinha aproximadamente 2 mil prefeitos e todas as entidades representativas de prefeitos no Brasil, e foi com muito orgulho que, estando na mesa, eu pude ouvir dos presidentes das três entidades que representam os prefeitos brasileiros, o agradecimento pelo fato do governo ter atendido 90% das reivindicações que tinham feito no ano anterior. E será com muito orgulho ainda que, no próximo ano, estarei, eu e todo o meu governo, no próximo encontro dos prefeitos, para saber se nós atendemos mais reivindicações do que nós fizemos no ano passado.

Isso, não estamos fazendo nenhum favor, apenas estamos exercitando a democracia na sua plenitude. No Brasil, habitualmente, tratava-se com governadores, mas não se tratava com prefeitos. E nós queremos tratar com prefeitos igual tratamos com governadores. Aliás, alguns recursos que antes eram passados para os governadores, para que os governadores repassassem depois para os prefeitos, nós estamos repassando diretamente para os prefeitos, para que a gente não precise ter a intermediação política dos recursos que o governo federal passa para as cidades brasileiras.

Por conta dessa nova relação, eu posso dizer para vocês que, em apenas 19 meses de governo, o que nós liberamos ou contratamos para saneamento básico, é 14 vezes mais do que foi liberado de 1997 a 2002; e seis vezes mais do que foi liberado de 1995 a 2007. Portanto, em apenas um ano e meio, nós contratamos mais recursos para saneamento básico do que tudo que tinha sido feito neste país nos últimos sete anos, numa demonstração de que,



no Brasil, muitas vezes predominou a idéia de que obras de saneamento básico não eram importantes, porque você tem que enterrar as manilhas e os tubos e, possivelmente, você não possa fazer propaganda, colocando o seu nome ou o de algum parente embaixo da terra, portanto, não se cuidava com carinho do saneamento básico.

Nós achamos que cuidar do saneamento básico é cuidar da saúde, porque para cada real que a gente invista em saneamento básico, a gente estará economizando três reais na área da saúde. E nós dizemos sempre que é muito mais barato evitar que as pessoas fiquem doentes do que curá-las depois que elas já estão doentes.

Entre 1995 e 2002, no nosso país, praticamente 300 mil crianças morreram por doenças adquiridas por falta de saneamento básico nas grandes regiões metropolitanas do nosso país. Nós, então, acreditamos que a relação do governo federal com as cidades brasileiras precisa ser cada vez mais próxima, precisa ser, cada vez mais, um processo de integração para que os prefeitos e as prefeitas possam, sobretudo, ajudar na definição da construção tanto do Orçamento da União quanto na definição das políticas públicas que o governo federal tem que executar no nosso país.

Essa é um pouco da relação que nós estabelecemos com as prefeituras brasileiras. Eu digo sempre que se nós quisermos saber como é a relação do nosso governo com as prefeituras, não precisa conversar com nenhum prefeito do PT, é importante pegar prefeituras de outros partidos. E pode ir ao Rio de Janeiro e falar com o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, que é prefeito de um partido antagônico ao PT. E esse prefeito vai dizer a vocês que em 12 anos de vida pública no Rio de Janeiro, nunca um governo tratou essa cidade com o carinho com que o governo federal tem tratado, repassando não apenas os recursos, mas estabelecendo convênios na política de transferência de renda, não apenas com as cidades governadas por nós, mas com todas as cidades que tenham políticas de transferência de renda mínima.



Nós fazemos parceria, temos apenas um cartão magnético construído e distribuído pela Caixa Econômica Federal, onde nós não queremos o nome do governo federal. No cartão está o nome do governo federal, o nome do governo do estado, o nome do prefeito da cidade porque, para nós, o que interessa não é quem é o pai da criança, o que interessa é que a criança esteja recebendo o tratamento adequado que a administração pública tem que dedicar às nossas crianças.

E quando eu participo de um encontro dessa magnitude, onde vejo prefeitos de cidades extremamente importantes, não apenas pela sua dimensão econômica, mas pelo alto estágio de civilização que já conquistaram, pelo alto estágio na qualidade das políticas públicas que já implementaram, eu só posso dizer que vocês têm muito para ensinar a nós, brasileiros e nós temos muito a aprender com vocês.

Mas, ao mesmo tempo, é importante que a gente saiba que pode fazer muito mais, e que nesse mundo globalizado, política externa não pode ser feita apenas pelo presidente da República ou pelo Itamaraty. É preciso que as cidades, em cada país do mundo, estabeleçam uma relação como vocês estão estabelecendo, aqui, para que tenhamos uma ação cada vez mais forte, para que vocês possam ter ingerência nas decisões públicas de cada presidente da República, nas decisões das Nações Unidas, nas decisões da OMC e, por fim, nas decisões de todos os organismos multilaterais que existem, hoje, no mundo.

Vocês não podem se contentar em achar que o papel de vocês é apenas administrar uma cidade e deixar a política maior por conta de outras autoridades. Obviamente, tem uma hierarquia, mas essa hierarquia não precisa ser desrespeitada para que os prefeitos tenham uma ação política mais ousada, mais internacionalizada, e que a gente possa trabalhar juntos, por exemplo, na questão do combate à fome.

E quando eu digo trabalhar junto na questão do combate à fome, eu digo



que se os prefeitos não assumirem a responsabilidade de uma ação concreta na política de combate à pobreza, nós teremos muito mais dificuldades do ponto de vista de governo federal, do que se essas cidades assumirem. E quando eu digo as cidades assumirem, é porque vocês podem fazer muito mais. Nós, aqui, no Brasil, por exemplo, vamos instituir um prêmio para a semana de 9 a 15 de agosto do próximo ano, onde cada ministério ligado a uma das áreas das Metas do Milênio, vai entregar prêmios às melhores experiências nas cidades, por exemplo, na área da saúde, na área de educação, na área da mulher, na área da igualdade racial, na área da habitação, na área da nutrição infantil, para que a gente possa incentivar cada prefeito. Se assumirem o compromisso de cumprir as Metas do Milênio, ficará muito mais fácil para nós chegarmos em 2015 e constatarmos que somos capazes de cumprir o protocolo de intenção tão bem assinado em Roma, no ano de 2000, por quase 160 chefes de Estado que assinaram esse documento.

No encontro que nós tivemos nas Nações Unidas, com a participação muito efetiva dos presidentes Chirac, Zapatero, Lagos, do Chile; e com mais de 60 presidentes, entre presidentes da República, chefes de Governo e ministros. Assinaram o documento, praticamente 113 governantes do mundo inteiro, o que é um feito inusitado para as Nações Unidas. Levar o tema da fome significa transformar este tema num tema político e, na hora em que virar um tema político, por mais que seja insensível, um presidente da República há de se convencer que o mundo desenvolvido e, mesmo nós brasileiros, que temos muita gente pobre, temos a obrigação de ajudar os países mais pobres do que nós, afinal de contas, muitos dos países pobres foram colônia há pouco tempo atrás.

Alguns se libertaram ainda no século XX, portanto, a responsabilidade pelas políticas públicas, sociais, pelas políticas de desenvolvimento, não são apenas dos países pobres. Os países ricos precisam assumir a responsabilidade e eu tenho dito publicamente: não precisa dar dinheiro, não é



preciso dar dinheiro, se tem uma cidade que precisa de uma clínica, construa a clínica. Vamos construir através de um organismo multilateral. Se tiver uma cidade que precisa de uma escola, vamos construir a escola, não precisa dar dinheiro.

O que nós não podemos é ficarmos paralisados, alheios ao problema do crescimento da pobreza, sobretudo, em países da África, em países da América Latina, em alguns países do Caribe, como eu tive oportunidade de visitar, há pouco tempo o Haiti. Não adianta apenas pensar em eleição direta no Haiti, não adianta pensar apenas em eleger um presidente no Haiti, porque se a gente não tiver uma atitude de ajudar a combater a miséria estabelecida naquele país, não há democracia que resista ao Haiti. E assim vale para os outros países, para as outras cidades.

Eu quero terminar dizendo para vocês o que eu disse ontem no encontro da FAO. Eu, pelos prefeitos do PT que conheço, aqui, no Brasil, nós temos gente da mais alta inteligência, temos os melhores técnicos que o mundo produziu, temos os melhores contadores que a universidade do mundo produziu. Aqui, no Brasil, e nas cidades de vocês.

Agora, qual é o apelo que eu faço? É que não é possível a gente governar a nossa cidade, o nosso estado, o nosso país apenas com a sabedoria do nosso cérebro. É preciso que a gente reparta um pouco dessa sabedoria com a sabedoria do nosso coração. É preciso deixar que o coração, muitas vezes, fale mais alto, porque quem está perto de nós para reivindicar alguma coisa, muitas vezes, não são as pessoas que mais necessitam, não são as pessoas que precisam receber as políticas públicas. Muitas vezes, os que votaram em nós não conseguem nem chegar perto, não conseguem nem marcar uma audiência, e muitas vezes outros são tratados, eu diria, com uma certa benevolência, enquanto os pobres que passam fome, não estão organizados em sindicatos, não estão organizados em partidos políticos, não estão organizados em nenhuma ONG. Eles estão à espera de que nós – que



comemos três vezes por dia, que tomamos café, almoçamos e jantamos todo dia – estendamos a mão e façamos com que eles conquistem o direito bíblico, o direito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e que está na Constituição de todo país: o direito de comer, que é um direito sagrado a toda a vida animal no mundo. Portanto, eu acho que as prefeituras têm um papel extraordinário, um papel exuberante, eu diria, mais importante do que qualquer prefeito possa imaginar que tenha.

O que nós precisamos é exercer, não o poder da força, o poder da caneta, mas a autoridade do gesto democrático, a autoridade do convencimento, a autoridade das decisões sábias, para que a gente possa, daqui a algum tempo, olhar para o Planeta e perceber que não tem o mundo desenvolvido e o mundo pobre, mas que tem o mundo onde todos têm acesso às coisas básicas que a lei da natureza e da vida humana obriga que a gente tenha. E eu acho que nós podemos fazer isso.

Por isso que eu saí muito agradecido do encontro da ONU. Saí agradecido porque percebi que não é uma coisa fácil. Nós não vamos sensibilizar, por exemplo, um governante que não quer dar dinheiro para um país pobre. Não é fácil, eu sei, o Prefeito de Paris convencer um cidadão de Paris a dar dinheiro para cuidar de um pobre no Haiti. Não é fácil e não é simples, porque o cidadão francês, ou espanhol, ou da Tunísia, de Pretória ou de qualquer outro país, esse cidadão quer saber para onde vai o seu dinheiro. Se o seu dinheiro vai ser aplicado corretamente, se não vai ter corrupção, se não vai ser desviado, porque a verdade é que tem país pobre onde o governante tem uma conta gorda na Suíça.

O povo já não está mais com a intenção de fazer com que o seu dinheiro seja desviado. Então, é preciso pensar como nós podemos ajudar. O que não dá é para ficarmos paralisados.

Eu fui a São Tomé e Príncipe, Marta. São Tomé e Príncipe é uma ilha na África, defronte ao nosso querido país. Tem apenas 150 mil habitantes. É um



lugar extraordinário para o turismo. Os europeus iriam adorar passar um final de semana numa praia em São Tomé e Príncipe. Acontece que lá tem 100% de malária, e se tem malária, não vai turista. E como é que nós vamos combater a malária? É fazendo saneamento básico para que aquele país tenha a chance de se desenvolver. E não custa muito. Mas se nós não fizermos, daqui a 100 anos nós ainda vamos estar discutindo a pobreza de São Tomé e Príncipe, a pobreza de Moçambique, a pobreza do Haiti e a pobreza de tantos outros países.

Portanto, é um apelo que eu faço aos meus queridos visitantes prefeitos das cidades do mundo: eu penso que vocês precisam exercitar, com mais ousadia, com mais força, uma ação política internacional, para que possam, não apenas ser solidários, mas pressionar as instituições de cada país, o governo de cada país, a olhar com mais sensibilidade para aqueles que não tiveram a mesma sorte dos povos que moram nos países desenvolvidos.

E eu tenho certeza que se depender de um fórum dessa magnitude, que se fortalece, que pode ter uma força importante nas decisões nas Nações Unidas, que pode ter uma força importante nas decisões das políticas de solidariedade em cada país, nós poderemos construir um mundo mais justo, mais solidário, num tempo menor do que a gente pode imaginar. É só acreditar e é só perseverar que nós conquistaremos esse mundo.

Muito obrigado, e boa sorte a vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração do Centro de Especialidades Odontológicas
“Brasil Sorridente”**

Londrina-PR, 08 de outubro de 2004

Meu querido companheiro Roberto Requião, governador do estado do Paraná,

Meu companheiro Humberto Costa, ministro da Saúde,

Meu companheiro deputado Paulo Bernardo, em nome de quem eu quero cumprimentar a todos os deputados, tanto federais quanto estaduais que estão aqui presentes,

Meus queridos companheiros e companheiras de Londrina,

Meus companheiros profissionais que vão trabalhar neste Centro de Especialidades Odontológicas,

Meu caro Sílvio Fernandes da Silva, secretário de Saúde de Londrina,

Meus amigos e minhas amigas,

Existem milhões de brasileiros e brasileiras que guardam o sorriso atrás de lábios cerrados, e não é por tristeza. É porque não tiveram oportunidade de cuidar da saúde de seus dentes.

Quando alguém sorri, independentemente da sua nacionalidade e da língua que fale, da idade que tenha ou da conta bancária que possua, somos logo tomados por um sentimento de simpatia.

Mas hoje, no nosso país, quem vai ao dentista só o faz, na grande maioria dos casos, quando está sentindo muita dor e a situação já é grave. Faz, então, apenas uma parte do tratamento para aliviar o sofrimento imediato e, com certeza, acaba perdendo o dente num curto espaço de tempo. A prova disso é que, de todos os tratamentos odontológicos do SUS, apenas 3,5% são



tratamentos especializados.

Os números de uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde em 250 cidades brasileiras mostram bem essa realidade.

No Brasil, cerca de 8 milhões de pessoas com mais de 30 anos já perderam dentes e precisam usar prótese dentária. Mais de 2 milhões de adolescentes nunca foram ao dentista. Três em cada quatro idosos já não possuem nenhum dente na boca.

Por falta de dentes sadios, quantos milhões de sorrisos não foram sonogados à namorada ou ao namorado, ao neto ou aos amigos? Penso que todos nós que estamos aqui acreditamos, de verdade, que sorriso é coisa muito séria.

Pouca gente sabe, mas cuidar da saúde dos dentes e da boca ajuda a prevenir diversas doenças como diabetes, hipertensão e câncer bucal, por exemplo.

É por isso que o governo criou, em março deste ano, este programa que estamos lançando agora, o “Brasil Sorridente”, que é a nossa Política Nacional de Saúde Bucal. Tenho muito orgulho dessa política e dos resultados concretos que estamos alcançando.

E é também por tudo isso que nós estamos aqui, hoje, inaugurando este Centro de Especialidades Odontológicas ao mesmo tempo em que, vocês viram na televisão, outros 10 destes Centros estão sendo inaugurados em outras 10 cidades brasileiras.

Governador, vamos investir, até 2006, 1 bilhão e 300 milhões de reais neste Programa.

Inauguramos, em 17 de março, na cidade de Sobral, no Ceará, o primeiro Centro de Especialidades. Ao todo, serão 400 Centros que terão capacidade de atender 640 mil pessoas por mês, gerando mais de 20 mil empregos diretos.

A construção desses Centros faz parte de um conjunto de outras ações



que têm como objetivo garantir o acesso de toda a população, principalmente a mais pobre, ao tratamento dentário.

Para fazer isso, ampliamos, e muito, o número de equipes de Saúde Bucal que fazem parte do Saúde da Família. Temos mais de 8 mil equipes atuando em quase 3 mil e 100 municípios, dando assistência odontológica a mais de 43 milhões de brasileiros e brasileiras. Até o final de 2006, teremos não 8, teremos 16 mil equipes de Saúde Bucal trabalhando em todo o território nacional.

É importante dizer que esse aumento do número de equipes vem acompanhado de mais recursos e mais equipamentos. Porque houve um tempo em que repassaram mais responsabilidade e menos dinheiro para os municípios.

E nós queremos fazer uma parceria: ao mesmo tempo em que passamos a responsabilidade, passamos junto os recursos, para que o prefeito possa, como disse o nosso companheiro Humberto Costa, tratar melhor da saúde do nosso povo. Esses recursos a mais que cada equipe vai receber também vão permitir que elas mesmas façam as próteses dentárias para seus pacientes.

Nós queremos atender, pelo menos, 3 milhões e 600 mil pessoas até 2006, alcançando 45% de todas as pessoas que precisam de próteses no Brasil. Por isso, já estamos investindo mais de 3 milhões de reais na construção desses laboratórios.

Em pouco tempo, fazer dentaduras não será mais moeda eleitoral em nosso país. Ter de volta um sorriso bonito será efetivamente um direito de todo cidadão e de toda cidadã brasileira.

Meus amigos e minha amigas de Londrina,

É preciso evitar que tantas pessoas tenham seus dentes extraídos sem, sequer, ter tido a chance de tratá-los. Por isso, estamos garantindo tratamento odontológico adequado e fortalecendo as ações preventivas.



É assim que vamos garantir a todos – homens, mulheres, jovens e idosos – o direito inalienável de sorrir.

Eu queria falar aos companheiros de Londrina sobre uma experiência de vida. Eu fui presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC durante 6 anos. Em 1975, eu comecei uma briga com a indústria automobilística, por conta dos convênios que as empresas faziam com empresas prestadoras de assistência médica e, nesses convênios, não estava previsto nada em relação ao tratamento dentário das pessoas.

Depois, eu descobri que não era um problema daqueles convênios feitos pela indústria automobilística com as indústrias prestadoras de assistência médica. Mesmo hoje, qualquer um de nós que tenha um plano médico, por mais caro que seja, não temos incluído o tratamento odontológico.

E eu sempre fiquei indignado, porque nos convênios você trata até de bicho-do-pé, você trata de qualquer outra parte do corpo humano, mas não trata da boca, exatamente por onde entram grande parte das doenças adquiridas por nós, seres humanos e mortais do planeta Terra.

E eu sempre me perguntei: por que a boca não é tratada como uma questão de saúde pública? Não tem explicação. A única explicação é que dor de dente é mais para pobre. O rico, certamente, não tem dor de dente e se tiver, ela é tão ocasional que não é uma necessidade vital. Mas o pobre, não. Primeiro, ele não pode ir ao dentista, porque como o poder público oferece poucas oportunidades, uma simples obturação já está fora de qualquer possibilidade da parte mais pobre pagar. Segundo, ele foi ensinado, a vida inteira, que a questão do dente não era tão importante. Afinal de contas, tem tantos dentes na boca que arrancar um a mais, um a menos, não faz falta; e, também, nunca existiu um processo de educação, a partir do ensino fundamental, para que as pessoas cuidassem dos seus dentes como cuidam de qualquer outra parte do corpo humano.

Então, meninas e meninos, em muitas regiões do país, Requião, quando



eu vou a um ato público, fico olhando muito a fisionomia das pessoas e, em muitas regiões do país, meninas de 17 anos, meninos de 17 anos, jovens, mulheres e homens de 20 anos, não conseguem dar um sorriso porque falta metade dos dentes na boca e, às vezes, faltam até os dentes da frente. Se formos ver pessoas com mais de 50 ou 60 anos de idade, vamos perceber que, em vários lugares do país, as pessoas não têm mais que um dente na boca e essas não tiveram a oportunidade de ter acesso a um dentista

Quando eu tomei posse, disse ao companheiro Humberto Costa: companheiro Humberto Costa, nós temos que colocar a questão da saúde bucal como prioridade. As pessoas têm que aprender que conservar os seus dentes é uma necessidade vital para que essa pessoa possa ter mais saúde. E é por isso que, junto com a política de saúde bucal, nós vamos distribuir nas escolas públicas brasileiras 500 mil kits com escova e pasta de dente, para que as crianças possam utilizar; as pessoas idosas também vão receber esse kit, para que as pessoas aprendam a tratar bem da sua boca.

E quando eu disse que a questão dos dentes era uma questão de rico, não é porque eu acho que só o rico tem direito, não, é porque é um processo de educação que a sociedade brasileira adquiriu ao longo dos anos. Veja, por exemplo, que esses aparelhos que fazem a correção de dentes, no Brasil, ainda são coisa de classe média, da parte que pode pagar, que pode colocar aqueles aparelhos para corrigir a boca. Algumas pessoas colocam um com elástico, outras colocam outro com um negócio de aço, para ficar com os dentes bonitos. E todo mundo gostaria de ter aquilo. Agora, se o Estado não oferecer, as pessoas não podem pagar. Você vai num país pobre, como Cuba, e as crianças pobres têm aquilo na boca. E o que nós estamos fazendo aqui é dizer ao povo brasileiro que, independentemente da sua cor, independentemente da sua religião, independentemente da sua condição social ou da sua conta bancária, ele vai poder ser tratado com respeito e com dignidade no serviço de saúde bucal do nosso país.



E, aqui, o atendimento vai ser com horário marcado. Nos 400 Centros que nós estamos fazendo, cada Centro vai atender uma população de 500 mil habitantes. As pessoas vão marcar e, com horário marcado, vão ser tratados. O dentista só vai arrancar um dente se não tiver condição de recuperá-lo. O dentista que arrancar um dente sem necessidade, nós temos que pegar e arrancar logo os dentes dele, para ele aprender como é bom arrancar os dentes da pessoa necessitada.

Hoje nós estamos inaugurando, nesse mesmo ato, 66 Centros. Nós mostramos, ali, alguns mais novos. Foram inaugurados esses e mais 10. E vocês viram, na Favela da Rocinha, lá no Rio de Janeiro, a inauguração de um. Outros 60 foram recuperados, eram Centros que tinham uma cadeira, e agora têm 5, 6; que tinham um dentista, agora vão ter 6, 7, 8 dentistas. Porque nós queremos fazer dessa política uma prioridade para que o povo brasileiro possa, amanhã – meninos e meninas, homens e mulheres, pessoas mais idosas – abrir a boca, em qualquer lugar, dar uma gargalhada extraordinária e não ficar com vergonha de sorrir para não mostrar a falta de dentes na boca.

Eu sei que temos eleições. Lamentavelmente, o Poder Executivo não pode parar. Não é porque tem uma eleição que nós vamos deixar de inaugurar as coisas que temos que inaugurar, porque o povo não pode esperar os benefícios que o Estado brasileiro tem que oferecer.

Eu sei que é sempre desagradável, eu sei que sempre gera polêmica, mas a um presidente da República não resta alternativa, porque, no Brasil, todos têm direito a férias, o presidente da República não tem. Não está previsto na lei férias para o presidente da República. Então, nós temos que trabalhar, tenha eleição ou não tenha eleição, tenha carnaval ou não tenha carnaval.

Portanto, estamos inaugurando isso, aqui, como vamos ter um processo de inauguração de obras daqui para a frente. Porque eu quero aproveitar e dizer para vocês que estamos vivendo um momento muito bom no nosso país. A nossa economia está com substância, os empregos estão voltando. Até o dia



1º de agosto nós criamos 1 milhão, 446 mil novos empregos com carteira profissional assinada. É o maior número desde 1992.

Estamos batendo recorde atrás de recorde, todo mês, nas nossas exportações. O mercado interno está se fortalecendo; a capacidade produtiva das empresas já está chegando a 83%. E nós achamos que o Brasil não pode jogar fora esta oportunidade.

Nós vamos crescer muito acima de 4,5% este ano. No ano que vem vamos crescer mais; no outro ano vamos crescer mais. E vamos querer que o país passe por um ciclo de crescimento sustentável, não é aquele crescimento de 3% num ano e nada no outro.

Por isso é que nós vamos tratar de trabalhar com a maior responsabilidade possível. Eu aprendi, nesses 30 anos que tenho de convivência com a minha esposa, que a gente só pode educar a família da gente, e criar uma família, se a gente tiver muita responsabilidade, inclusive nos gastos.

É por isso que, de vez em quando, alguém fala: “mas porque o presidente Lula não gasta um pouquinho mais ali?”. Eu, quando recebia 13º salário, no final do ano, férias, que os empresários nem descontavam o Imposto de Renda, a gente recebia um montão de dinheiro, e eu logo queria gastar tudo. A dona Marisa falava: “Não, senhor. Não vai gastar não, porque em janeiro vai descontar tudo e a gente vai precisar de dinheiro. Então, vamos guardar um pouquinho”.

Então, um governo responsável não gasta aquilo que tem para gastar, e gasta como nós estamos gastando, num Centro de Especialidades Odontológicas. Gasta em coisa que traga, concretamente, benefício para a sociedade brasileira.

É por isso que quero agradecer a compreensão de vocês e dizer que, podem ter certeza, eu digo isso em todos os lugares: eu não esqueci uma palavra das coisas que eu falava antes, durante e depois de eleito presidente



da República. E eu quero terminar o meu mandato com um único legado, que eu desejo levar da Presidência da República: o direito de encontrar vocês, em cada lugar deste país, e poder tratá-los como companheiros ou companheiras e ser tratado como companheiro, e vocês terem a certeza de que se eu não fiz tudo o que eu queria fazer, eu fiz tudo o que era possível fazer.

Muito obrigado e boa sorte ao povo de Londrina



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com a delegação de atletas das Paraolimpíadas de Atenas-2004
Palácio do Planalto, 14 de outubro de 2004**

Meu querido companheiro Agnelo Queiroz, ministro de Estado do Esporte,

Minha querida companheira Marisa,

Meu querido companheiro deputado Beto Albuquerque, que está em pé, participando desta cerimônia,

Meu querido companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Nosso querido companheiro Vital Severino Neto, presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro,

Meus queridos atletas Francisco de Assis Avelino, Fabiana Sugimori e Antônio Delfino, em cujo nome cumprimento os demais atletas e integrantes da Delegação Paraolímpica brasileira,

Meus queridos amigos e amigas,

Percebe-se, pela cara de vocês, que vocês conseguiram tornar realidade um sonho, acalentado durante anos de preparo, na cidade de Atenas. Todo mundo gosta de ser o primeiro. Aliás, na vida, tudo o que a gente faz, a gente sempre faz buscando ter uma posição de destaque, ganhar o papel principal. E obviamente que nem sempre existe lugar de destaque ou medalhas para que todos possam conquistar.

Muitas vezes, a alegria de uns significa o sofrimento de outros, ou a frustração, que é muito temporária porque, quatro anos depois, aquele que



ficou frustrado pode ganhar e aquele que ganhou pode não ganhar. E essa é a roda gigante da vida que nos toca.

Eu penso que vocês deram uma lição a muita gente, vocês deram uma lição àqueles que pensam que não são deficientes e que, por isso, pensam que são superiores àqueles que são portadores de alguma deficiência.

E qual foi a grande lição que vocês deram? Vocês provaram que, quando há determinação, quando há vontade e disposição e, sobretudo, quando há oportunidade para que as pessoas possam fazer aquilo que têm vontade, a vida humana não tem limite, o corpo humano não tem limite.

Eu fico imaginando quanta gente poderia estar melhor de saúde se levantasse meia hora antes do trabalho para andar um pouquinho. E, muitas vezes, não anda de preguiça. Eu fico imaginando quantas pessoas poderiam comprar menos remédios para a hipertensão, se andassem meia hora antes de dormir mas que, muitas vezes, preferem ficar sentadas na frente de uma televisão, tomando remédio, do que tentar praticar um esporte que vai lhes permitir, como cidadãos, como seres humanos, ter uma vida mais saudável e mais longa.

Mas eu acho que vocês deram mais. Eu acho que vocês provaram, dentro daquela publicidade que está sendo financiada pela entidade que cuida da publicidade no Brasil, que o melhor do Brasil é o brasileiro.

Vocês não começaram a praticar esporte neste governo, não vão terminar neste governo. Isso está dentro de vocês. Em algum momento da vida de vocês, alguém, eu tenho certeza que todos vocês têm um alguém na vida que falou: “Vamos nessa. Vamos praticar alguma coisa, vamos tentar, vamos à luta que vai dar certo”. E vocês foram, ou pela mão da mãe, do pai, de um amigo, de uma amiga, ou de um vizinho.

O dado concreto é que vocês saem de Atenas com muito mais do que a melhor participação do Brasil, com muito mais do que 14 medalhas de ouro, não sei quantas de prata, não sei quantas de bronze, muito mais do que a



melhor participação do Brasil. Vocês saem de Atenas com uma medalha que, possivelmente, vocês não pensaram e poucos imaginavam que pudessem ter. Vocês saem das Paraolimpíadas com uma responsabilidade infinitamente maior, porque agora, além de atletas coroados de êxitos pelas medalhas que ganharam ou pelas posições que vocês galgaram nas disputas que fizeram, vocês saem com mais responsabilidade diante de 15 milhões de brasileiros que têm algum problema de deficiência e que, portanto, podem ter em vocês o exemplo da auto-estima, o exemplo da credibilidade em si próprio, o exemplo de abrir a porta, sair, e falar: “eu também posso. Se aquela baixinha pode jogar basquete, se aquele baixinho pode arremessar peso, se Clodoaldo pode ganhar seis medalhas de ouro, se aquela outra japonesinha pode ganhar uma medalha de ouro, por que eu não posso? Por que estou em casa, parado? Porque estou em casa amaldiçoando a minha situação, quando eu posso ser tão bom quanto qualquer outro brasileiro que pode andar normalmente, que não tem deficiência visual, auditiva e coisa parecida?” Essa, eu acho, é a grande medalha que vocês ganharam.

Eu não sei se vocês já perceberam quantas portas vocês estão abrindo, desde quando resolveram ser atletas. Quando uma família tem um filho ou uma filha com um problema de deficiência, muitas vezes, a própria família fica com vergonha e, muitas vezes, não abre as janelas, não abre a porta para que essa pessoa possa ganhar na vida o espaço que lhe é de direito. Eu acho que vocês abriram e disseram para as pessoas: não tenham vergonha, sintam-se iguais ou melhores do que qualquer um neste mundo, saiam à luta, porque ninguém é tão deficiente que não possa fazer alguma coisa a mais do que está fazendo. Quem sabe, neste momento, quantas mães, neste país, estão saindo de casa com os seus filhos com algum problema para levá-lo a um clube, a uma escola, a algum lugar para ele treinar, já se inspirando em vocês.

Da parte do governo, Vital, não faltará a decisão de apoiar, quantas vezes for necessário, para que a gente tenha cada vez mais a nossa juventude



participando do esporte, praticando esporte e tentando, através do esporte, não apenas ganhar uma medalha de ouro, mas algo mais do que isso, ganhar consciência de cidadão ou cidadã e perceber que esse caminho é muito melhor do que outros que procuram outro caminho e caem na marginalidade ou na criminalidade.

Nós, quando resolvemos colocar dinheiro no orçamento, ao invés de mandar para o Congresso Nacional apenas uma lei de incentivo, como a Lei Rouanet para a cultura, é porque toda vez que você depende do patrocínio, as empresas, muitas vezes, querem patrocinar quem já tem medalha, quem já ganhou, quem já pode melhor representá-la, o que é um direito legítimo. Mas o papel do Estado não é apenas o de financiar aquele que já ganhou, aquele que já tem medalha, aquele que já é campeão, aquele que já é conhecido. O papel do Estado é, também, de ajudar esse, mas, sobretudo, é de abrir as portas das oportunidades para aqueles que nunca tiveram uma chance de participar. E somente o Estado, seja o poder público federal, estadual ou municipal, é capaz de produzir, em quantidades enormes, essa possibilidade aos atletas brasileiros. E nós vamos fazer isso porque acreditamos que o que vocês fizeram significa provar ao mundo uma coisa que eu venho tentando dizer nesses primeiros dois anos de governo: a idéia de que “eu sou brasileiro e não desisto nunca”; a idéia de que “o melhor do Brasil é o brasileiro”; a idéia de que a felicidade que cada um de nós está sentindo, é preciso que a gente deixe de ser egoísta e reparta essa felicidade com muitos que não tiveram a oportunidade que vocês tiveram, que nós tivemos. Portanto, a participação de vocês nessas Paraolimpíadas é, efetivamente, mais do que a medalha que ganharam.

Meus parabéns aos que ganharam medalha. Clodoaldo, meus parabéns, porque, muitas vezes, vendo você nadar, fiquei pensando como seria bom se eu fosse um Clodoaldo e conseguisse nadar tanto quanto você. Eu acho que é importante, é maravilhoso, é a realização de um sonho.



Mas, aqueles que não ganharam seis medalhas, aqueles que ganharam uma, ou aqueles que não conseguiram ganhar não podem se sentir menores, não podem se sentir atletas diminuídos. Nós temos que reconhecer que, possivelmente, naquela modalidade e naquele momento, tinha alguém, igual a nós, que estava mais preparado.

Como todos nós somos filhos de Deus, e todos não podemos ganhar, um ganha e outro perde. O que é importante é que vocês estejam bem com a consciência de vocês, estejam bem com a alma de vocês dizendo: nós não ganhamos tudo o que queríamos ganhar, mas fizemos tudo o que era possível fazer.

Meus parabéns e até, quem sabe, Pequim. E, quem sabe, a gente possa voltar com muito mais medalhas, com muito mais atletas. Outra vez, Vital, com recorde de atletas, recorde de medalhas de ouro, de prata, de bronze. E, quem sabe, muito mais do que com medalhas, a gente possa voltar da China com a alma lavada de que mais uma vez o povo brasileiro, através dos seus atletas, provou que o melhor deste país é, exatamente, o nosso povo.

Meus parabéns e sorte para vocês.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação das Ações de Educação Alimentar e Nutricional

Palácio do Planalto, 15 de outubro de 2004

Eu vou começar economizando as palavras, não lendo a nominata e repetindo o nome de todas as autoridades, porque já foram citados tantas vezes os nomes de vocês, que daqui a pouco vocês poderão se candidatar a vereadores que serão eleitos em muitos lugares. E essas crianças também devem estar se perguntando: por que essa gente grande fala tanto?

Eu penso que estarmos, hoje, no Dia Mundial de Combate à Fome e Desnutrição, no dia em que a gente discute um problema crônico no Planeta Terra, seja, possivelmente, um problema daqueles que têm consciência no mundo, porque, normalmente, quando discutimos a questão da fome, discutimos aqueles que não têm nenhuma organização, aqueles que não têm sindicato, aqueles que não estão em partidos políticos, aqueles que, muitas vezes, não podem ir à igreja, aqueles que não têm organização não-governamental, ou seja, são os excluídos do direito mais elementar que está contido na Bíblia, nas constituições de todos os países, em todas as leis aprovadas pelo ser humano. E o que nós estamos fazendo, aqui, no Brasil, é mais do que uma política de combate à fome.

Eu perguntava agora ao Clayton, presidente da Embrapa, quanto é que nós utilizamos do potencial do nosso cérebro quando passamos pela Terra. E ele dizia: “olha, há quem diga que o ser humano só utiliza 5% da inteligência que está acumulada no seu cérebro.” É muito pouco. Quando a gente exercita e, possivelmente, todos aqui estão utilizando hoje 6%, ou seja, 1% a mais da inteligência é essa política de solidariedade que o ser humano, quando provocado e motivado, se dispõe a fazer.



Meu caro Tobino, nós recebemos, aqui, o nosso companheiro presidente da FAO, o Jacques Diouf, e pudemos discutir um pouco com ele sobre o que estamos fazendo no Brasil. Certamente não estamos fazendo tudo que queremos fazer e nem era possível que tivéssemos feito. Mas nós temos provocado o mundo a discutir um assunto com o qual, normalmente, quem come não se preocupa. Estamos tentando provocar o lado bom que todo ser humano tem. Daí eu agradecer a todos vocês que estão, aqui, participando deste ato, porque fica demonstrado que quando o governo se coloca no papel de indutor, convoca e provoca a sociedade a fazer mais do que habitualmente nós fazíamos, a sociedade responde prontamente.

Eu não sei – talvez os mais velhos que eu possam dizer – se em algum momento, no Brasil, houve uma movimentação de solidariedade como está acontecendo em função do programa Fome Zero. Não sei se em algum momento, na história do Brasil, o povo foi tão solidário, tão despojado de si mesmo, para perceber que todo mundo pode contribuir um pouco mais com políticas; que as pessoas acreditam, estão vendo e sentem que o benefício é direto e, o resultado, imediato. E o programa Fome Zero despertou isso, despertou a maior campanha de solidariedade que eu já vi neste país.

Eu penso que os empresários que estão aqui nunca foram tão motivados a participar de uma campanha como estão. Na quarta-feira que vem eu vou na inauguração da Feira do Automóvel, que é um dos grandes eventos do Brasil e, pela primeira vez, vai ser decidido que todo dinheiro arrecadado na feira será distribuído para instituições que trabalham com o Fome Zero.

Tenho recebido notícias de jogo de futebol, de rodeio, de feiras agropecuárias, de tudo que é feira que se faz no Brasil, todas, show de artistas, teatro, apresentação de filmes, shows musicais dos mais famosos artistas do Brasil, nós estamos recebendo a informação de que as pessoas fizeram um show e doaram toda a arrecadação para o programa Fome Zero.

Aí eu fico mais feliz, Meneguelli, porque eu era constituinte quando



surgiu a idéia de acabar com os três “S”. Havia quem dissesse que era preciso acabar com o Sesi, com o Senai e com o Senac, porque ali se gastava dinheiro à toa, porque o trabalhador não participava e que não sei das quantas. Eu, na época, discursava dizendo que só poderia propor acabar com o Sesi, com o Senai e com o Senac quem não conhecia por dentro o Sesi, o Senai e o Senac e que os defeitos que poderiam ter esses três “S”, a gente corrigiria por dentro, mudando as pessoas na medida em que a gente fosse ocupando espaço e discutindo os avanços democráticos

Você que foi presidente da CUT, que foi muitas vezes tratado como demônio por muita gente, foi chamado de companheiro pelo Vice-Presidente da CNI e você, hoje, é o presidente do Sesi. Não precisou ter briga, não precisou nenhuma guerra, apenas um aumento da civilização da humanidade, a construção da mais verdadeira democracia, sem que ninguém fizesse qualquer objeção que o ex-presidente da CUT virasse presidente do Sesi.

Isso fez com que a relação estabelecida entre governo e empresários, entre trabalhadores e empresários, permitisse que hoje nós estivéssemos aqui recebendo esses caminhões, vendo essas nossas merendeiras, que serão educadoras, ajudar tanta gente na periferia a aprender a fazer, cada vez melhor e cada vez mais gostosas, as comidas que as pessoas comem. E aproveitar corretamente algumas coisas que, por falta de educação, a gente joga no lixo. E muitas vezes jogamos fora o melhor e comemos o pior por pura ignorância, por pura falta de informação.

Então, nós não poderíamos comemorar de forma mais alegre e mais feliz esse dia 16 de outubro, porque é o dia em que o Brasil mostra ao mundo que combater a fome não é uma responsabilidade e um problema apenas do governo, é um problema que tem que ser assumido pela sociedade brasileira. Da mesma forma que combater o analfabetismo não pode ser apenas uma responsabilidade do governo, tem que ser uma tarefa assumida por muita gente na sociedade. E o mais interessante é que as pessoas estão ávidas, as



peças estão quase pedindo: “me chamem que eu quero participar”. O papel do governo, então, não é o de se fechar na burocracia de um gabinete, de um secretário, de um ministro, de um chefe não sei das quantas; é abrir espaço para que a sociedade faça do jeito que ela quiser fazer, como ela puder fazer, a sua parte.

Eu confesso a vocês que eu nunca quis saber para quem é que vai a comida arrecadada no show de tal artista, o que importa é que eu tenho consciência que se o cara foi capaz de fazer um show e arrecadar dinheiro, numa atitude nobre, muito mais nobre ele vai ser em escolher as instituições que vão receber aquilo. E se as pessoas receberem e comerem, eu não quero saber de que partido são, de que igreja são, para que time torcem, que escola de samba preferem ou qualquer coisa. Eu só quero saber se tomaram café da manhã, almoçaram, jantaram. Então, vão estar com energia suficiente para brigar pelas outras coisas que o Estado tem por obrigação oferecer.

Meus queridos, eu quero agradecer a cada um de vocês, quero dizer que o Sesi, nessa atitude, está fazendo com que o seu S valha muito mais. Se fosse colocado na Bolsa de Valores hoje, certamente o S do Sesi valeria infinitamente mais do que há três ou quatro anos atrás, porque esse gesto mostra que o Sesi se descobriu ainda mais para fazer as coisas que nunca deveria ter deixado de fazer.

E aí eu termino dizendo que uma das crenças que tenho é que não tem ser humano totalmente ruim, não tem ninguém cem por cento ruim, como não tem ninguém cem por cento bom. Todo mundo tem um lado bom, um lado ruim, tem uns mais ruins, outros melhores. Mas o que estamos fazendo com essa campanha é deixar o lado ruim guardado numa gaveta, pensar não apenas com a consciência, mas pensar com o coração, porque eu não acredito, meu querido Tarso Genro, que algum governante, no mundo, possa governar corretamente se não pensar 50% com o sentimento de seu coração, com o sentimento do ser humano. Não é possível ficar apenas com as coisas



racionais. Um pouco de irracionalidade, um pouco de emoção é que faz com que um governante tenha sensibilidade para olhar para aqueles que, muitas vezes, não estão nem nas ruas quando passa a carreata de um candidato.

Meus parabéns, companheiro Patrus. Pode ficar certo que nós somos muito jovens ainda e temos um compromisso de, em dois anos, atingir a totalidade das pessoas que, segundo o IBGE, estão passando privações de alimentação. É uma vergonha que morram 11 crianças, por minuto, de fome; é uma vergonha que a produção de alimentos *per capita* no mundo tenha crescido quase 30% e que 840 ou 833 milhões de seres humanos não tenham o que comer. Se nós temos tecnologia, se nós temos produção agrícola, se nós temos a comida necessária, mais vergonhoso ainda, mais antiético e mais inadmissível é que tenha gente passando fome.

Então, eu penso que nós estamos cumprindo com uma tarefa mais nobre do que dar 78, 80, 90, 100 reais para uma pessoa. É a tarefa de fazer com que esses seres humanos recuperem aquilo que nunca poderiam ter perdido, que é a sua auto-estima e sua dignidade.

Quero terminar dando os parabéns aos professores brasileiros pelo seu dia. Essa categoria que tem tanta responsabilidade, que muitas vezes foi tão esquecida, durante tantos e tantos anos, e que tem a responsabilidade de cuidar das crianças pobres e das crianças ricas na escola, que tem a responsabilidade de ensinar às crianças, muitas vezes, aquilo que a mãe não sabe, e tudo que ele aprendeu para ensinar. Essas pessoas, para fazerem isso com gosto e prazer, também precisam se sentir valorizadas, respeitadas. Muitas vezes as pessoas pensam que é apenas a questão de salário. Eu acho que o salário é um item. Muitas vezes é o afeto, é o relacionamento, é o respeito, é o carinho daquele que tem responsabilidade – daquele que é governo, que é ministro – com os educadores, para se sentirem prazerosamente recompensados por ajudar a criar as futuras gerações do nosso país.



Muito obrigado. Parabéns a todos vocês, parabéns ao ministro Patrus, aos empresários e, sobretudo, ao Sesi.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com representantes da Associação Comercial do Paraná

Curitiba-PR, 18 de outubro de 2004

Meu querido companheiro Roberto Requião, governador do estado do Paraná,

Meu querido Orlando Pessuti, vice-governador do estado do Paraná,
Senador Flávio Arns,

Deputado doutor Rosinha,

Deputado André Zacharow,

Deputado Hidekazu Takayama,

Minha querida doutora Clair, deputada federal,

Meu caro Cláudio Slaviero, presidente da Associação Comercial do Paraná,

Meu querido companheiro Samek, presidente da Itaipu,

Meus amigos e minhas amigas, diretores e filiados da Associação Comercial do Paraná,

Meus caros empresários aqui presentes,

Deputados,

Vereadores,

Nossos amigos da imprensa,

Eu queria aproveitar as últimas palavras do presidente da Associação Comercial para dizer que é um prazer, uma alegria, saber que sou o primeiro Presidente da República, em mais de 100 anos, a vir a esta Casa.

Eu, aliás, tenho estranhado porque em quase toda a minha agenda, ouço os diretores dizerem que é a primeira vez que um Presidente vai lá. De vez em quando, eu me pergunto aonde os outros presidentes andavam, porque



em todo lugar que eu vou é sempre a primeira vez que vai um Presidente da República.

Quero dizer ao nosso querido governador Requião que, entre 11 de dezembro do ano passado e maio deste ano, nós contratamos quase 5 bilhões de saneamento básico. Isso significa 14 vezes mais do que tudo que foi investido de 1997 a 2002, e significa seis vezes mais do que tudo que foi investido de 1995 a 2002.

Todo mundo sabe que a obra de saneamento básico é uma obra mais demorada, porque entre anunciar a liberação de recursos e a obra começar a ser feita tem todo um processo. E eu fico feliz quando ouço, do governador Requião, a afirmação de que já contratou uma boa parte desses recursos, numa demonstração de que a gente vai ter uma Curitiba ainda melhor, e outras cidades.

Mas eu fico pensando que a maior irresponsabilidade é das pessoas que permitem que o povo ocupe lugares inadequados para morar, no Brasil inteiro. E, aí, a culpa não é do pobre que, muitas vezes, é escorraçado pelo desenvolvimento, ou seja, a cada metro de asfalto o pobre vai sendo tocado, porque ele não pode pagar os tributos, ele vai correndo.

Se tem uma casa num lugar inadequado e tentamos mudar essa casa, é possível mas, quando tem mil, já vira um movimento social praticamente impossível de ser removido. E eu acho que esse é um problema quase insolúvel nos grandes centros urbanos do nosso país: a ocupação desordenada, muitas vezes por irresponsabilidade de políticos que dirigiam a cidade, na época em que as pessoas ocuparam aquilo. O único inocente ali é o pobre coitado que ocupou. E os culpados são aqueles que permitiram que as pessoas ocupassem lugares inadequados, no Brasil inteiro.

E obviamente que fica muito mais caro e muito mais difícil correr atrás de saneamento básico em áreas que não deveriam ser habitadas, mas preservadas.



De qualquer forma, nós temos mais dinheiro do que em qualquer outro momento deste país para o saneamento básico. E é por isso que eu acredito que a construção civil, que passou um bocado de tempo perdendo empregos, perdendo a possibilidade de gerar riquezas neste país – quem é da construção civil, aqui, sabe – vê que as coisas começaram a mudar e a construção civil começa a se recuperar rapidamente.

Recentemente, nós lançamos um programa com a construção civil, e o que eu ouvi das entidades foi que o crédito para a construção civil, na área de habitação, no ano que vem, pode chegar a 13 bilhões de reais e, possivelmente, eles não estejam preparados para ocupar todo esse crédito.

E porque nós estamos fazendo isso? Porque nós achamos que a construção civil é o setor que gera empregos mais rápido, que gera uma mão-de-obra de muito exigência de qualificação, uma parte dessas pessoas que acumulam todas as estatísticas do desemprego.

Mas eu quero, também, dizer aos comerciantes que estão aqui, que nós – e eu acredito – iremos transformar o Brasil no país mais cooperativado do mundo. Esse é um desejo que eu carrego comigo, é um desejo que o governo tem e nós precisamos criar as condições objetivas para que as cooperativas de crédito e as cooperativas de produção possam se organizar. Nós desobstruíamos tudo que criava obstrução no Banco Central, exatamente porque nós achamos que essa é a melhor forma de reduzir a taxa de juros no Brasil para o investimento e para o consumidor brasileiro.

Eu só quero lembrar que, de vez em quando, não sei se vocês repararam, eu não tenho falado de juros. E não tenho falado por um motivo muito simples: a taxa de juros, normalmente, ela é baixa ou é alta de acordo com quem toma o dinheiro emprestado. Se fosse um ex-presidente da associação comercial, teu amigo, pedir para você 100 reais emprestados, certamente você iria emprestar. E como você sabe que ele é um homem de muita credibilidade, ele vai lhe pagar e você iria falar para ele: “olhe, nem juro



“você precisa pagar ou, se for pagar, vai pagar um jurinho simbólico aí.” Mas se não fosse ele e fosse um cidadão qualquer que pedisse 100 reais emprestados, certamente, você não emprestaria e, se emprestasse, cobraria uma taxa de juros tão alta que, possivelmente, a taxa Selic fosse uma piada perto da taxa de juros que você iria cobrar

Eu estou dizendo isso apenas para falar o seguinte: obviamente que todos nós queremos que os juros no Brasil sejam os mais baixos possíveis. Mas isso depende muito das condições de credibilidade que este país tem. Quando o governo quer vender um título, quem vai comprar precisa saber se vai receber ou não. E aí é que entra a palavra credibilidade como chave para você começar a reduzir as taxas de juros. Isso vale para o governo, mas vale também numa loja. Obviamente a loja tem a lista do seu bom comprador e a do mau comprador. Para o bom comprador tem uma taxa, tem um tratamento; para o outro, é outra taxa, é outro tratamento. No sistema financeiro brasileiro quem paga, paga por quem não paga. Vocês, quando vão pagar um cartão de crédito ou um cheque especial, vocês estão, simplesmente, pagando por aqueles que não pagam a conta bancária. Então, os honestos pagam por aqueles que não podem pagar.

E nós trabalhamos com a hipótese de que nós vamos fazer esse equilíbrio, porque nós continuamos acreditando que a taxa de juros não pode ser maior do que aquela adquirida por alguém que ganha como resultado da produção. Agora, isso tem que ser construído, isso não é bravata, isso não é discurso, isso tem que ser construído, porque essas coisas têm que ser feitas. E todo mundo, aqui, sabe muito bem do que estou falando, com muita maturidade, muita responsabilidade, com os passos calculados, porque o Brasil não pode mais se dar ao luxo de uma aventura fracassada. Nós já perdemos muitos momentos históricos no nosso país. E nós achamos que não temos o direito de perder outro momento histórico que estamos vivendo. E, venhamos, o momento em que estamos vivendo é o melhor de muitos anos neste país. É o



melhor por quê? Porque nós tomamos como decisão fazer com que as coisas aconteçam com a maior seriedade, cada coisa no seu tempo.

Eu duvido que a indústria brasileira, em algum momento da sua história, já foi tão chamada a participar de debates e a decidir as coisas com o governo como agora. Duvido. Só com as federações das indústrias já fizemos duas reuniões, já criamos um Conselho de Desenvolvimento Industrial e, possivelmente, tenhamos cometido o erro de não ter, ainda, chamado todas as Federações do Comércio do Brasil para fazer o mesmo que nós já fizemos com as indústrias.

E estamos fazendo isso porque acreditamos que esse debate e essa atitude democrática é que vai permitir que a gente construa um país não de um governante, mas um país onde a sociedade se sinta cúmplice das boas decisões que o governo tem tomado. E tem sido assim na maioria das decisões.

Em 18 meses de governo, nós fizemos 12 conferências nacionais, precedidas de conferências estaduais, precedidas de conferências municipais, para decidir quase toda a linha de ação política do governo. Para construir o Plano Plurianual, só de entidades participaram 2.170 entidades.

E porque nós estamos fazendo isso? É engraçado, porque alguns criticavam que isso era “assembleísmo” e, hoje, os mesmos dizem: “Olha, o governo não está governando de forma democrática”, quando o que nós estamos fazendo é exercitar a democracia na sua totalidade, e não meia democracia.

E eu queria dar um número para vocês, que eu acho importante. É a primeira vez que eu venho aqui, possivelmente, vocês se informem de muita coisa do governo pelos jornais, pela imprensa, nem sempre a coisa... Eu, por exemplo, vi você falar da redução da TJLP. Nós não precisamos reduzir a TJLP, esse não é um problema, o que nós precisamos reduzir é o *spread*.



Porque, se você imaginar que a TJLP está 9,75 e que a inflação está 7, você tem 2,75 que não é um juro absurdo, em lugar nenhum. Entretanto, se você tem um *spread* maior, você, então, precisa trabalhar para reduzir o *spread*.

Ao mesmo tempo, eu fico torcendo para que vocês consigam criar dezenas de cooperativas nas associações comerciais pelo Brasil, para que vocês comecem, com atitudes próprias, a fazer com que o sistema financeiro não seja mais a única válvula onde um pequeno empresário vá aportar um pouco de recurso para sobreviver.

E vou dizer uma coisa para vocês: só o crédito agrícola brasileiro e o que o BNDES tem para investimento, da ordem de quase 150 bilhões de reais, é tudo que o sistema financeiro empresta para a produção neste país. Então, significa que o governo não faz mais porque não tem mais para fazer. Mas o que estamos fazendo é igual a tudo que o sistema financeiro brasileiro empresta para a produção no nosso país.

Mas eu queria dar alguns números, presidente, só porque eu não sei quanto tempo eu demorarei para vir aqui, a não ser que seja convidado antes. Mas eu queria lhe dar alguns dados para o povo ter consciência do que eu estou falando.

Antes de eu assumir nós tínhamos, no Brasil, se pegarmos o começo do primeiro mandato do outro governo, nós tínhamos uma inflação de 30,4%, nos primeiros 18 meses. A inflação terminou em 17% nos últimos 18 meses do governo passado. A média anual da inflação foi 9,1 ao mês, acumulando no período 100%. No nosso governo, nos 18 meses, a inflação foi de 13%, ou seja, significa bem menos do que em qualquer período que vocês queiram escolher, dos últimos 8 anos, no Brasil.

Se nós quisermos pegar os dados da cesta básica, no Brasil, que é uma coisa que deputados e senadores gostam muito de debater, então, vamos analisar o quê? Nós vamos analisar que na cesta básica, nos primeiros 18



meses do governo passado, foi de 7,23%; nos últimos 18 meses foi de 39% e no nosso governo foi de apenas 2,8%.

Se nós quisermos pegar a questão do aumento da energia elétrica, nós vamos perceber o quê? No caso da energia elétrica, nos primeiros 18 meses, entre 94 e 95, nós tivemos um aumento de 20,35%; nos últimos 18 meses, em 2001 e 2002, tivemos um aumento de 40,64%. Nos 18 meses do meu governo foi 11%.

Se nós quisermos pegar a questão da telefonia, vamos perceber que, nos primeiros 18 meses do governo passado foi de 114% e nos últimos 18 meses, 19,35%. Nos nossos primeiros 18 meses, 17% de aumento.

Se nós quisermos pegar a questão do emprego, nós vamos perceber que, entre janeiro e agosto deste ano – o número do CAGED sai amanhã – nós vamos criar, aproximadamente, mais de 1 milhão e 600 mil novos empregos com carteira profissional assinada, que é o maior índice desde 1992, no nosso país. Portanto, em oito meses, nós estamos batendo, em cada mês, recordes de todos os empregos com carteira assinada criados no Brasil desde 1992.

E você sabe, Governador, que o emprego e a corrupção são duas coisas interessantes: quanto mais você combate a corrupção, mais aparece corrupção no jornal; quanto mais emprego você gera, quanto mais a economia está bem, mais aparece gente nova procurando o mercado de trabalho. Esse é um dado que, eu acho, de vez em quando positivo, porque a economia cresce. Os dados estão aí, publicados por vocês e não por mim. Os dados das indústrias têm demonstrado que o nosso crescimento não é apenas por conta das exportações. As exportações são uma coisa maravilhosa e nós queremos chegar aos 100 bilhões, eu quero estourar um champanhe na minha sala quando chegarmos a 100 bilhões de dólares. Teve gente que fez críticas pelo fato de eu viajar. E eu tomei a decisão de viajar porque resolvi que o Brasil deveria se apresentar no exterior de cabeça erguida, altivo, e não como um país subordinado, achando que tinha que depender apenas da relação com os



Estados Unidos e com a União Européia, que são os nossos dois principais parceiros.

Mas que o mundo é muito maior, tem muito mais espaços para que nós possamos crescer. E foi por isso que eu visitei 48 países, nos primeiros 20 meses de governo. E em cada país que eu visitei, as nossas exportações cresceram acima de 30%. Na América do Sul, cresceu 78%. Falava-se em integração da América do Sul, mas todo governante brasileiro ficava de costas para a América do Sul, olhando para a Europa e para os Estados Unidos. Nós resolvemos, primeiro, olhar o nosso quintal, cuidar do nosso terreiro, cuidar da nossa gente, cuidar de quem está próximo, para quando falarmos em integração, falarmos de integração verdadeira. Não é possível ter integração na América do Sul se não tiver estradas, se não tiver telecomunicações, se não tiver hidrovias, se não tiver ferrovias, se não tiver portos e aeroportos. Então, é preciso construir essa política de confiança para que a gente possa crescer.

Quem é árabe, sabe que aqui, as nossas exportações cresceram 50% depois que nós passamos pelo Oriente Médio. A nossa exportação cresceu 37,5%, depois que nós passamos pela África do Sul. E todo mundo sabe o que acontece na nossa relação com a Índia, na nossa relação com a China. E todo mundo sabe, concretamente, que nós não queremos que alguém pense que queremos brigar com os Estados Unidos ou com a União Européia, pelo contrário, queremos nos aproximar cada vez mais, porque esses países têm potencial para comprar e vender para nós. Agora, o que nós queremos é dizer para eles que nós gostamos de respeitar e de ser respeitados, que nós precisamos defender a indústria brasileira, que precisamos defender a agricultura brasileira e precisamos defender aquilo que é do nosso interesse.

Quando nós fomos a Cancún e compramos aquela briga para criar o G-20, não faltou editorial de jornais para dizer que nós tínhamos sido derrotados. E foi graças ao G-20 que nós conseguimos ganhar a questão do açúcar na OMC. Foi graças ao G-20 que nós conseguimos criar a questão do algodão na



OMC, quando governos passados tinham medo de entrar com processos na OMC, achando que era impossível ganhar uma proposta lá. Nós ganhamos e vamos ganhar muito mais coisa, porque nós temos direitos.

E eu também acredito, Governador, que nenhum interlocutor respeita outro interlocutor que não se respeite. Se nós quisermos ser respeitados, nós temos que nos respeitar. E foi assim que nós fizemos a nossa caravana pelo mundo. E ainda falta o Japão. Não é possível que a relação do Brasil com o Japão seja essa relação comercial pequena; o Japão, que há 20 ou 30 anos acreditava mais no Brasil.

Eu estive, agora, com o primeiro-ministro do Japão. Há 27 anos estávamos tentando exportar a nossa manga para o Japão, há 27 anos! Os japoneses não compravam a nossa manga dizendo que tinha o problema da mosca e que não poderiam comprar, achando que nós não tínhamos, aqui, um esquema fitossanitário adequado. Pois bem, o primeiro-ministro do Japão veio aqui, e a sobremesa foi manga. E como ele gostou da manga, eu falei: “então, primeiro-ministro, eu não sei porque o Japão teima em não comprar manga brasileira.” E ele disse: “a partir de agora, nós vamos comprar a manga brasileira”.

Da mesma forma que nós queremos que eles comprem a nossa carne, da mesma forma que nós queremos que eles comprem os produtos industriais que nós fabricamos. Da mesma forma que nós queremos que o Japão, ao introduzir nos seus automóveis, 3% de etanol na gasolina, que ele venha produzir aqui, no Brasil, o etanol da qualidade que eles entendem que deva produzir, porque nós temos tecnologia, temos mão-de-obra, temos terra, temos sol, temos o que eles bem desejarem, coisa que falta para eles, que têm muita tecnologia.

Então, essa complementaridade na nossa relação internacional é que está permitindo que a gente faça do comércio exterior uma política, uma estrada de duas mãos, ou seja, a gente não pode só vender, nós temos que



vender e temos que comprar porque, senão, nós afundamos os nossos parceiros.

É preciso que a gente tenha essa dimensão de comércio exterior. E eu acho que nós estamos vivendo um momento excepcional, nessa questão do comércio exterior, e pretendemos crescer ainda mais, e crescer para o bem do nosso querido país.

Quero dizer que nós tomamos algumas atitudes que foram muito importantes. Primeiro, a política tributária, tema sempre muito difícil neste país, porque cada um de nós tem uma política tributária na cabeça: o presidente tem uma, cada ministro tem uma, cada governador tem uma, cada empresário tem uma, o comércio uma, a indústria outra, mesmo aqui, no comércio, deve ter umas cinquenta, se juntarmos 40, teremos 50 posições diferenciadas, tem sempre esse problema.

Que atitude nós tomamos? A primeira coisa que nós fizemos foi juntar os 27 governadores de estado e tentar estabelecer um padrão mínimo possível de política tributária. Fizemos e demos entrada no Congresso Nacional.

Acontece que nós temos que respeitar o Congresso Nacional, porque é a representação democrática da sociedade, e não depende de a gente gostar ou não do que eles votam, depende do fato de que a maioria vota, aprova, transforma em lei e nós temos que cumpri-la.

Nós temos um problema na política tributária, que é uma questão, alguns governadores que querem continuar fazendo a guerra fiscal, que não querem aprovar a reforma tributária pertinente aos estados.

Eu, depois das eleições, deverei chamar os governadores que não querem a guerra fiscal – o governador Requião é um – para que a gente possa convencer os demais a fazer uma política justa, onde não fiquem estados oferecendo o que não oferecem nem para o seu povo, para que uma empresa vá para o seu estado. Eu acho que logo depois das eleições, nós vamos ter que estabelecer essa política.



Mais ainda: nós fizemos a reforma da Previdência. A reforma da Previdência é difícil fazer. E não é difícil fazer no Brasil, não. É difícil fazer no mundo, em qualquer país do mundo. Por quê? Porque você mexe com usos e costumes, você mexe com hábitos, você mexe com os direitos das pessoas.

Agora, se nós não levarmos em conta a situação dos estados brasileiros, quase todos falidos – nós temos estados em que a folha de pagamento dos aposentados é maior do que a folha de pagamento da ativa. E esse estado pode agüentar um ano, dois anos, mas um dia quebra. Da mesma forma que a União não poderia continuar tendo déficit atrás de déficit. Nós fizemos um prognóstico para recuperar isso, em 15, 20 anos, para não ser uma coisa imediata.

Mas as pessoas não levam em conta que um país não pode ir para a frente se as pessoas vivem, os aposentados, recebendo mais do que contribuíram na ativa. A longevidade brasileira, hoje, aumentou muito. Nós tivemos uma média de idade de 42 anos. Quando foi criada a Previdência não era nem de 50 anos. Hoje, é de 70 anos, a idade que vive o povo brasileiro. Então, de tempos em tempos, ela vai ter que se ajustar, por conta dos estados, por conta das prefeituras, por conta da União e por conta de todo mundo, dos empresários.

Não é possível que a gente não tenha em conta que, de vez em quando, nós temos que fazer um ajuste porque, senão, nós quebraremos todo o sistema previdenciário do país e do mundo.

Agora, para fazer isso, é preciso um pouco de coragem, de vontade política, de não pensar apenas na próxima eleição, mas pensar, definitivamente, na nação. E é muito difícil você ter político, no Brasil, que não pense apenas na próxima eleição. E um dos problemas do Brasil, é que o Brasil é pensado apenas de quatro em quatro anos. Este país tem que ser pensado para 30 anos, para 20 anos, tem que ser pensado a longo prazo. Isso



é como uma escada, quem é da construção sabe, ou seja, nós temos que construir degrau por degrau, senão nós não construiremos.

E eu estou tão convencido disso que acho que a reforma da Previdência, com os problemas de disputa, mas eu tinha consciência de como era difícil fazer e conseguimos fazer, até em tempo recorde. Obviamente que você nunca faz do jeito que você acha que seria perfeito. Mas a sua perfeição, ela deixa de ser perfeição quando os outros entendem que você não é perfeito.

Bem, depois que nós fizemos as duas reformas, eu me lembro do pessimismo de alguns, de que a situação do país não ia dar certo, de que este país ia quebrar. E, desde julho do ano passado, eu venho dizendo: a economia começou a crescer; a indústria começou a se recuperar; as coisas estão acontecendo.

Acontece que tanto para cair quanto para crescer, você não sente no dia, nem sente no mês. Às vezes, o investimento que você faz hoje começa a produzir efeitos dois anos depois, um ano e meio depois. Isso vale para qualquer coisa que nós façamos. E nós, com a consciência de que as coisas estavam andando.

Hoje, nós estamos colhendo os melhores resultados da economia brasileira de muito tempo. Aliás, a CNI, a Confederação Nacional das Indústrias, na sua última pesquisa, demonstra que a economia brasileira e a indústria estão crescendo mais do que nos melhores momentos do Real. Isso não foi dito por nenhum sindicalista operário, isso foi dito pela pesquisa da CNI.

E vocês vão perceber que vai ter dados mais promissores ainda, neste mês e no mês que vem. Por quê? Porque nós estamos trabalhando com a perspectiva de ter uma economia com um novo ciclo de crescimento, e não com crescimento em um ano e decréscimo no outro ano. Não! Nós queremos ter um ciclo de 10, 15 ou 20 anos de crescimento, e não é preciso crescer 7%, 8% não, que cresça menos, mas que cresça sistematicamente, para que todo mundo possa se planejar. É com essa idéia que eu trabalho.



Gostaria de pedir um favor aos empresários: obviamente que o governo tem culpa, porque os preços controlados são da responsabilidade, não do governo, mas das agências que marcam preços. Nós temos preços de commodities sobre os quais nós não temos controle. A Petrobrás pode atingir a sua auto-suficiência, mas o petróleo não vai baixar porque é commodity, é preço internacional. A Petrobrás não é uma empresa do Estado brasileiro, ela tem acionistas, portanto, o preço vai continuar.

Agora, tem outras coisas que provocam a inflação. Eu tive uma reunião com a indústria automobilística esta semana. O aço aumentou 60% para uma inflação 10 vezes menos que isso. Por quê? Porque é preço internacional.

Então, eu gostaria que vocês, empresários, ajudassem nesse sentido. Eu acho importante os empresários ficarem atentos à taxa de juros, eu acho importante os empresários ficarem atentos à tributação, eu acho importante os empresários ficarem atentos à política de combate à fome, como tem muita gente sendo solidária nas políticas sociais do governo.

Mas, de vez em quando, é preciso dizer: “Olha, companheiro, você está remarcando demais o seu preço. Você pode ganhar um tiquinho menos esse mês e deixar para ganhar vendendo mais. Não vamos tentar repassar para o produto, num único mês ou num único semestre, aquilo que a gente pode repassar num ano. Vamos ter paciência”.

A verdade nua e crua é que tem muita gente que não tem paciência. Tem muita gente que acha que pode remarcar o preço quando o povo começa a comprar: “vamos logo remarcar o preço.” Isso é um erro. E o pequeno comerciante é quem paga o preço, o povo paga mais o preço, por quê? Porque o empresário, que tem o poder de produção, vai exigir que o mercado...

Eu me lembro do tempo em que houve o Plano Cruzado, que tabelaram a Coca-Cola e outros refrigerantes, e simplesmente o caminhão não ia no bar entregar. Então, o cara falava: “Bom, ela está barata mas eu não tenho, porque eu não consigo comprar, o caminhão não me entrega”.



O que nós precisamos? Precisamos de uma política de parceria, em que todos nós façamos a boa cumplicidade. Eu digo sempre que o Brasil precisa de uma chance. O Brasil precisa acreditar em si. Essa campanha de auto-estima que está na televisão é, um pouco, para mexer com aquilo que nós temos de mais sagrado.

Durante muito tempo, embora a gente tivesse conquistado a nossa independência há muito, a verdade é que a cabeça intelectual brasileira era colonizada, do ponto de vista político. E a gente não acreditava em nós mesmos, ou seja, sempre achávamos que éramos os “coitadinhos”.

Hoje, este país é muito grande. Este país exporta soja, e não é só soja, não, este país exporta avião, exporta produtos de alta tecnologia, este país é competitivo em muitas coisas. Nós temos vantagens comparativas que outros países não têm. Qual é o país que tem, hoje, a capacidade de competir com o Brasil, no agronegócio? Qual é o país que tem condições de competir conosco na produção de máquinas agrícolas?

Hoje, quando importamos tecnologia da China para fazer lançamento de foguete, ao mesmo tempo nós os ensinamos a produzir aviões, com a Embraer. Qual é o país que tem o poder de ter um carro que, ao mesmo tempo, usa etanol, gasolina e gás?

Este país pode ensinar a muitos outros países essas coisas que nós temos e que são competitivas. O que nós não podemos é tentar competir onde não somos competitivos. Mas tem várias áreas em que nós podemos.

Eu telefonei para o presidente Putin, esses dias, para lhe dar os parabéns porque ele mandou ao Congresso o Protocolo de Kyoto.

O Protocolo de Kyoto é um grande acordo ambientalista em que os Estados Unidos estava lá, mas não é signatário hoje, não quer aprovar, porque teria que usar etanol. E porque não compra o etanol nosso? Porque produz etanol do milho e, para produzir um litro de álcool, eles gastam três quilos de milho e o álcool sai muito mais caro do que o nosso, quando o milho deveria



ser utilizado para alimentar os nossos porcos, nossas galinhas, e produzir de cana-de-açúcar, aqui, no Brasil mesmo.

Então, é esse tipo de discussão que nós entendemos que o Brasil precisa fazer daqui para frente. E a gente trabalhar, com muito carinho, uma definição do que nós queremos. E temos trabalhado juntos.

Vou tomar algumas medidas, aqui, que não foram tomadas sozinhas pelo governo. Eu não sei se alguém, aqui, participou. Nós vamos ver algumas medidas que nós tomamos e eu trouxe uma seqüência delas, porque nem sempre elas têm o destaque que deveriam ter, mas eu vou dizer: medidas de desoneração tributária; estímulo ao investimento produtivo; desoneração dos bens de capital. O nome do programa foi lançado em Brasília, com a participação de muitos empresários, chamado: Programa Invista Já. A política, ela desonerou, a desoneração de bens de capital, desde o início do ano, com a redução de 5% para 3,5% da alíquota do IPI incidente sobre esses bens e que tem como objetivo a desoneração total até o final de 2006. Quem esteve lá sabe que nós temos um compromisso de, até 2006, zerar a questão do IPI em bens de capital.

Segundo, nós antecipamos, porque tinha sido de 3,5, e nós antecipamos para 2%, ainda este ano, nós adiantamos um ano para ver se no ano que vem nós terminamos essa desoneração dos bens de capitais.

Desoneração dos bens de capitais, mediante redução do prazo para o aproveitamento de crédito do PIS e da Confins: permite às empresas aproveitarem o crédito do PIS/Confins decorrente de aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos incidentes sobre os referidos bens, adquiridos a partir de 1º de outubro de 2004, mediante a redução do prazo para 48 meses. No caso das máquinas e equipamentos com redução de IPI, o prazo para aproveitamento do crédito do PIS/Confins será de 24 meses, antes o aproveitamento do crédito era realizado em até 10 anos.

Depreciação acelerada para bens de capital, a ser descontada na



contribuição social sobre o lucro líquido, o famoso CSLL. Pois bem, possibilita a utilização de créditos na apuração da CSLL, calculado à razão de 25% da depreciação de máquinas e equipamentos, aparelhos e instrumentos novos adquiridos até dia 1º de outubro. Pois bem, mandamos o projeto de lei para o Congresso Nacional e esperamos que, acabadas às eleições, o Congresso possa votar.

Em 1º de janeiro de 2004, o prazo de apuração e recolhimento do IPI passou de 10 em 10 dias para quinzenal e com a previsão de que, a partir de janeiro de 2005, nós passaremos para mensal. Essa é outra reivindicação da indústria brasileira.

Instituição de um regime tributário para incentivo à modernização e ampliação de estrutura portuária. Bem, nós tomamos, reduzimos IPI, Confins, PIS/Pasep, imposto de importação, no caso de equipamentos sem similares no Brasil, por quê? Porque nós determinamos 11 portos no Brasil onde nós vamos investir, entre este ano e o ano que vem, 276 milhões de reais, para que a gente possa, definitivamente, dormir tranquilo, porque nós vamos ter gargalos nos nossos portos e vamos poder exportar mais do que estamos exportando hoje. E nós precisamos mudar, desde o material humano dentro dos portos, até máquinas e equipamentos que precisam ser renovados.

Estímulo à formação de poupança de longo prazo. Redução das alíquotas sobre rendimentos auferidos em planos de previdência complementar com prazos de permanências maiores. A medida adotada possibilita, a partir de 1º de janeiro de 2005, a criação de novos planos de benefícios de caráter previdenciário e de seguro de vida com cláusula de sobrevivência sob um regime de tributação baseadas em alíquotas decrescentes no tempo. Os valores resgatados ou os benefícios pagos, cujo prazo de acumulação sejam igual ou inferior a dois anos, sujeita-se ao imposto de renda de uma alíquota de 35%. A alíquota aplicável decresce 5% a cada intervalo de dois anos, até atingir um mínimo de 10% para recursos com prazo de acumulação superior a



10 anos.

Vale ressaltar que as entidades de previdência complementar, a sociedade, as seguradoras e administradoras de fundos de aposentadoria programada individual mantêm a faculdade de criar a oferta e ofertar planos sobre as regras tributárias atualmente vigentes. Tal faculdade aplica-se, também, aos planos já em funcionamento.

Isenção de tributos sobre os planos de Previdência, na fase de acumulação. A medida prevê que no período de acumulação não haverá incidência de imposto de renda na fonte, traduzindo-se em mais um incentivo à formação de poupança previdenciária de longo prazo, a exemplo do que já se verifica em outros países. Isso é para alavancar a sua rentabilidade.

Instituição da conta-investimento. Atendendo a uma antiga reivindicação do setor, de reduzir custos e contribuir para uma maior eficiência na alocação de recursos na economia, entrou em vigor, a partir de outubro de 2004, a conta corrente de depósito para investimento, que permite a movimentação de recurso entre as diversas modalidades de investimentos integrados a essa conta, sem o custo da CPMF. Tal medida permite maior flexibilidade para os investidores, que poderão buscar maior rentabilidade para as suas aplicações.

Modificação do tratamento tributário para aplicações financeiras, inclusive com redução de 20% para 15%, nas aplicações em Bolsa, para incentivar as aplicações financeiras de médio e longo prazo.

Eu estou apenas querendo ilustrar aqui, meu caro Presidente, a quantidade de medidas. Foram, ao todo, 19 medidas anunciadas, até o mês passado.

Ampliação do prazo de incidência do Imposto de Renda nos fundos de investimentos financeiros de renda mensal para semestral. Estímulo ao agronegócio, com repercussões no âmbito social. Alíquota zero para PIS/COFINS, para hortifrutigranjeiros – feijão, arroz, ovos e farinha de mandioca. Alíquota zero para o PIS/COFINS para adubos, fertilizantes,



defensivos, sementes e vacinas de uso veterinário. Concessão de crédito presumido de PIS/COFINS para a agroindústria, inclusive cooperativas de produção e vinicultores, em relação às aquisições dos insumos adquiridos de pessoas físicas, com impacto positivo nos preços de alimentos. Isenção de contribuição social sobre o lucro líquido para as cooperativas.

Estímulo à construção civil. Aqui vai um conjunto de medidas para a construção civil. Eu estou vendo alguns empresários da construção civil, aí, e muitos deles participaram da elaboração desse projeto.

Patrimônio de afetação, mecanismo jurídico que protege os adquirentes de imóveis e os agentes financeiros de riscos decorrentes de má gestão, por parte do construtor. Nesse sentido foi, inclusive, instituído o regime tributário especial e simplificado, no qual fica assegurada a preservação do patrimônio mediante pagamento dos tributos federais a um percentual correspondente de 7% das receitas do empreendimento imobiliário. Todo mundo sabe que isso cria um clima muito positivo no setor.

Ampliação da isenção tributária existente sobre as letras hipotecárias. Redução da alíquota do IOF incidente sobre operações de seguro de vida. Tem mais. Aqui foi num acordo com os dirigentes sindicais, que foi a redução em 100 reais na base de cálculo do Imposto de Renda.

Isenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica na contribuição sobre o lucro líquido do PIS/COFINS para universidades, em troca de bolsas para estudantes carentes.

Estímulo ao micro e pequeno empresário. Concessão de parcelamento em até 60 meses, para débitos de empresas optantes pelo SIMPLES. E a última medida que anunciamos foi um projeto de lei complementar, e, aí, nós não pegamos as empresas que estavam no SIMPLES, nós pegamos a chamada microempresa, que está na economia informal, por este país afora, ou seja, é um projeto de lei que concede tratamento tributário, previdenciário e trabalhista especial aos empresários com receita bruta anual de 36 mil, é o



microempreendedorismo, projeto para a empresa, enviado ao Congresso, que prevê a contribuição de 1,5% do faturamento à Previdência, e zero para a Receita Federal. Esse é o tipo de imposto que a Receita Federal não vai receber nada, apenas 1,5% para pagar a Previdência.

Da mesma forma que nós adotamos medidas para resolver o problema das empresas de turismo no Brasil, porque o turismo é, efetivamente, uma das grandes fontes de crescimento da nossa economia. Nós temos dinheiro do Banco Mundial para o Prodetur, os governos de estado, normalmente os do Nordeste, não têm a contrapartida. O governo federal resolveu assumir a parte que era dos governos estaduais, para que a gente pudesse colocar 160 milhões de reais, e fazer com que o Prodetur possa cumprir com as suas funções.

E, para terminar, eu queria dizer para vocês que, certamente, nós ainda teremos muita coisa a fazer, muitas mudanças a fazer. Possivelmente teremos muitos ajustes a fazer na questão tributária, porque o desejo de vocês, o meu desejo e, eu não tenho dúvida nenhuma, o desejo do governo, é fazer com que a gente arrecade sempre mais, mas não de uma minoria, arrecade muito mais de uma base infinitamente maior que passe a pagar, porque aí, certamente, vai reduzir os impostos neste país.

Esse é um desejo que vai ser trabalhado, que vai ser levado em conta nem todas as reuniões com os tantos grupos que vamos criar. E eu já estou aqui pensando na convocação da primeira reunião de todos os presidentes de federações de comércio dos estados brasileiros, para que a gente comece a discutir, como estamos discutindo com as indústrias. Quem participou da discussão com as indústrias sabe que não tem tema proibido, não tem assunto que não possa ser discutido. O nós queremos é que vocês sejam bem informados das coisas que nós fazemos e que vocês nos informem, também, das coisas que nós não fazemos.

O dado concreto e objetivo é que eu poderia dizer para vocês o



seguinte: estejam certos de uma coisa, nós vamos continuar a crescer. Esse ano, os pessimistas, no começo de janeiro, diziam: “a economia vai crescer 3%, vai crescer 2,5%, vai crescer 2 e não sei quanto.” Hoje, os pessimistas já estão dizendo: “não, pode ultrapassar 4,5%, pode chegar a 4,8%” e já tem alguns otimistas achando que vai chegar a 5. Para mim não importa que seja 4,5 ou 5, ou 4,5 ou 4. O que importa é que a gente tenha plantado uma base sólida para que no ano que vem a gente possa crescer mais 4 ou mais 5; em 2006, mais 4 ou mais 5; em 2007, mais 4 ou mais 5 e que a gente não pare de crescer, porque nós temos que recuperar algumas coisas que neste país viraram sofisma, viraram chavões.

Eu me lembro que o Dr. Ulysses Guimarães era candidato a presidente da República, em 1989. Ele trabalhava com números, que era o seguinte: nós temos um déficit habitacional de 6 milhões e meio de casa. E, passados 15 anos, nós, ainda hoje, trabalhamos com o número de um déficit de 6 milhões e meio de casas. Significa – e quem é da construção civil sabe – que o Brasil está em dívida com a construção de casas, sobretudo, para a parte pobre da população, porque 93% dessas pessoas estão entre aqueles que ganham de 0 a 3 salários mínimos, portanto, é casa em que as pessoas não podem nem pagar e tem que ser casa com uma função social muito grande e o governo vai ter que subsidiar uma parte, senão essa gente não poderá pagar uma prestação.

Mais ainda, no ano de 2004, nós começamos a pensar muito no ano de 2005. Uma pena que o projeto de PPP ainda não tenha passado no Senado, ou melhor, não passou no Senado ainda e nós estamos torcendo para que seja votado, para que a gente possa fazer a boa provocação do debate com os empresários; para que a gente possa construir as parcerias necessárias. Nós estamos convencidos que algumas coisas que vão ser feitas no ano que vem, que já estão sendo planejadas agora, podem dar ao Brasil uma certa dimensão de crescimento sustentável como há muito tempo nós não tínhamos.



Por exemplo, na questão da energia elétrica, nós sabemos que esse é um setor com o qual a gente não pode brincar, não pode vacilar. É um problema sério e um problema que nunca foi levado a sério, Governador. Este é um dado importante porque no Brasil nunca se discutiu o assunto muito a sério. O mesmo estado que permite a construção é o mesmo estado que proíbe, ou seja, é o estado que diz que pode construir, é o estado que diz que não pode construir. Por quê? Porque na medida em que você utiliza, a democracia é levada à sua plenitude. Hoje, o Ibama nacional pode dar uma autorização, uma licença prévia, mas o Ibama estadual pode não dar.

O Ibama estadual e o Ibama federal podem dar a licença, mas o Ministério Público estadual pode não dar ou pode entrar com um processo embargando a obra. Às vezes o Ministério Público estadual concorda, o Ministério Público Federal não concorda, ou seja, tem muita gente opinando sobre a mesma coisa.

Nós montamos um grupo de trabalho para desobstruir 17 hidrelétricas este ano. Era um trabalho imenso que envolveu Ibama, a Ministra do Meio Ambiente, que envolveu o Ministro dos Transportes, que envolveu a Ministra de Minas e Energia, e porque é difícil? Porque o mesmo fiscal do Ibama, que tem a responsabilidade de dar a assinatura pelo licenciamento prévio, é o mesmo fiscal que é vítima de um artigo que diz o seguinte: se ele der um licenciamento prévio irregular, vai ser condenado, vai ser julgado, vai ser processado, então, o cidadão acha que fica mais fácil não dar, porque ele vai ser punido, tem que contratar advogado, a justiça vai segurar os seus bens, então ele não faz.

Agora mesmo eu fui obrigado a vetar um artigo de lei que dizia o seguinte: para calamidade pública, o servidor que emprestar o dinheiro e este dinheiro for interpretado como mal aplicado, esse servidor será condenado a uma multa não sei de quanto e terá seus bens penhorados. O cidadão simplesmente não dá. Eu joga tanta carga de responsabilidade nas costas dele – já tem o código civil, o código penal, já tem um tanto de coisas para puni-lo –



e quando eu coloco mais um, ele simplesmente não faz.

Nós estamos trabalhando como nunca se trabalhou neste país, para que a gente possa fazer a rodovia que tem que fazer. Quem é da construção civil aqui sabe que para a gente fazer uma estrada que está deteriorada, para a gente fazer essa estrada nova – nós vamos anunciar amanhã o fim disso – você precisava, praticamente, tirar uma nova licença prévia, discutir todo o impacto ambiental, porque há 50 anos atrás não tinham feito. Se você quiser refazer a Belém-Brasília você precisa ir atrás de um outro licenciamento. Assim, efetivamente, é complicado. E da mesma forma que estamos trabalhando todos os projetos de hidrelétrica no Brasil, estamos trabalhando os projetos de estradas, a 163 era considerada insolúvel. Nós montamos uma equipe com cinco ministros, mais o governador e o secretário, e essa estrada vai sair, da forma mais ordenada possível, porque não nos interessa uma estrada que seja predatória em torno dela, numa região delicada do Brasil. Da mesma forma que nós vamos, finalmente, terminar a BR-116. E, agora, no final deste mês, vou assinar a ordem de serviço da BR-101, que vai de Florianópolis a Osório. Vamos começar a construção da BR-101, no nordeste brasileiro, de Natal até a Bahia. Vamos fazer pelo menos os três primeiros trechos: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Vamos, finalmente, fazer a revitalização das águas do Rio São Francisco para levar água a uma parcela imensa da população brasileira, para terem água para beber, água potável.

Vamos, se Deus quiser, esse é um grande projeto, que é o projeto do biodiesel da mamona, sobretudo, para que a gente possa desenvolver a parte mais pobre do semi-árido nordestino e a parte mais pobre do estado de Minas Gerais, que é o Vale do Jequitinhonha.

Além disso, nós estamos em fase final de estudo de todas as ferrovias brasileiras. Nós estamos discutindo todos os gargalos. Praticamente todas as empresas que fizeram concessão, quase todas estão quebradas. Esse é um



dado inusitado, ou seja, quase todas não pagam sequer o que teriam que pagar ao governo. Nós estamos chamando as empresas para conversar, chamando o BNDES, chamando outros empresários para conversar, porque nós precisamos terminar. Eu que fui muito crítico da ferrovia Norte-Sul, em 1986, na época da Constituinte, hoje digo que nós vamos ter que terminar a ferrovia Norte-Sul, porque a produção de grãos naquele trecho do país está crescendo de forma excepcional e nós precisamos exportá-los.

Nós vamos começar, ano que vem, também, a ferrovia Transnordestina, pelo menos um pedaço. Uma rodovia que está praticamente desativada. Nós vamos fazer o entorno do estado de Minas Gerais, porque temos que levar pela Serra do Tigre até o posto de Tubarão, para facilitar o escoamento da nossa produção.

Da mesma forma que vamos ter que mexer no Rodoanel que vai até o porto de Santos. Eu pensei que isso era uma coisa mais fácil de resolver, mas duas empresas, cada uma tem uma concessão, e quando faltam 16 km para chegar no porto de Santos, as duas não se entendem. Então, uma carga que poderia chegar rápido lá, às vezes fica 48 horas parada.

Nós vamos fazer isso, porque precisamos colocar este país para funcionar. E nós não podemos chegar no ano que vem e ficar com o mesmo sofrimento por conta de infra-estrutura.

Nós, este ano, decidimos restaurar 7 mil e 800 km de estradas. Restaurar significa fazer estrada nova. Não é apenas tapar buraco. Pretendemos, no ano que vem, fazer um pouco mais, para ver se no último ano de mandato a gente consegue restaurar pelo menos 80% das estradas brasileiras. O que é lamentável, porque o Brasil que tem uma malha viária de praticamente 58 mil km, com raras exceções de alguns estados brasileiros, não teve sequer capacidade de fazer a manutenção. Ninguém exigia que fizessem uma nova, mas pelo menos que não deixassem estragar aquelas que já estavam prontas, ou seja, todo mundo sabe as deficiências que nós



precisamos, é por isso que nós precisamos do PPP aprovado, é por isso que em algumas estradas nós vamos ter que fazer a concessão.

Finalmente, nós vamos inaugurar a BR-281, a famosa Fernão Dias, ligando Minas Gerais a São Paulo e Rio de Janeiro e o resto do país, que são estradas que já estão paradas há 14 anos, 12 anos, e não é possível mais convivermos com isso.

Além disso, uma forte política social. Eu queria lembrar a vocês que no estado do Paraná, na safra 2003/2004 para a agricultura familiar, o governo federal emprestou 47% a mais de dinheiro e realizou 27% a mais de contratos, porque o Pronaf era uma coisa do sul do país mas, sobretudo, do estado do Rio Grande do Sul e uma parte de Santa Catarina. Pela primeira vez nós conseguimos nacionalizar o Pronaf e fazer com que o dinheiro chegasse no Acre, com que chegasse no Chuí, da mesma forma que chega no Oiapoque. Por quê? Porque até o gerente do Banco do Brasil tinham desaprendido a emprestar dinheiro para pequeno. Esse é um dado concreto.

E nós criamos um seguro agrícola, agora, para os pequenos, que é inusitado. Antes, as pessoas tomavam o dinheiro emprestado, faziam o seguro, o seguro pagava 70%. Agora não. Agora, ele vai tomar o dinheiro emprestado, e o seguro, além de pagar 100% em caso de perda da sua produção, ele ainda vai ter 65% de dinheiro em função do que ele imaginava colher. Se ele imaginava ganhar 3 mil reais com o resultado da sua produção e tivesse tomado 3 mil reais emprestados, além do seguro cobrir os 3 mil que ele tomou emprestado, vai dar para ele 65% do lucro presumido, para que possa recomeçar a sua vida.

Além disso, uma última coisa, para terminar: a assistência técnica. Possivelmente, aqui, no estado do Paraná, este não seja ou não tem sido um problema. Mas, no Brasil, apenas 3%, no Norte e Nordeste, tinham, na agricultura familiar, algum tipo de assistência técnica.

Agora, nós chegaremos ao final do ano com quase 90% da agricultura



familiar tendo algum tipo de assistência técnica. Por quê? Porque estamos inculcando na cabeça dessas pessoas que quanto mais conhecimentos elas tiverem, mais poderão melhorar os produtos que vão produzir e mais dinheiro vão poder ganhar.

E é com essa certeza, tentando cuidar do pequeno, além do Bolsa Família, que eu, de vez em quando, vejo algumas pessoas criticarem, mas que atenderá este ano a 6 milhões e meio de famílias. No ano que vem, 8 milhões e 700 mil famílias e, se forem verdade os dados do IBGE, que tem 11 milhões de famílias pobres no Brasil, nós iremos atender a 11 milhões de famílias até dezembro de 2006.

Obviamente, todo mundo sabe, eu pensei que Requião ia falar, mas foi criada, finalmente, uma reivindicação histórica deste estado, aqui, que é a Universidade do Litoral, ou seja, uma extensão da Universidade Federal para o estado do Paraná, da mesma forma que fizemos para outras regiões. Por exemplo, a Universidade Rural de Pernambuco estava em Recife, nós estamos levando uma extensão para a parte mais pobre do interior. A Universidade Federal de Minas Gerais está em Belo Horizonte, nós estamos levando uma extensão para Teófilo Otoni, que é uma das regiões mais pobres de Minas Gerais.

Então, já que o povo não pode ir até a faculdade, nós vamos levar a faculdade até o povo. Vai ficar mais fácil, mais barato e vai ajudar essas pessoas.

Com o projeto Universidade para Todos, nós pretendemos incluir, no próximo ano, 60 mil novos jovens na universidade brasileira, gratuitamente. Da mesma forma que nós, agora, estamos preocupados. Nós temos um déficit de professores, nós autorizamos um concurso para 3 mil e 500 professores: dois mil e quinhentos agora, e mil a partir de março do ano que vem. E ainda assim não conseguiremos atender à demanda de 5 mil professores que se aposentaram nos últimos anos.



Uma preocupação que deve ser minha e de vocês, empresários, é a formação profissional. Nós estamos percebendo um fenômeno bom no Brasil. Qual é o fenômeno bom? É que o crescimento econômico e a geração de empregos não está se dando mais nas capitais ou nas grandes regiões metropolitanas; dois terços desses empregos que eu disse, de carteira profissional assinada, estão se dando exatamente nas cidades do interior. E muitas atividades econômicas, hoje, não têm formação profissional.

Então, eu penso que é uma responsabilidade de todos nós. Nós vamos cumprir com a nossa parte, mas trabalhar intensamente a formação profissional. Foi com esse objetivo que há 15 anos o exército brasileiro não convocava cem mil recrutas. Nós convocamos, este ano, 30 mil recrutas a mais, com o único objetivo de formá-los profissionalmente e depois de um ano reintroduzí-los no mercado de trabalho com mais possibilidade de fazer as coisas.

E, por último, quem viajar pelo Brasil vai perceber que em cada estado onde vocês chegarem, tem um aeroporto novo, praticamente construído, porque não adianta nada a gente falar do turismo e depois não dar as condições para isso funcionar.

Quem for a São Paulo vai perceber que o aeroporto de São Paulo ganhou dignidade; quem for a Viracopos vai perceber que o aeroporto de Viracopos ganhou densidade para exportação; quem for a Recife vai perceber o melhor aeroporto do Nordeste brasileiro; quem for a Navegantes, aqui, vai perceber que o aeroporto virou internacional e, finalmente, hoje, já pode até exportar se quiser. Quem for a Goiânia vai perceber um novo aeroporto; quem for a Brasília vai perceber um novo aeroporto, quem for a Maceió vai perceber um novo aeroporto. E é este Brasil, é este país, com a cara boa, com otimismo e com muita vontade que a gente vai ter que criar daqui para a frente.

Eu não acredito que seja possível construir uma nação se a gente ficar vendendo pessimismo 24 horas por dia, até porque quem acorda de mau



humor e vendendo pessimismo não vai muito para a frente, ou seja, nós temos que mostrar que nós acreditamos em nós. É por isso que eu ganhei as eleições, tomei posse e vocês não viram eu ficar remoendo e fazendo críticas ao outro presidente. Ele fez a parte dele, passou, foi eleito, cumpriu com o seu mandato. Eu tenho que cumprir com a minha parte. Quando eu sair, que venha outro que faça melhor. E quando sair o outro, que venha outro que faça melhor. O que nós precisamos é não perder nunca o direito de poder dizer em cada canto onde a gente vai: eu posso não ter feito tudo, mas eu fiz o máximo que era possível fazer, com a maior participação que era possível fazer.

E quero dizer, aqui, ao presidente da Associação Comercial, que o companheiro Vanhoni, o nosso candidato a prefeito, não está aqui, porque eu pedi para ele não vir. Eu sei que a associação convidou os dois candidatos concorrentes, fiquei sabendo que o Beto Richa não vinha, então, vou ligar para o Vanhoni e pedir para ele não vir, porque senão ia aparecer um engraçadinho e dizer que a Associação Comercial estava fazendo a campanha de um candidato. Aliás, aquilo que você me falou é uma coisa boa, a Associação Comercial, ela tem que fazer debate político mesmo, ou seja, não tem coisa pior do que você ver uma cara dizer: “Eu não sou político, eu sou apolítico.” Primeiro, não tem ninguém que não seja político. A nossa primeira atitude de político é quando a gente nasce, e a gente chora. É o primeiro protesto nosso.

Aqui tem alguns empresários que me conhecem há mais tempo e sabem que, de vez em quando, eu brinco com eles. Eu estou cheio de ver empresário dizer: “Não sou político, não gosto de política, não sei das quantas, tal.” Mas você vai perceber que ele apoiou, muitas vezes, políticos que ele não devia apoiar, por falta de transparência. Então, é melhor a transparência, é melhor dizer: “Eu fiz isso porque acredito nisso” e assumir responsabilidades, do que dizer que não participa e, na hora de financiar a campanha, financiar a campanha de quem não merece financiamento, porque um dia Requião, se Deus quiser, nós vamos acabar com o financiamento privado de campanha.



Ele vai ter que ser público, para a gente poder moralizar as eleições no nosso país.

Quero agradecer o carinho com que eu fui tratado aqui. Dizer para vocês que eu, depois de vir à Associação Comercial, vou assumir o compromisso de criar, da mesma forma que eu criei na indústria um grupo de trabalho. Chamar os presidentes das federações para que a gente comece, através desses debates, a resolver os problemas que tem no mundo do comércio no nosso país.

Muito obrigado a vocês, muito obrigado à imprensa. E espero ser convidado outra vez.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura do 23º Salão Internacional do Automóvel**

São Paulo, SP, 20 de outubro de 2004

Excelentíssimo senhor governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin,

Meu querido companheiro Furlan, ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

Meu caro Jaques Wagner, ministro especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico,

Meu companheiro Aloízio Mercadante, Senador da República,

Meu caro Hélio Bicudo, prefeito em exercício de São Paulo,

Senhores presidentes das indústrias automobilísticas aqui presentes,

Senhores diretores e presidentes das empresas de autopeças do nosso país,

Meu querido Paulo Skaf, recém-eleito presidente da FIESP,

Meu caro companheiro Marinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores,

Meu caro Evaristo Nascimento, diretor do Salão Internacional do Automóvel,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Revendedores,

Empresários,

Trabalhadores,

Primeiro, quero agradecer à organização desta Feira que inova, realmente, na abertura de uma Feira dessa magnitude, certamente a mais



importante da América Latina, vendendo ingressos a 150 reais e destinando esse dinheiro para instituições que fazem política social no Brasil, em coordenação com o governo federal. Isso é um dado muito positivo, e eu penso que demonstra claramente que cada um de nós pode ter um gesto para ajudar aqueles que não tiveram chance na vida.

A segunda coisa é dizer que é muita alegria estar aqui. Eu estou encontrando aqui companheiros, eu digo companheiros com quem já tive muitas desavenças, muitas brigas, na década de 70. Alguns deles eu estou vendo, encontrei com o Schaik, da Mercedes-Benz; estou vendo o Mauro Marcondes, aqui, que estava na Volkswagen; estou vendo o Nildo Masini, que estava na FIESP. Tivemos boas brigas que, eu penso, ensinaram a todos nós. Brigas essas que têm continuidade com o nosso companheiro Marinho, mas é uma briga muito mais azeitada, agora, porque há uma evolução na consciência negocial, tanto dos empresários quanto dos trabalhadores. E eu penso que a conquista desse espaço foi resultado das inúmeras brigas que nós fizemos, não é, meu caro Mauro? Muitas e boas brigas, na década de 70.

Depois, quero dizer a vocês que estou de olho naquele carro vermelho, ali. Vamos dar uma passada lá, para ver. Certamente não é fabricado aqui no Brasil, é? Não é. Não que os trabalhadores não tenham qualidade para produzir igual ou melhor do que esse, é que é uma decisão da matriz em trazer para o Brasil a produção de um carro dessa magnitude.

Quero dizer ao Governador, ao nosso prefeito Hélio Bicudo e aos empresários que hoje, ao aferirmos o número de empregos gerados no Brasil entre 1º de janeiro a 1º de setembro, o número é muito alentador e demonstra a sincera e objetiva recuperação da indústria brasileira.

Entre os empregados demitidos e os admitidos, nós temos um saldo positivo de 1 milhão 666 mil trabalhadores, o que é um dado extremamente auspicioso para todos nós, que achamos que o emprego é o maior instrumento para dignificar a existência humana.



Quero dizer a vocês que já estive do outro lado, muitas vezes reivindicando do governo medidas de ordem econômica, para esvaziar os pátios das empresas que ameaçavam, muitas vezes, mandar dezenas de trabalhadores embora. Já vivi crises muito fortes da indústria automobilística. Eu me lembro da crise dos anos 80, quantas vezes tínhamos que ir à porta da Scania, da Mercedes, da Ford, da Volkswagen, fazer grandes movimentos para evitar que trabalhadores fossem mandados embora e nem sempre éramos bem-sucedidos, não é companheiro Feijóo? Nem sempre.

Também tenho consciência de que houve uma evolução. No Brasil, habitualmente, os governantes faziam a suas opções, ora se trabalhava tudo para o mercado externo, ora se trabalhava tudo para o mercado interno. E o desafio que está colocado para a nossa geração é provar que o Brasil pode conviver com as duas hipóteses: uma grande política de exportação e uma grande política de fortalecimento do mercado interno, porque isso ajuda no desenvolvimento sustentável que nós precisamos garantir ao nosso país.

Recentemente, recebi a indústria automobilística no meu gabinete, em Brasília. Tenho uma pauta de reivindicação, algumas delas eu acho muito justas. E me lembro que, em algum momento, quando estava longe ainda de ser presidente da República, nós já tínhamos feito reivindicações ao governo da época, e foi por isso que nós criamos a Câmara Setorial, em 1992, quebrando vários tabus porque se reduziu impostos do governo estadual, do governo federal, e diminuiu, inclusive, parte daquilo que a empresa ganhava. Terminamos gerando mais empregos, vendendo mais carros e arrecadando muito mais impostos. Isso está na pauta apresentada pelas indústrias, nós haveremos de discutir porque eu penso que a indústria automobilística não pode achar que é difícil chegar à marca dos 2 milhões de carros produzidos para o mercado interno.

Eu só queria lembrar que essa mesma indústria, para produzir isso, teria que crescer a sua produção para o mercado interno, em média, em 20%. Isso



não é difícil, porque se compararmos a variação de 2003 para 2004, cresceu, praticamente, isso e um pouco mais do que esse número. Portanto, eu penso que, com alguns ajustes, nós chegaremos a produzir os 2 milhões de carros e, quem sabe, um pouco mais. Eu acho que vocês são até pessimistas, quando falam em apenas 2 milhões, talvez por conta da capacidade da empresa que precisa de mais investimentos para produzir mais do que 2 milhões de carros para o mercado interno.

E isso vai ser plenamente possível porque o Brasil, definitivamente, tomou a decisão de que não vai ser mais coadjuvante na política internacional. Tomamos uma decisão de que a geografia econômica que estava estabelecida até dois anos atrás não poderia persistir. Nós respeitamos profundamente a nossa relação com os Estados Unidos, respeitamos profundamente as nossas relações com a União Européia, respeitamos de forma extraordinária a nossa relação com o Japão, a nossa relação com a França, mas o dado concreto e objetivo é que o mundo é muito maior do que esses mercados e cabe a nós sairmos para fora para vender aquilo que nós temos de melhor.

Quando eu ainda era candidato dizia, nos debates dos quais eu participava, que eu queria encontrar um ministro da Indústria e Comércio que fosse um camelô, que fosse um mascate, que fosse aquele mascate que batesse na porta da casa e, por mais que a dona de casa estivesse de cara feia, recusando-se a comprar, dizendo que não queria a roupa, depois de meia hora de conversa, ela voltaria com um pacotinho de roupa embaixo do braço, com 12 prestações para pagar, dali para a frente. O mascate tinha vendido o seu produto.

E eu não precisei criar uma Secretaria Especial porque encontrei, no companheiro Furlan, esse mascate que eu precisava. Encontrei no companheiro Furlan esse mascate que não tem dia, não tem hora, não tem chuva, não tem sol, não tem nenhum problema que impeça o companheiro



Furlan de fazer uma viagem da China para o Uruguai, do Uruguai para a Rússia, da Rússia para o Canadá, para vender os produtos brasileiros.

E nós, brasileiros, aprendemos uma coisa mais importante: ninguém compra produto de um país que não sabe vender os seus produtos. Ou seja, nós é que temos que qualificar o nosso produto. Nós é que temos que falar bem do Brasil lá fora. Nós é que temos que mostrar o que nós somos capazes de produzir, porque se criou a imagem de que nós somos exportadores de produtos *in natura*, e não é verdade. Nós, hoje, exportamos aviões. Nós, hoje, produzimos carro que funciona a álcool, à gasolina, a gás, coisa que nenhum país do mundo produz. E nós poderemos, com muita disposição política, introduzir os automóveis produzidos aqui, no Brasil, no mercado externo.

Esses dias, eu conversava com o secretário de estado norte-americano Colin Powell. Eu dizia para o Colin Powell que era inadmissível que os Estados Unidos continuassem produzindo etanol do milho, gastando três quilos de milho para produzir um litro de etanol, quando a gente poderia dar o milho para as galinhas, para os porcos, para alimentar os animais que nós precisamos para sobreviver, e que poderiam utilizar o etanol da cana-de-açúcar, quem sabe até fazer parceria com os empresários brasileiros e produzir aqui.

O mesmo nós dissemos ao primeiro-ministro japonês. Se no Japão não se pode produzir cana, venha produzir aqui, no Brasil, e venha atender ao seu mercado. Os carros, nós temos para vender. Escolha, se quer só álcool e gasolina, se quer meio a meio, se quer álcool, gasolina e gás. Nós não temos problemas em competir com qualquer país do mundo.

Isso porque o Brasil, hoje, está tomando uma atitude de se respeitar. No mundo dos negócios e no mundo político, ninguém respeita quem não se respeita.

Eu disse ao Furlan: nós precisamos criar uma nova geografia mundial. Como é que a América do Sul pode estar tão próxima do Brasil, dividida, às vezes, por um rio, dividida, às vezes, por um córrego e usando carro de países



a 8, 9, 10 mil quilômetros de distância, quando nós poderíamos estar fazendo com que o mercado de carros brasileiro pudesse atender a essa necessidade de um Continente que está ligado a nós, de países que têm fronteiras conosco.

Eu fui agora, no Acre, inaugurar a primeira ponte entre Brasil e Bolívia. E vou inaugurar, em junho do ano que vem, a primeira ponte entre o Brasil e Peru. Porque, se não tiver porto, aeroporto, estrada, ferrovia, hidrovía, telecomunicações e energia elétrica, não tem integração da América do Sul e da América Latina. Nós vamos ficar olhando para a Europa, olhando para os Estados Unidos, que competem conosco do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista da qualidade, quando nós temos mercado para vender os nossos produtos.

Foi com essa determinação que nós tomamos a atitude de visitar os países árabes. A última autoridade brasileira a visitar o Líbano foi D. Pedro, em 1876. Ora, se nós queremos competir com os países ricos, com o mercado árabe, nós é que temos que ir lá falar bem de nós; nós é que temos que ir lá mostrar os nossos produtos, mostrar o que nós sabemos fazer – roupa, calçado, carro e o que mais eles quiserem. Também temos soja, milho, cana-de-açúcar, mas nós temos produtos com alta tecnologia, com valor agregado, para garantir que o Brasil possa, definitivamente, parar de ser chamado um país “em vias de desenvolvimento”. Já estamos maduros, adultos e queremos, logo, logo, ser tratados como um país capaz de competir em igualdade de condições com qualquer potência econômica no mundo.

Não é nenhum outro país que vai determinar isso para nós. Somos nós mesmos que temos que nos autodeterminar se queremos ser isso e, se nós acreditarmos, pode ficar certo, meu caro Furlan, que você vai ter muito trabalho pela frente, porque nós vamos vender muita coisa. Estou com um champanhe guardado e falei para o Furlan que no dia em que nós chegarmos aos 100 bilhões de dólares de exportação, eu quero abrir o champanhe que não abri quando ganhei as eleições; está guardado, agora, para os 100 bilhões de



dólares de exportações, com um superávit comercial importante, porque quanto mais reservas nós tivermos, mais nós vamos deixar de oferecer riscos a qualquer investidor que queira investir no nosso querido país.

Quero dizer aos empresários da indústria automobilística, aos empresários da indústria de autopeças, que já vi empresas enormes serem transformadas em, praticamente, um salão de importação de autopeças de países mais ricos do que nós porque, um belo dia, se resolveu que era preciso acabar com a indústria de autopeças no Brasil. Nós achamos que um país que tem a mão-de-obra que tem o Brasil, um país que, em todos os eventos que tenho participado, ainda da Telefônica da Espanha, ouvi dizer que o maior lucro per *capita* da empresa, no mundo, é dado pelo trabalhador brasileiro. Isso me foi dito pela vice-presidente internacional da Ford, isso me foi dito pelo presidente da Mercedes Benz. Ora, se nós temos um país como este, se temos trabalhadores dessa qualidade, se temos empresários dessa qualidade, se temos a matéria-prima necessária, o que falta para que a gente, definitivamente, entre no rol dos países considerados ricos? Na minha opinião, falta acreditarmos em nós mesmos, levantarmos a cabeça, e dizer para quem quiser ouvir: Eu sou brasileiro e não desisto nunca. E dizer mais alto ainda: O melhor deste país é o seu povo. E é com esse povo que a gente vai chegar ao patamar de um país extremamente desenvolvido e bem-sucedido no mundo dos negócios.

Quero terminar dizendo a vocês que esta Feira demonstra o potencial do nosso país, este país que precisa se dar uma chance. E quero dizer a vocês, eu digo desde o dia da posse, que eu não tenho o direito de errar, cada medida tem que ser pensada de forma milimétrica, isso eu aprendi com dona Marisa, que está sentada ali. Quando eu trabalhava numa fábrica, chegava o mês de dezembro, eu recebia o pagamento de dezembro, recebia 13º salário, recebia as férias daquele ano e ainda pegava meias férias do ano seguinte. Chegava em casa com um pacotão de dinheiro na mão, a vontade era sair logo para



comprar e fazer dívidas, a molecada queria pedir cada vez mais coisas e a dona Marisa falava “não, a gente não pode gastar porque não descontou nem o Imposto de Renda, quando chegar em janeiro o pagamento vai vir magrinho e se a gente gastar todo o dinheiro, a gente não vai ter para poder recuperar a nossa economia”. Governar este país é exatamente isso, a gente não pode permitir que em alguns momentos de euforia a gente exagere nos gastos, sem ter em conta que é melhor andar com passos mais lentos, mas andar sempre para a frente, do que dar um passo muito grande e quebrar a cara no primeiro pulo que der. Eu tenho consciência das experiências negativas que este país já viveu; eu tenho experiência dos vôos de galinha que a economia brasileira já deu; eu tenho consciência de quantas noites nós fomos dormir achando que o Brasil tinha, definitivamente, recuperado a sua economia e tinha um desenvolvimento sustentável e acordamos, no dia seguinte, devendo mais do que a gente estava devendo à noite. Portanto, nós não vamos repetir erros do passado, queremos aprender com os acertos do passado, queremos tentar aprender com os acertos de outros povos, porque nós achamos que o povo brasileiro não pode suportar mais um outro erro, uma outra negativa, uma outra política que possa trazer prejuízos, amanhã, para todo o povo brasileiro.

Por isso esteja certo, meu caro Marinho, esteja certo meu caro Feijóo e empresários aqui presentes, que nós vamos ter boas e belas surpresas para o ano que vem. A economia vai continuar crescendo e, na minha opinião, vai continuar crescendo fortemente. Vocês, certamente, irão produzir mais carros para o mercado externo e para o mercado interno. O Marinho vai ter mais emprego, vai ter mais trabalhadores para fazer assembléias e cobrar mais do governo e dos empresários. Vai ter mais impostos, o governo vai arrecadar mais porque, também, reduzir a política tributária é um compromisso que nós temos, e vocês sabem que isso tem que ser feito de forma paulatina, porque ninguém também pode correr o risco de não ter os recursos para fazer a política necessária.



O ano que vem será um ano de bons investimentos em infra-estrutura, de recuperar os nossos portos, de recuperar parte das nossas ferrovias, de recuperar parte das rodovias que estavam totalmente deterioradas, além de investir em outras obras de infra-estrutura.

Portanto, a indústria automobilística, que acreditou no Brasil e veio para cá, as indústrias de autopeças brasileiras e as de fora que acreditaram e vieram para cá, certamente não se arrependerão de, um belo dia, ter acreditado no Brasil.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração do Centro de Especialidades Odontológicas de
Campo Limpo**

São Paulo-SP, 20 de outubro de 2004

Meus queridos companheiros e minhas queridas companheiras de
Campo Limpo, da Zona Sul da nossa querida cidade de São Paulo,

Meu caro Hélio Bicudo, prefeito em exercício da cidade de São Paulo,

Meu querido Humberto Costa, ministro da Saúde,

Minha querida companheira Marisa,

Meu querido companheiro e nosso guerreiro no Senado, Aloizio
Mercadante,

Meu caro Ramiro Neves, subprefeito de Campo Limpo,

Meu querido Gonzalo Vecina Neto, secretário municipal de Saúde,

Meus companheiros e companheiras,

Meu caro doutor César Augusto Cibebe, coordenador de saúde da
subprefeitura de Campo Limpo,

Meus queridos companheiros de Casa Verde, Guaianazes, Ipiranga,
Lapa, Vila Mariana, Mooca e Sapopemba,

Quero só lembrar a vocês que na segunda-feira o Ministro da Saúde
vem para cá, para inaugurar os Centro de Saúde de Pirituba, Socorro, Ermelino
Matarazzo, Freguesia do Ó, Penha e Santo Amaro.

Portanto, na segunda-feira, mais seis Centros de Saúde Bucal serão
inaugurados aqui, em São Paulo. Até o final do ano serão inaugurados 21
Centros de Saúde Bucal aqui na capital, e 100 no Brasil inteiro. E, até 2006,
nós queremos inaugurar 400 Centros de Saúde Bucal para cada agrupamento



de 500 mil pessoas, para que, daqui a alguns anos, ninguém tenha vergonha de conversar ou de sorrir porque lhe falta um dente na boca.

Fica até mais difícil para um menino de 18, 19, 20 anos, ou para um homem de 40 anos arrumar emprego, se não tiver dente. Fica muito mais difícil para uma menina ou um menino de 18 anos namorar, se um deles não tiver dentes.

E é coisa muito séria a pessoa poder sorrir. Não tem nada mais gostoso do que uma bela gargalhada, do que um belo sorriso. E isso a gente só pode fazer quando não tem vergonha.

Eu, que ando muito pelo Brasil, em muitos lugares quando estou num palanque, olhando as pessoas, vejo meninas de 15 anos sem dentes na boca; vejo meninos de 17 anos sem dentes na boca; e vejo homens e mulheres de 40, 50 anos sem nenhum dente na boca. As pessoas ficam acanhadas, têm dificuldade de comer, de mastigar. Ou seja, a pessoa não é tratada com respeito.

E por que isso acontece no Brasil? Isso acontece no Brasil porque dente estragado e dor de dente é coisa de pobre. Rico tem mais dificuldade de ter dor de dente, porque normalmente o rico tem até dentista particular, e vai a ele quando quiser. O pobre, não. O pobre, quando vai ao dentista, pergunta qual é o preço para arrancar ou para obturar. Tratamento de canal, para pobre, nem pensar. Nem pensar, porque fica caro. Então, as pessoas preferem arrancar um dente. E arrancar um dente é arrancar uma peça, uma parte do corpo da gente.

Eu queria dizer isso porque desde 1975, quando eu era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que eu comprei uma briga com a indústria automobilística, porque ela fazia convênio com empresas prestadoras de assistência médica e não estava colocado lá o dentista, porque era caro e, portanto, não entrava. Então, nós tomamos a decisão, assim que ganhamos as eleições, de que era preciso dar ao povo brasileiro o direito de recuperar os



seus dentes, o direito de uma pessoa estar com o dente doendo e não ter que arrancá-lo. De poder ir ao dentista, fazer um tratamento de canal e voltar para casa com o dente perfeito.

Hoje, a gente anda por este Brasil afora e vê que só quem pode colocar aqueles aparelhos que corrigem os dentes das crianças é a classe média ou a classe média alta. Pobre não pode. Então, o que nós queremos é garantir que, independentemente da origem social, da cor, da religião, a criança tem que ter o direito de fazer a correção da sua boca, de tratar os seus dentes. Porque assim nós vamos construir um país muito mais saudável e uma sociedade muito mais saudável, muito mais alegre. É por isso que nós estamos lançando este programa arrojado, que vai exigir que a gente invista 1 bilhão e 300 milhões de reais, porque cuidar da saúde do povo brasileiro não tem preço.

Olha, alguns dados já foram colocados, ali, naquela tela, mas é importante vocês saberem. Segundo o Ministério da Saúde, nas pesquisas que eles fazem, nós temos 30 milhões de brasileiros sem dentes na boca. A cada quatro pessoas com 60 anos ou mais, três não têm dentes na boca. Têm dois milhões de adolescentes que nunca foram ao dentista. Então, isso aqui, agora, vai dar a vocês o direito de serem tratados em igualdade de condições.

Mas não é só o povo, não. Eu não sei se tem dentista aqui, no palanque. Mas o que acontecia com o dentista? Um curso de dentista é tão caro quanto um curso de medicina. Aliás, só para vocês saberem, na maioria dos países europeus não tem curso de odontologia. As pessoas fazem um curso de medicina e depois fazem um ano de odontologia, uma espécie de preparação, de aperfeiçoamento.

Pois bem, aqui no Brasil, um curso para dentista dura cinco anos. E é um curso tão caro quanto o curso de medicina. Não é qualquer um que pode pagar um curso de odontologia. Aí, essas meninas e esses meninos se formam, e têm o sonho de montar um consultório. Agora, montar um consultório custa caro. E depois de montar o consultório, percebem o quê? Que



o povo que eles queriam atender não pode vir ao dentista, porque não pode pagar. Então, essas pessoas ficam sem ter o consultório funcionando e sem ter emprego, porque o poder público nunca tratou a saúde bucal como uma questão de saúde pública. Trata até a unha do pé, mas não trata a boca das pessoas como uma questão de saúde pública.

Então, agora, depois daquela propaganda na televisão “Eu sou brasileiro e não desisto nunca” e “O melhor do Brasil é o brasileiro”, se o povo já gosta de nós, lá fora, se nós já somos um povo muito querido lá fora, imaginem a hora em que a gente estiver com a boca nova e puder sorrir à vontade, como é que a gente vai ser muito melhor tratado por esse país afora.

Eu quero terminar, eu não posso falar de política e eu não vou falar. Eu queria dizer para vocês que eu vim a Campo Limpo na campanha para Presidente da República de 1994. Eu vim às 4 horas da manhã e fui à casa de um companheiro que andava, acho, 10 quilômetros, para ir trabalhar. E eu vim para ir andar com ele porque, embora trabalhasse, ele não tinha dinheiro para pagar o transporte. E nós viemos para fazer o trajeto com ele, eu e vários companheiros que estão aqui, em cima do palanque.

É por isso que eu disse que a questão do emprego, para mim, é uma obsessão. Porque eu já fiquei desempregado, porque eu sei o que é a gente chegar em casa, ficar sentado numa mesa vendo a mãe olhando para o teto, sabendo que não tem comida para colocar para o filho. É por isso que eu falei que o emprego é uma obsessão.

Agora, emprego a gente não cria do dia para a noite. Não tem mágica. Porque, se tivesse mágica, vocês já estavam me chamando de “Mandrake”, porque eu já teria feito crescer.

Mas o companheiro Aloízio, que é dos mais brilhantes economistas deste país, sabe de uma coisa. Primeiro, vocês sabem como é que nós pegamos este país. E, hoje, a gente pode escutar pelo Brasil inteiro que a coisa



está melhorando. Está melhorando, não. Vai melhorar muito mais a situação deste país. Vai melhorar muito mais.

Só para vocês saberem, a construção civil que, em 2003, tinha mandado embora quase 59 mil trabalhadores, este ano, de janeiro a setembro, Aloizio, já contratou 90 mil novos trabalhadores neste país. Do dia 1º de janeiro ao dia 1º de setembro deste ano, nós já conseguimos 1 milhão 666 mil e 180 empregos de carteira profissional assinada. Empregos de carteira profissional assinada! Para demonstrar, claramente, que na hora em que a economia brasileira volta a crescer e as pessoas começam a acreditar no Brasil, as pessoas começam a oferecer os empregos que o povo brasileiro precisa.

E eu queria que vocês tivessem a certeza que a economia vai crescer muito mais, vai crescer neste ano, vai crescer no ano que vem, vai crescer em 2006. E nós vamos mostrar que um país do tamanho do Brasil, um país com a qualidade do Brasil não pode ficar sendo considerado, pelo mundo, como um país eternamente pobre. Este país tem condições de dar um salto de qualidade. E nós vamos ter a felicidade de participar dele, não apenas melhorando a qualidade da saúde, mas melhorando a qualidade de trabalho dos agricultores familiares deste país, fazendo com que o dinheiro do Banco do Brasil possa chegar até as pequenas cidades; com a distribuição do programa Bolsa Família, fazendo chegar às famílias brasileiras o mínimo necessário para que elas tenham o que comer durante o mês inteiro.

É por isso, meus companheiros, que eu vim aqui. Orgulhosamente, volto a Campo Limpo para encontrar homens e mulheres desta região e dizer que, certamente, voltaremos aqui outras vezes para anunciar coisas boas, ou através do Ministério da Saúde ou através do Ministério da Habitação, porque as pessoas sabem que nesta cidade, neste estado e neste país o investimento em saneamento básico era dificultado porque o governo federal não colocava dinheiro.

Nós, em apenas um ano e meio, já fizemos contratos de quase 5 bilhões



de reais para saneamento básico, o que significa 14 vezes mais do que tudo que foi investido de 1997 a 2002 no nosso país. Porque para nós, investir em saneamento básico é, inclusive, ajudar a melhorar a saúde do povo. Humberto Costa não falou, mas nós temos convênios com as prefeituras para fluoretar água, para que a água seja boa e para que a água possa ajudar a cuidar dos dentes das nossas crianças, e para que ninguém pegue uma gripe, porque eu saí de Brasília com quase 30 graus e chego aqui com esse frio “da moléstia”.

Eu quero deixar um grande abraço, um beijo e desejar felicidade a todo o povo de Campo Limpo.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura do 32º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2004

Eu estava reclamando ali, porque eu estava tossindo e falei para o Mares Guia: eu conheço algumas autoridades que, se estivessem tossindo, apareceriam 80 pessoas com bala para ele chupar. Eu quase morro ali e não tinha uma bala.

Meus companheiros, minhas companheiras,

Minha querida governadora Rosinha Garotinho, do estado do Rio de Janeiro,

Meu querido Tasso Gadzanis, presidente da Associação Brasileira de Agentes de Viagens,

Meu querido companheiro Walfrido,

Meu querido companheiro Gushiken,

Meu caro senador Eduardo Azeredo,

Meu caro deputado José Militão,

Meu querido companheiro Carlos Wilson, presidente da Infraero,

Senhoras e senhores,

Deputados aqui presentes,

Prefeitos,

Eu estava olhando um prefeito ali, não sabia se era o João Paulo, de Recife. Está aí o nosso prefeito de Recife. Vocês percebem a cara de quem ganhou as eleições no primeiro turno pelo sorriso dele, todo feliz da vida.

Meus queridos deputados estaduais,

Secretários estaduais,

Companheiros do governo federal,

Companheiras,



Meu querido Zeca Pagodinho. Seria tão bom se, ao invés de eu estar falando aqui, você estivesse cantando “Deixa a vida me levar”. Eu vou ter uma conversa com o Zeca Pagodinho daqui a pouco, eu o convidei para sentar ali e, pela primeira vez, ao invés de ouvi-lo, ele que me ouça.

Eu até queria dar uma sugestão para os empresários do turismo: compensaria cada empresário assistir o DVD do Zeca Pagodinho. É o primeiro cantor de samba que faz o seu show, o seu DVD gravado ao vivo, com orquestra, com maestro de verdade. E eu penso que seria uma obra-prima se cada turista, mesmo que não entenda uma palavra de português, saísse levando o DVD embaixo do braço e gingando por causa da beleza do DVD. É uma das coisas mais bonitas que eu já vi da música popular brasileira. Meus parabéns, Zeca.

Eu estou aqui com um discurso, mas estou querendo fazer um improviso, para contar uma história para vocês. Bom, primeiro eu descobri, na campanha de 1989, que nenhum candidato conhecia o Brasil. Quando as pessoas são candidatas, contratam uma assessoria, preparam um programa e passam a falar sem ter noção do que estão falando.

Depois que terminou a campanha de 1989, eu resolvi conhecer um pouco o Brasil. E montamos as Caravanas da Cidadania. Percorremos, em dois anos e meio, 91 mil km de trem, de ônibus e de barco. Foi, possivelmente, o momento maior da minha vida como brasileiro, para eu ter a dimensão do que é o Brasil e do que é o povo brasileiro. Porque um candidato desce no aeroporto, vai para o palanque e do palanque vai para aeroporto. No momento em que ele está bem nas pesquisas, cercado de puxa-sacos por todos os lados, ele não consegue ver nada. Se ele está mal, ele desce sozinho e não é nem convidado. Mas ele não tem dimensão. E essas caravanas me deram a verdadeira dimensão do que é o Brasil.

E daí, como eu nunca tinha sido convidado para um congresso de turismo, nunca fizeram para mim a reivindicação de criar o Ministério do



Turismo. Eu criei, porque eu sempre achei descabido, no Brasil, um país deste tamanho, com um potencial extraordinário – que faz fronteira com toda a América do Sul, com exceção do Chile e do Equador – não tivesse um Ministério do Turismo e que o turismo fosse tratado como apêndice de uma outra área.

Quando eu comecei a trabalhar o programa de governo, comecei a perceber o seguinte: bom, se o Ministério é do Turismo e Esporte, o cidadão não pode nem ser bom no esporte, nem ser bom no turismo, ele tem que escolher uma coisa. E foi daí que nós tivemos idéia de criar o Ministério do Turismo. E quero dizer para vocês que é natural ele falar bem de mim, porque eu sou o chefe dele. Ele falar bem dele mesmo não é uma boa política, porque ele pensa que vai se perpetuar. Mas, de qualquer forma, eu quero dizer para vocês que quando se faz política com seriedade, quando o objetivo maior não é o pessoal, mas o coletivo, isso faz com que a gente acerte mais do que erre.

Eu não conhecia o Walfrido. Eu fui muito amigo do irmão dele, que foi deputado do PT, mas não conhecia o Walfrido. Eu ouvia dizer que ele não poderia vir para o governo, porque ele tinha sido o maior privatizador do governo do Eduardo Azeredo, quando foi governador de Minas Gerais. Então, eu não poderia trazer o Walfrido.

Mas eu precisava ampliar a minha base de aliança no Congresso Nacional. Eu percebi, rapidamente, a diferença entre “eu acho” e “eu faço”. Quando a gente está teorizando, a gente pode achar tudo, quando a gente está governando, a gente tem que fazer, então precisa deixar de “achar”.

E eu precisava construir uma base de sustentação, lá no Congresso Nacional, já que o Eduardo Azeredo não queria me apoiar e não era deputado também. Pois bem, eu fui, então, conversar com os companheiros do PTB e eles me sugeriram o nome do Walfrido.

Eu quero dizer para vocês, homens e mulheres do turismo brasileiro, que o mais importante não foi eu ter criado o Ministério do Turismo. O mais



importante foi eu ter achado o homem certo para ocupar o lugar certo, na administração do turismo brasileiro.

Primeiro, pela sua inteligência; segundo, pela sua habilidade enquanto empresário bem-sucedido que é, na área da educação; terceiro, porque há uns 30 anos que ele vem sendo secretário em Minas Gerais, de um monte de coisas: foi Secretário de Planejamento, foi Secretário de Educação. Portanto, é um homem que tem dimensão, tanto da coisa privada quanto da coisa pública.

Quando eu indiquei o Walfrido e todos os ministros, e aqui tem dois, todos, eu nunca disse para um deles: “Olha, você está convidado para ser ministro, agora o seu chefe de gabinete, o secretário executivo do Ministério vai ser escolhido pelo Presidente, o tesoureiro do Ministério vai ser escolhido pelo Presidente”. Muita gente já fez isso, no Brasil. Eu disse para eles: montem o seu time, o que importa, para mim, é que o time ganhe.

E, para minha surpresa, ele trouxe alguns companheiros que, se eu não o tivesse convidado, possivelmente teriam sido convidados para ser ministro. Porque ele conseguiu montar, obviamente que tem muita gente no Brasil, mas ele conseguiu montar, no Ministério dele, uma equipe em relação à qual pode até ter pessoas iguais, do ponto de vista da competência e da dedicação, mas eu duvido que tenha gente melhor do que a equipe do Walfrido, no Brasil, para cuidar de turismo. E a dedicação, o compromisso, a vontade, a determinação. Companheiros que, inclusive, estiveram doentes durante muito tempo e que o excesso de trabalho, o excesso de cobrança, como o de Eduardo, a gente percebe que, se ele tivesse tido o Walfrido como chefe antes, não teria gasto tanto dinheiro com médico, teria se recuperado.

Bem, isso só acontece porque o Walfrido tem determinação política. Ele acredita e quem acredita faz acontecer. Ele não é como uma “madona” chorona, que fica o tempo inteiro reclamando que não vai dar certo. Não tem nada pior na vida do que o pessimismo. Você acordar de manhã, botar o pé no chão e já começar: “não vai dar certo, meu dia vai ser ruim”.



Não há país que vá para a frente, não há ser humano que vá para a frente, não há cidade que vá para a frente, se a gente não pensar de forma ativa, positiva. E se tiver problemas, vamos enfrentá-los.

Então, eu quero te dizer, meu querido companheiro Tasso, que eu acho extremamente honesto, acho extremamente saudável a democracia e, sobretudo, acho extremamente positivo, do ponto de vista da relação entre os mais diferentes agentes da sociedade brasileira, que você, num Congresso em que é o Presidente de todos que estão aqui, você diga exatamente o que pensa, com a seriedade que você disse, fazendo as reivindicações do setor, sem deixar de reconhecer os méritos que tem o governo.

Eu acho isso saudável e posso te garantir que isso ganha muito mais o meu respeito do que se você tivesse feito um discurso apenas enaltecendo, às vezes, até coisas que a gente não fez. Essa sinceridade, na relação humana, é que pode fazer a gente construir um país mais sólido, uma democracia mais sólida, em que as pessoas confiem, antes de tudo, em si mesmo.

O discursinho que eu tenho aqui, eu já vou tirar umas páginas fora porque tanto a Governadora quanto o Ministro já falaram a respeito. Mas eu acho que tem algumas coisas, alguns números que são importantes, que eu penso que vou concluir com um improvizozinho, mas eu preciso ler algumas coisas que estão aqui.

Eu acredito no turismo porque é a forma mais eficaz e mais barata da gente fazer a inclusão social, do emprego e do salário. E, sobretudo, porque é uma atividade que pode nos ajudar a resolver um problema grave, hoje, que pode se tornar perigoso amanhã, que é a esperança, concretizada numa oportunidade de trabalho, para milhões e milhões de adolescentes brasileiros que, às vezes, têm até uma formação educacional média, mas que não têm uma oportunidade de trabalhar. O turismo pode ser essa grande alavanca, para que a gente possa recuperar a esperança dessa gente.

Nós fizemos aquilo tudo que foi pedido até agora pelo nosso querido



companheiro ministro Walfrido Mares Guia. Se não fizemos mais é porque não está em jogo apenas os interesses dos agentes de viagens, ou seja, tem outros setores brigando, fazendo pressão e o governo funciona como uma espécie de ponto de equilíbrio para que a gente possa, no consenso, encontrar alguma solução.

Por exemplo, quando o COFINS pesou muito, no ombro das agências, dos hotéis, não houve vacilação do governo em voltar atrás e tomar as medidas que foram necessárias para que a gente pudesse diminuir.

Obviamente que nós temos um problema com o visto americano. Na política, tem uma coisa chamada “lei da reciprocidade”. E não é por causa de 100, ou 50 dólares, que o americano não vem aqui. Não é por isso. Nós precisamos descobrir porque ele não vem aqui. Porque o brasileiro é obrigado a tirar o sapato e vai lá, além de pagar 100 dólares. Nós precisamos detectar porque eles não vêm aqui e porque não vem mais gente.

E, aí, nós vamos descobrir uma coisa sagrada, que deve ser a lição de casa de todos nós. Numa reunião como esta, vocês vão se encontrar à noite, vocês vão fazer rodinha no restaurante para comer, nos hotéis, vocês vão falar de novela, de lugares, e porque vocês não ficam contando as brigas de vocês, dentro de casa? É porque a gente quer preservar a nossa família, a nossa imagem. A gente quer preservar aquilo que a gente tem de sagrado.

E porque a gente não tem o mesmo pensamento para com o país, para com o estado e para com a cidade? Por que a gente não tenta preservar aquilo que a gente tem de bom, que é o que pode motivar as pessoas a virem aqui? Ninguém vai a um baile, à noite, se disserem: “Só tem homem”. Não é verdade? “E, ainda, por cima, são homens feios.” Aí, não vai ninguém mesmo.

Ninguém vai a um lugar se disserem: “Olha, naquele lugar ali morrem 70 pessoas por dia”. Ninguém vai. Esses fatos existem? Existem. Eles têm que ser tratados com seriedade? Sim. Mas eles não podem e não servem para ajudar naquilo que nós precisamos para o turismo.



Não quero que ninguém diga que eu estou pedindo para não dizerem as coisas que acontecem. Mas é preciso saber como tratá-las. Se um cidadão toma um “cascudo” da mulher, de noite, porque chegou tarde, ele não vai chegar dizendo: “Minha mulher me deu um cascudo”. Ele tem vergonha. Ele vai dizer: “A minha mulher (inaudível)”. A cabeça está doendo, mas ele vai dizer isso.

Nós temos problemas no Brasil? Nós temos que mostrar. Mas é preciso que a gente discuta como mostrar sem que isso afete a essência do nosso país, que é muito maior do que esses problemas.

E como eu viajei muito o Brasil, um dia eu cheguei em Natal – não sei se tem alguém de Natal, do Rio Grande do Norte – eu cheguei lá e fui fazer um debate com os donos dos hotéis. Fomos eu e dois amigos meus, que não vou dizer o nome, porque eles não estão aqui, um economista e um empresário, para discutir turismo.

Então, chegamos ao hotel, desgraçadamente depois do almoço. Porque, depois do almoço, vocês que participam de muitos eventos sabem, é triste, principalmente se a conversa não estiver agradável. Eu cheguei com os empresários e, primeiro, pedi para o meu assessor econômico falar sobre turismo. Ele falou uns cinco minutos e ficou claro que não entendia nada. Aí, eu pedi para o empresário que estava comigo para falar sobre turismo. Ele falou, também, uns 10 minutos, e percebeu-se que ele não entendia nada. Aí, chegou a minha vez de falar. Eu olhei para a fisionomia dos empresários que estavam lá e disse: “Olha, vocês já perceberam que a minha turma não entende de turismo. E se eles são os meus assessores, significa que eu entendo menos do que eles. Então, é importante que vocês digam para mim o que que vocês querem que a gente faça para o turismo. Nós vamos economizar tempo”.

E isso, na verdade, foi feito. A partir daí nós assumimos a responsabilidade e chegamos onde estamos hoje, eu diria, num estágio mais avançado do que qualquer outro momento, do ponto de vista da estrutura, da



política estruturante para o turismo brasileiro.

E tem muita coisa para acontecer, que não vai depender do Ministro. Por exemplo, nós estamos aqui, com a Caixa Econômica, que tem que cuidar, de forma carinhosa, para que a gente possa ajudar no crédito para os pequenos empresários desse setor. Nós temos que estudar com carinho, porque não há nenhum interesse de o Estado brasileiro ou de bancos estaduais ficarem disputando espaços com a iniciativa privada, não tem nenhum sentido para nós, nós temos outras coisas para fazer.

Eu só quero dizer que não tem tabu neste governo, este governo não tem tema que não possa ser discutido, nós não somos donos da verdade, nós achamos que o ser humano tem que ser sempre uma ‘metamorfose ambulante’, sempre disposto a aprender alguma coisa nova que ainda não sabe e não ter, nunca vergonha de dizer que não sabe. Não tem nada pior na relação humana do que alguém não saber e não ter coragem de dizer: eu não sei. É por isso que no Brasil tem um alto índice de repetência, porque o professor não pergunta se o aluno aprendeu, o aluno não diz que não aprendeu e nós ficamos nos enganando. Eu tenho a convicção de que nós mudamos e vamos mudar um pouco esse padrão de convivência entre nós. E para isso, nós temos que falar bem de nós. Qual era o papel de uma embaixada brasileira antes do nosso governo, em muitos países? Não é que o embaixador fosse menor, até porque são os mesmos. Era melhor ou pior? O embaixador, também, trabalha subordinado à orientação política. Se não existe orientação política do governo para que tais coisas aconteçam, ele cumpre o ritual dele. E aí o embaixador Azambuja, não sei se ele está aqui, mas eu o vi na Firjan, um dia me contou uma piada que achei *sui generis*, bonita demais: ele chegou na Embaixada de Paris e uma turma de brasileiros foi visitar a Embaixada, e o porteiro era um português. Normalmente, nas embaixadas brasileiras, em todos os lugares, é um português de Portugal que é o motorista do embaixador. Aí, a delegação de brasileiros chegou para o português e



perguntou: “o embaixador está? Não. Está aí o primeiro-secretário? Não. Está aí não sei quem? Não. Escuta aqui, eles não trabalham de manhã?” Aí o porteiro respondeu: “não, de manhã eles não vêm; eles não trabalham é à tarde.

Isso aconteceu porque faltava orientação. Hoje, com a integração entre os mais diferentes ministérios sabe-se que a embaixada é um lugar extremamente importante para começarmos a mostrar a cara do Brasil lá fora, não mostrando apenas cartaz, o comportamento político do embaixador é que vai mostrar a cara do Brasil. Nós temos que nos respeitar, ninguém respeita quem não se respeita, ninguém. Então, nós precisamos nos respeitar para que, lá fora, as pessoas nos respeitem. E quando nós começamos a trabalhar assim, a gente percebe que vai colher frutos e estamos colhendo. Como é que a gente pode querer muito turismo da América do Sul para o Brasil se não tem aeroporto, se não tem estradas? É preciso fazer essa integração para que as coisas aconteçam. É preciso ter essa integração.

Eu me lembro do tempo em que o avião, para trazer turista para o Brasil, tinha que sair da Espanha, ir até São Paulo ou ao Rio de Janeiro, para depois o cidadão descer aqui e voltar, levando mais tempo do que ele viajou de lá para cá para ir a um estado do Nordeste. Ora, que burrice era essa, que não permitia que o avião passasse. Ah, não, vai ter que ter Polícia Federal, vai ter que ter uma alfândega, vai ter que ter uns quatro ou cinco funcionários. Ao invés de pensar apenas no gasto, vamos pensar no retorno que isso pode trazer para o país, os benefícios que isso pode trazer para o país.

Então, podem ficar certos, meus companheiros, que nós vamos cumprir a nossa parte. Nós sabemos que tem muito por fazer e nós vamos fazer. Agora mesmo, o governo federal está assumindo a responsabilidade, que era a parte dos estados brasileiros com o Prodetur, estamos assumindo 80 milhões de dólares para que a gente possa utilizar esse recurso, de verdade, e as pessoas não fiquem apenas cobrando do Ministro, já que os estados não têm recursos,



nós vamos passar esse recurso para que o Ministro do Turismo possa fazer essa boa política.

O trabalho que o companheiro Carlos Wilson está fazendo, no Brasil, nos aeroportos, vocês sabem e conhecem perfeitamente bem. A quantidade de aeroportos, no Brasil, que estão ficando novos, bonitos... porque são a cara do país! Se o cidadão, o turista estrangeiro chega ao Brasil, e encontra um aeroporto “muquifo”, ele vai levar para fora a cara do “muquifo”. Se ele encontra um aeroporto que não tem banheiro adequado, que não tem uma loja, que não tem um bar adequado para ele tomar café, em que as pessoas estão se espremendo, essa é a primeira imagem que fica.

É por isso que, muitas vezes, quando você coloca uma galinha para chocar patinho, os patinhos, quando nascem, saem tudo correndo atrás da galinha. É muito engraçado, porque os patinhos entram na água e a mãe fica atrás, sem poder entrar na água. O turista vê isso.

Vamos pegar o Santos Dumont, que é o nosso aeroporto, aqui, e que na semana passada, foi dada a ordem de serviço, pelo companheiro Carlos Wilson, vamos gastar 272 ou 274 milhões para deixar esse aeroporto com a beleza e com o respeito que o Rio de Janeiro merece dos 180 milhões de brasileiros e de outros milhões de estrangeiros que vêm para cá.

É como fizemos no aeroporto de Congonhas. Quem tem ido a São Paulo, ultimamente? Agora ficou civilizado, o povo é tratado... Ainda falta um processo de educação, que é nosso, porque o rapazinho chama lá: “Por favor, embarquem os passageiros de poltronas 14 a 21”, que é para os últimos entrarem primeiro. Mas não, entra todo mundo junto. Mas, é um processo de educação que a gente vai ter, ainda. É um processo de educação porque para isso não tem guarda, não tem lei, não tem nada, é educação.

Uma outra coisa que eu acho extremamente importante dizer para vocês é que não basta os aeroportos estarem bonitos e termos vontade. Nós tomamos uma decisão de fazer com que o Brasil se inserisse no mundo de



uma forma mais ousada. Daí porque eu achava absurda a proibição do vôo charter para os estados brasileiros, quando, na verdade, nós deveríamos abrir, para que as pessoas pudessem ter mais facilidade de chegar ao Brasil. Se eu quero que as pessoas venham ao Brasil, eu tenho que criar as condições dessas pessoas virem ao Brasil.

Eu falo sempre e as pessoas, muitas vezes, ficam com ciúmes, mas só tem um estado brasileiro que soube tratar do turismo com a dimensão merecida, a Bahia. Aquele negócio de você chegar à Bahia e ter aquelas baianas bonitas, vestidas de baianas, cheias de fitinhas do Nosso Senhor do Bonfim para dar na mão das pessoas, aquilo é um cartão de visitas e qualquer um que chega se sente bem.

Depois, fizeram propaganda do estado, durante anos, no Brasil inteiro. Do Oiapoque ao Chuí, ligava-se a televisão e estava lá a propaganda da Bahia. Eu morei em São Paulo, desde os sete anos de idade, e a gente era tratado de “baiano”. Baiano era uma coisa quase... Era verdade. Falar “baiano” era um adjetivo, era ofender a gente.

Os baianos conseguiram, com essa política, recuperar a auto-estima. E os baianos conseguiram, com isso, fazer com que a “baianidade” fosse um valor e não um defeito. E, hoje, a Bahia está colhendo isso.

Eu digo isso e vou dizer, na frente da nossa querida governadora e dos empresários do Rio de Janeiro que estão aqui: nós precisamos vender o Rio de Janeiro com o que o Rio tem de bom. E tem muita coisa boa. Cada vez que eu venho de avião, para o Rio de Janeiro, eu falo: não é possível que Deus tenha passado por Caetés e não tenha feito Caetés ser o Rio de Janeiro, com essa beleza toda. Não é possível! E um povo extraordinário.

Eu visito o Rio desde 1975. Freqüento muitos lugares. Ora, tem violência? Tem. Mas nós temos que relativizar porque, certamente, as coisas boas são infinitamente maiores do que as coisas ruins. E nós precisamos, sem esconder as coisas ruins, mostrar as coisas boas para o Brasil e para o mundo.



Como é que pode um turista estrangeiro, que vai comprar uma passagem, em algum lugar, não receber um cartãozinho do Brasil, uma coisa boa. Se a gente começar a mostrar o que é Foz de Iguaçu, Niágara vai desaparecer do mapa, porque é muito mais bonita a Foz de Iguaçu. Agora, nós é que temos que cuidar de nós, esse é o lema; nós é que temos que ter a auto-estima para cima; nós é que precisamos nos levantar de manhã... como eu disse, agora, na Firjan, vocês querem ficar nervosos, querem xingar o Walfrido, – a Sheila não vai gostar, mas podem xingar –, vocês querem xingar o Presidente, podem xingar. Agora, quando saírem para fora, meu Deus do céu, levantem a auto-estima, acreditem que o dia vai ser positivo e vamos pensar em coisas positivas; o que está ruim, vamos melhorar, porque não há sociedade que vá para a frente se nós não acreditarmos nisso. Este país é muito grande, é muito poderoso, tem um povo excepcional. Agora, nós precisamos gostar de nós mesmos.

Aqui, no Brasil, a coisa é tão, de vez em quando, maltratada, que você tem um setor da sociedade brasileira que vai à Europa, vai ver museus e acha maravilhosos aqueles museus, aqueles castelos antigos e fala: “isso é que é civilização”. Mas, quando chega aqui, no Brasil, e um prefeito, um governador quer gastar “5 reais” para recuperar um prédio histórico, começa a dizer: “daria para construir cinco casas populares, daria para não sei quantas”. É assim, é assim que se faz neste país.

Eu, agora, estou recuperando o Palácio da Alvorada, porque aquilo já tem 50 anos, e está totalmente deteriorado. E aquilo não é o Palácio do Lula, eu estou lá de forma passageira, aquilo é uma estação que pode perdurar 100 anos se a gente cuidar, se não cuidar, dura 50. Quando ele estiver deteriorado, vai aparecer um engraçadinho que falando: “vamos implodir”. Aí, implode-se, como tantas coisas bonitas neste país já implodiram, porque as coisas bonitas não têm valor em muitos lugares. Aqui, no Brasil, não. Nós vamos lá fora, achamos tudo maravilhoso. Agora, não sabem, que um castelo daqueles, para



ser mantido, custa uma fortuna. E ele é mantido porque a fortuna que se gasta para mantê-lo tem retorno com o despertar da curiosidade de nós mesmos. No Brasil, não, derruba-se tudo.

É preciso que a gente tenha um mínimo de sensibilidade. Ser civilizado não é falar inglês, ser civilizado é aprender a gostar das coisas boas, é aprender a preservar o meio ambiente, é aprender a cuidar dos nossos rios, é isso que dá demonstração para trazer gente para cá, é isso que vai trazer muita gente para cá. E aí, meus caros, vocês têm no governo não apenas um parceiro, vocês têm um cúmplice. Esse homem que está aí, Walfrido dos Mares Guia, está jogando a vida dele para provar uma tese que ele tem e que foi tão bonito, feito pela ABAP – Associação Brasileira de Publicidade – com aquela propaganda “Eu sou brasileiro e não desisto nunca”, uma obra-prima de publicidade para este país.

O Vanderlei, aquele corredor, imaginem se o Vanderlei não tivesse auto-estima; imaginem quando ele veio naquela corrida e apareceu um gaiato, lá, e segurou o pobre do rapaz; imaginem se ele sentasse, lá, e ficasse chorando, ah, porque dá tudo errado na vida; “ah, é o Lula que é o culpado; ah, o Walfrido não estava aqui”. Imaginem, ele não ia aparecer em lugar nenhum. Como ele é um brasileiro e acredita nele. Ele levantou, saiu correndo, chegou lá e virou mil vezes mais personalidade do que o cara que ganhou, que ninguém sabe quem é. Mas o Vanderlei, todo mundo sabe quem é.

Então, meus companheiros e minhas companheiras, eu vou terminar sem ler o meu discurso. Mas queria dizer para vocês: estejam certos que neste governo vocês não terão dificuldades, primeiro, de criticar. Segundo, se a crítica for justa, nós saberemos acatar e tentar encontrar a solução. Se a crítica não for justa, quem fala o que quer ouve o que não quer.

Essa relação sincera de homens e mulheres que pensam este país e, sobretudo, pensam não apenas para ganhar um dinheiro, mas para garantir que aqueles que virão depois de nós viverão melhor do que nós. Se nós



acreditarmos nisso, vocês podem ficar certos que nós vamos passar para a História como aqueles que acreditaram no Brasil pela primeira vez, na indústria do turismo, numa indústria forte, numa indústria não poluente, numa indústria rentável e numa indústria que precisa ajudar os milhões de jovens que precisam de empregos.

Eu quero, nesta 32ª Conferência, dizer para vocês que foi a primeira da qual eu participei. Se for convidado, estarei na 33ª, espero que com mais boas notícias para vocês. E se só for convidado enquanto for Presidente, ainda vou estar na 34ª. Depois, só Deus é quem sabe.

Muito obrigado. E meus parabéns a vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de posse da Diretoria da Federação das Indústrias do Estado
do Rio de Janeiro – Firjan**

Rio de Janeiro, RJ, 21 de outubro de 2004

Meu querido amigo Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente do
Sistema Firjan,

Meu caro Carlos Eduardo Moreira Ferreira, presidente em exercício da
CNI,

Meu caro companheiro Luiz Fernando Furlan, ministro de Estado do
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Meu amigo Walfrido Mares Guia, ministro de Estado do Turismo,

Meu caro José Eduardo Dutra, presidente da Petrobras,

Meu caro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Meu querido companheiro Jair Meneguelli, presidente do Sesi,

Senhores parlamentares,

Senador,

Deputados,

Deputadas,

Vereadores,

Prefeitos eleitos e não eleitos,

Meu querido companheiro Pitanga,

Minha querida companheira Benedita da Silva,

Empresários do Rio de Janeiro,

Meu caro Roger. Eu faço tanta reunião com o Roger que, de vez em
quando eu penso que ele é do governo. Eu esqueço que ele é da Companhia
Vale do Rio Doce.

Meus queridos amigos e amigas,



Eu estou aprendendo, nesse pouco tempo de governo que, muitas vezes, os meus discursos escritos têm que mudar a toda hora, porque os oradores que me antecedem são muito ecléticos e, portanto, não se discute o que eu pensava que nós íamos discutir. Mas eu também prefiro o improviso num ambiente de festa, num ambiente em que a gente encontra uma parcela significativa da sociedade do Rio de Janeiro preocupada, como nós, em tentar resolver os problemas mais graves que afligem esta população.

Eu penso que é importante, toda vez que a gente tiver que pensar em construir o amanhã, a gente imaginar o que foi o ontem, porque senão nós faremos avaliações precipitadas, julgamentos precipitados e, muitas vezes, exigiremos aquilo que deveríamos ter paciência para exigir.

Eu queria lembrar aos empresários brasileiros, aqui, no Rio de Janeiro, que o que parecia impossível aconteceu em apenas dez meses, que foi a reforma da Previdência e a reforma tributária. E é importante dizer que uma boa parte da reforma tributária, aquela pertinente aos estados brasileiros, não foi votada ainda porque não há concordância entre os governadores sobre a sua parte na política tributária, porque alguns ainda querem manter a guerra fiscal como forma de trazer benefícios para o seu estado.

O governo federal, na verdade, já cumpriu a sua parte. E mais ainda, sabem os empresários deste país que em nenhum momento, desde a proclamação da República, nem quando vocês tiveram empresários governando o Brasil, vocês tiveram tanto espaço para debater, formular, sugerir e ajudar em propostas como vocês estão tendo, agora, neste governo.

A CNI, possivelmente, seja a maior testemunha do espaço que nós temos criado para ouvir, não apenas através dos ministros, mas através do presidente da República e, em apenas 20 meses de governo, já fizemos duas reuniões com a totalidade dos presidentes das federações das indústrias deste país, coisa que não aconteceu nem quando o Roberto Simonsen era



presidente da Fiesp, ou seja, nem quando grandes empresários de nome que marcaram a história deste país, dirigiram os setores empresariais.

E por que nós fazemos isso? Eu sempre achei e continuo achando que um dos graves problemas do Brasil é a mediocridade política, de pensar um país, o estado ou a cidade, apenas durante o mandato da pessoa que está governando. Se isso acontece como acontece no Brasil, todas as tomadas de posição que temos são pequenas. Porque não é possível nem construir nem reconstruir o projeto de cidade, de estado ou de nação, se pensarmos apenas de 4 em 4 anos.

E pensar no médio ou longo prazo significa fazer com que cada projeto enviado ao Congresso Nacional seja resultado de um debate na sociedade e não o pensamento de um homem ou de um amigo do presidente ou de um amigo do governador, como eu já vi emendas em projetos de lei serem feitas atrás de cortinas, de palanques, de congressos da Previdência Social, feitos, como dizia o ditado, “nas coxas”. Um advogado fazer um artigo de lei, mandar para o Congresso, sem que houvesse nenhuma discussão.

Nós resolvemos mudar para que, ao deixarmos o governo, as pessoas passem a entender que aquilo não foi feito pelo presidente Lula ou pelo ministro tal; aquilo foi feito porque a sociedade brasileira assim o quis, exigiu, formulou, organizou e discutiu.

Vamos pegar dois exemplos: o projeto de Biossegurança. Eu mandei um projeto de Biossegurança para o Congresso Nacional, depois de 6 meses de discussão, porque diziam que não tinha soja transgênica no Brasil. Eu tomei posse no dia primeiro de janeiro e, em fevereiro, já sou pego com 9 milhões de toneladas de soja transgênica. Os mais afoitos queriam que eu orientasse o Ministro da Justiça a mandar a Polícia Federal queimar; outros queriam que eu deixasse vender sem nenhum critério. Prevaleceu o bom senso. Estabelecemos o direito à venda, uma parte para exportação, uma parte para a indústria brasileira, desde que, aquela que fosse utilizada internamente, fosse



rotulada como soja transgênica. E fizemos a medida provisória, permitindo o plantio na safra 2003/2004.

Nesse interregno de tempo, nós criamos um grupo de trabalho que envolveu “n” setores da sociedade, a começar pelas entidades empresariais do setor da agroindústria, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura e, em 6 meses, apresentamos um projeto que foi ao Congresso Nacional. Esse projeto foi votado no dia 4 de fevereiro na Câmara e, no dia 6 de fevereiro, ele entrou no Senado. Foi votado na semana passada e agora volta para a Câmara dos Deputados porque houve mudanças substanciais no projeto.

O Projeto de PPP. Não foi um projeto construído pelo ministro Guido Mantega ou pelo ministro Furlan ou pelo ministro Palocci. Foi um projeto em que nós ouvimos muita gente. Este projeto está na Câmara dos Deputados, aprovado, está no Senado já há algum tempo. Eu não sei se tem problemas políticos, não sei se estão pensando nas eleições de 2006. O dado concreto é que a cada dia que nós deixarmos de votar um projeto desse, nós estamos jogando no ralo a oportunidade da boa parceria entre a iniciativa privada e o poder público. E não é um projeto para o governo do presidente Lula, é um projeto para o futuro deste país, pensado para os próximos 20 anos. Porque todo mundo sabe que não basta aprovar o PPP, depois de aprovado, é preciso muita discussão para que a gente possa tornar possíveis de executar os projetos que são considerados prioritários para este país. Porque entre pensar um projeto e executá-lo, contratar o projeto, fazer licitação, todo mundo sabe que leva um bom tempo e que, portanto, nós não temos tempo a perder.

Então, eu não consigo entender porque este projeto não é aprovado e depois nós temos “n” formas, desde o Tribunal de Contas, a legislação, o próprio Congresso para fiscalizar se houve ou se vai haver algum desvio. Lamentavelmente, nós estamos retardando um pouco, porque acabou aquele momento em que as decisões tomadas por algumas áreas do desenvolvimento



do Brasil eram pensadas de forma ideológica. “Ah, saneamento básico tem que ser do Estado”. Tem que ser do Estado, quando o Estado tem dinheiro para fazer porque, normalmente, quem diz que tem que ser do Estado nunca pisou no barro, nunca pisou em esgoto a céu aberto, nunca tomou água de açude com verme, como toma a maioria do povo pobre. Então, a pessoa ideologiza dizendo: “tem que ser do Estado”, mas não diz onde vai arrecadar dinheiro para o Estado fazer.

Para o povo o que interessa, na verdade, é o seguinte: “eu estou pisando no asfalto? A água da minha casa é de qualidade? O esgoto está sendo recolhido e sendo tratado?” Ele não quer saber quem fez, se é torcedor do Flamengo, do Vasco, do Fluminense ou do Botafogo, muito menos do meu Corinthians, ele quer saber que ele é beneficiário de uma obra feita por alguém, mas que ele vai usufruir dela.

Lamentavelmente, vocês acompanharam quando fizemos a reforma da Previdência; não tem país do mundo em que reforma da Previdência não tenha problema, porque você está mexendo com hábitos, você está mexendo com direitos, você está mexendo com conquistas. Agora, muitas vezes, eu estranhava pessoas muito inteligentes – porque para tudo alguém tenta tirar um proveito político, pensando nas próximas eleições – não perceberem que quando o sistema previdenciário brasileiro foi criado, a idade média das pessoas era 52 anos, e que hoje é de 70 anos, portanto, nenhum sistema previdenciário vai sobreviver se as pessoas passarem a receber da Previdência mais tempo do que elas contribuíram. A expectativa de vida das pessoas aumentou, a saúde do povo aumentou, em muitos lugares, e é engraçado porque vale para todo mundo.

Eu, quando vejo um intelectual da universidade, um professor se aposentar com 50 anos de idade, eu fico pensando: está certo que um jogador de bola, aos 30, está ficando velho, está certo que um bispo, aos 75, tem que se aposentar, e também acho que nem o presidente deveria ser depois de



determinada idade. Mas, meu Deus do céu, o ser humano atinge o ápice da sua capacidade intelectual aos 50 anos, é quando ele está, eu diria, maduro, pronto, aí se aposenta. Não é possível.

Então, a mudança, tem que ser pensada para o futuro deste país e não para aqueles que estão vivendo hoje. E sempre é muito difícil, meu caro Eduardo.

Está aqui o Ministro à mesa e está o outro Ministro, ali. O que era o turismo neste país antes do companheiro Walfrido assumir? Nós temos que tomar muito cuidado com o que falamos, com o que publicamos e, muitas vezes, até com o que pensamos, porque as nossas palavras são captadas no exterior da forma e do interesse político deles, na competitividade conosco.

Por que os europeus ou outros setores do mundo desenvolvimento não estão investindo tudo aquilo que nós gostaríamos que investissem? Primeiro, porque nós tomamos a decisão de que não íamos mais vender empresa pública. E essa decisão faz com que não entrasse dinheiro. Quando tínhamos muitas empresas para vender, entraram 90 bilhões de dólares neste país, e o que se fez com esse dinheiro?

Nós resolvemos fazer com que a imagem do Brasil mostrada no exterior, sem deixar de dizer a verdade, seja a imagem real do Brasil. É verdade que o Brasil tem violência, é verdade que o Brasil tem isso, mas o Brasil é um país que tem muitas outras coisas que nós precisamos mostrar cotidianamente. E muitas vezes não mostramos, meu caro Eduardo. É verdade que um país do porte do Brasil precisa de tecnologia chinesa para que a gente faça o lançamento do nosso foguete, mas é verdade também que nós temos tecnologia para colocar a Embraer lá dentro e ensiná-los a produzir avião.

É verdade que os chineses são bons parceiros e que nós queremos que as indústrias brasileiras, quantas quiserem, façam parcerias com os chineses, mas é verdade também que os chineses têm que vir aqui e fazer parceria com os nossos empresários.



É verdade que nós queremos parcerias com o mundo desenvolvido, mas queremos que as nossas indústrias tenham condições e sejam respeitadas tanto quanto eles querem que a deles sejam lá fora, seja no Japão, na Alemanha, na China, na Rússia, ou em qualquer país. Eu vou contar um dado para vocês. O Brasil passou 27 anos tentando vender manga para o Japão e não conseguiu. O Japão sempre colocava um obstáculo, da falta de controle fitossanitário, da mosca, não sei das quantas. Recentemente esteve aqui o primeiro-ministro do Japão, o Koizumi, e a primeira coisa que eu perguntei foi da manga. No Itamaraty, manga de sobremesa, até que o ministro falou: “nós vamos comprar manga brasileira”. E como eu estou indo ao Japão em maio, eu vou levar não só a manga, mas vou levar algumas coisas que ele precisa saber que nós temos, porque não é possível que alguém coloque obstáculo à carne brasileira, não é possível. Possivelmente, porque nunca comeram uma picanha do jeito que nós sabemos assar ou nunca comeram uma costela bem feita.

Nós temos que fazer. O Presidente da China vai vir aqui no dia 12 de novembro, vai ter toda a recepção formal, protocolar, mas ele vai à minha casa comer uma carne boa para saber como a carne brasileira fará bem para os chineses. E essas coisas só podem ser feitas se nós acreditarmos.

Durante muitos e muitos anos, meu caro Eduardo, embora a gente tivesse conquistado a independência do Brasil, em 1822, a verdade é que a cabeça da elite pensante deste país era colonizada. Nós tínhamos uma loucura de só olhar os Estados Unidos e a Europa e esquecer que a geografia comercial do mundo muda na medida em que você encontra novos parceiros, e foi isso que nós fizemos.

Neste pouco tempo de governo, a nossa relação comercial com a América do Sul cresceu 73%, com o Oriente Médio cresceu 53%. Por que os árabes têm que gastar tanto dinheiro nos Estados Unidos e não um pouco no Brasil se, na hora de morar, o Brasil é um país acolhedor, fantasticamente acolhedor, onde você não vê uma briga entre árabe e judeu? Quem mora em



São Paulo e aqui no Rio de Janeiro sabe como vivem bem. E por que na hora de fazer investimentos, tirar férias vão para outro lugar e não vêm para o Brasil? Porque, possivelmente, a visão do Brasil que eles têm seja a visão do perigo, a visão de alguém que não quer que eles venham e fica mostrando para eles.

Eu não tive dúvida. Dom Pedro, em 1876, foi o último chefe de Estado a visitar o Líbano, como foi na Finlândia também, onde nós vamos no ano que vem. Eu falei: vamos visitar o Oriente Médio. Vamos mostrar para eles que nós existimos, vamos mostrar que aqui nós temos Foz do Iguaçu, que é mais bonita que o Niágara, vamos mostrar para eles saberem o que nós temos. Que nós temos mão-de-obra qualificada, que nós sabemos produzir carros de qualidade, que nós temos tecnologia. Nós não somos apenas um mero exportador de produtos *in natura*, nós poderemos competir em muitas outras áreas com qualquer país do mundo, mas nós temos que acreditar e nós temos que fazer.

A gente não pode ficar como uma madona, reclamando a vida inteira. Nós temos que fazer acontecer, nós temos que levantar a cabeça e dizer o que está reservado para nós. É por isso que, quando eu tomei posse, tomei a decisão de não ficar falando do governo passado, porque o povo não me elegeu para ficar dizendo: porque o governo passado não fez isso, porque no governo passado... o julgamento do governo passado o povo deu nas eleições. Então, o meu papel era dizer o que eu vou fazer. Porque daqui a dois anos eu vou ser julgado e, diferentemente de outros presidentes deste país, eu tenho que provar, todo santo dia, que nós temos capacidade de governar. Outros que entraram, que roubaram, não provaram nada, porque não tinham compromisso, saíram deste país, do governo, iam tirar férias e acabou, entrava outro. O povo estava acostumado. Eu tenho que provar. Por que eu tenho que provar? Porque eu acho que os trabalhadores brasileiros, com a minha eleição, adquiriram consciência que eles têm que provar que tem mais competência do



que muita gente que parecia que tinha competência, neste país, sobretudo para exercitar a democracia.

O nosso Plano Plurianual, meu caro Eduardo, que está no Congresso Nacional, ouviu 2.170 entidades da sociedade civil. Nós já fizemos 12 conferências nacionais sobre todos os temas, precedidas de conferências estaduais e de conferências municipais. Tudo isso dentro de uma visão de que o que nós queremos plantar é uma coisa mais duradoura, é uma coisa que dure 20 anos, porque esse é o ciclo de crescimento que nós queremos consagrar no Brasil, não é o crescimento “vão de galinha.”

Minha mãe, coitada, que morreu analfabeta com 64 anos, muitas vezes, quando alguém dava uma notícia para ela: “dona Lindu, tal pessoa sarou,” ela falava: “é, quando a pessoa está muito ruim e tem essa melhora, é porque a morte vem depois.” Nós não queremos isso. Eu não quero brincar com a economia brasileira, eu não quero tomar nenhuma atitude que signifique um gesto eleitoral.

Quando tomei a decisão, na semana passada, há 15 dias, de aumentar o superávit primário, não faltaram amigos e companheiros dizendo: “Mas presidente Lula, aumentar o superávit primário agora, faltando dois meses para as eleições, um mês para as eleições.” Eu tinha dito antes: a eleição municipal, por mais importante que seja, não irá fazer com que o governo tome nenhuma atitude em função dela, porque o Brasil já perdeu duas vezes por decisões pensadas eleitoralmente. O presidente Fernando Henrique Cardoso, nas eleições de 1998, na reeleição dele, se tivesse discutido a questão dos juros no momento certo, se tivesse mudado a política cambial como nós queríamos, 10 bilhões de dólares não teriam fugido deste país, em poucas horas.

Da mesma forma que nas eleições de 2002, se não teimasse em manter os juros de 15%, por conta da questão eleitoral, não seria obrigado, depois das eleições, a elevá-los para 25%.

Quando eu fiz o superávit primário, eu disse para os meus



companheiros: ministros, nós vamos fazer o superávit primário porque vão sobrar 3 ou 4 bilhões de reais e eu não vou jogar no ralo, sem ter projeto definido, distribuindo de forma aleatória para os ministros. E eu aprendi isso com a minha mulher. Eu disse ontem na Feira do Automóvel, que quando a gente trabalha numa fábrica, recebe no final do ano o 13º, no mês de dezembro, férias e, às vezes, recebe até uma parte das férias do ano seguinte. Então, chega em casa com um bolão de dinheiro assim. E pior, não desconta Imposto de Renda da maioria, não desconta nada. Aí, a gente fica feliz. Tem gente que vai na loja, gasta o que tem e o que não tem. Quando chega em janeiro, vem só um pouquinho assim, e ainda vem descontado todo o imposto. A gente passa até o meio do ano seguinte para poder pagar, outra vez, a nossa conta.

E a dona Marisa, quando eu chegava com o meu dinheiro, falava: “não”. Mas o moleque está precisando disso, Marisa, vamos comprar. Ela falava: “não”. Se tem dinheiro a mais, vamos pagar uma prestação a mais que nós devemos, para que a gente não fique sufocado no mês seguinte. Foi por conta disso que eu não tive nenhum problema em aumentar em 0,25% o superávit, para resolver um problema de dinheiro que eu não tinha projetado e que entrou a mais. Por que eu vou gastar de forma aleatória? Por que eu vou jogar fora, sem projeto? Eu tomei a atitude de dizer: nós ganharemos mais credibilidade agindo com seriedade do que se a gente, “porque faltam três dias para as eleições”, não fizer as coisas. “Eu vou jogar tudo embaixo do tapete, depois das eleições a gente aflora isso.” O povo está cansado. Esse povo não pode viver subordinado a mentiras. Já mentiram demais, já prometeram demais, já falaram demais e este povo continua, a cada dia, vendo que a sua situação está mais difícil. Eu confesso uma coisa a vocês, eu tive a impressão, quando cheguei ao governo, que o Brasil era como uma casa. Vocês já entraram numa casa em que você chega no banheiro e a descarga não está funcionando, a torneira da pia está com um monte de pano enrolado e está pingando,



vazando, quando na verdade, uma borrachinha para consertar custa, acho, 10, 15 centavos? O Brasil é um pouco isso.

Nós, agora, fizemos um grupo de trabalho, o Furlan participou, para cuidar dos portos brasileiros, e resolvemos que até 2006 vamos colocar 273 milhões, além das medidas que nós tomamos para reduzir tributos na área de importação de máquinas, de equipamentos para os portos brasileiros, porque não adianta continuar a crescer, como estão crescendo as exportações se a gente não tiver como escoar essa nossa produção. Portanto, nós estamos tomando as medidas no tempo certo, na hora certa, sem o pulsar do interesse para 2006, do interesse para 2004 ou do interesse para qualquer outra eleição.

Eu digo sempre: a única coisa que eu desejo é, no dia em que eu deixar o governo, poder ser convidado para vir aqui e poder tratar vocês como companheiros como eu tratava antes das eleições e ser tratado como fui, aqui. É a conquista do direito de andar de cabeça erguida, de fazer as coisas certas, de fazer as coisas pensando no coletivo e no conjunto da sociedade e não fazer as coisas pensando numa próxima eleição.

Eu tenho um amigo, dos melhores amigos, que foi eleito deputado junto comigo em 1986. Nós tomamos posse, ele era constituinte e esse rapaz ficava “doente”. Tudo que ele fazia ele pensava na reeleição dele, tudo, não tinha um gesto que ele fizesse que não fosse pensando na reeleição, ele estava ficando “doente”. Um dia, eu o convidei para ir almoçar em casa e falei: meu amigo, pelo amor de Deus, esquece a eleição que vem, trabalhe agora porque se você trabalhar direito, plantar direito, certamente vai colher uma boa safra, não pense na eleição; ele deixou de pensar nas eleições e foi um bom deputado durante muitos e muitos anos, até virar meu ministro.

No Brasil, nós temos o hábito de o governo municipal não poder fazer uma coisa e culpar o governo estadual; aí o governo estadual não consegue fazer e culpa o governo federal; o governo federal não pode fazer e não tem a quem culpar, ou devolve para o município. O problema não é desse ou daquele



ente federativo, o problema é da ausência de bom senso. Ninguém é o único titular da responsabilidade de resolver este ou aquele problema. Ficaria muito mais fácil resolver se nós todos, municípios, estados e União, assumíssemos de forma tripartite, com a sociedade, um jeito de encontrar soluções e a execução dessas soluções.

Aí, entra a questão da segurança. Eu falo sem medo de errar para vocês, com respeito a todos os ministros que passaram pelo Ministério da Justiça: poucas vezes na história deste país teve um ministro da qualidade do Márcio Thomaz Bastos, poucas vezes. Um homem em que cada palavra é medida, não faz da segurança pública um carnaval. Essas operações da Polícia Federal, que têm desvendado coisas “cabeludas”, como a “Operação Vampiro”, a “Anaconda”, como essa de Manaus agora, vocês não vêem o Márcio dar entrevistas, porque o papel dele é apresentar resultados. Combater o narcotráfico hoje, meu caro, não é com a polícia que foi preparada, historicamente, para enfrentar ladrão de galinha; combater o narcotráfico, hoje, é sobretudo investir na inteligência. Para prender um bandido hoje, você não precisa de mil policiais, você pode ter dois e fazer o mesmo trabalho se trabalhar com inteligência.

E é isso que o Márcio Thomaz Bastos está fazendo e o resultado disso não vai aparecer nem ontem nem amanhã, é um processo porque o crime organizado é uma indústria multinacional, muito rentável. Ela tem o seu braço no Judiciário, ela tem o seu braço empresarial, ela tem o seu braço político, ela tem o seu braço em muitos lugares onde a gente pensa que só tem gente boa. E combater esse crime organizado é uma tarefa muito mais de inteligência do que de força bruta. Força bruta poderia valer em outros momentos históricos, agora, é inteligência.

E eu não tenho dúvida que nós, brasileiros, vamos colher todo o trabalho que está sendo preparado e executado pelo Ministro. Nós não tínhamos sequer fiscalização. O cidadão rouba aqui, no Rio de Janeiro, vai para São Paulo e tira



outra identidade. Ele passa na Polícia Rodoviária, pedem o documento dele, ele dá o documento, é um bom cidadão, passa e vai roubar o outro dali a três minutos.

Bem, nós estamos certos de que as políticas que estamos colocando em prática são aquelas que vão colocar o Brasil num novo rumo. Eu me lembro da alegria do companheiro Armando Monteiro, quando, numa primeira reunião conosco, reivindicava a participação dos empresários na elaboração das políticas de desenvolvimento. E uma semana depois ele era convidado, porque nós queríamos um Conselho de Desenvolvimento com a participação de 11 ministros e de 11 representantes da sociedade, dos quais 8 são representantes dos empresários, que já produziram frutos extraordinários.

É por isso que o ministro Palocci, na semana passada, há quinze dias, apresentou, numa reunião com empresários, 21 medidas que foram sugestões, muitas delas, desse Conselho, para que a gente pudesse fazer redução de determinados tributos, inclusive com a lei da afetação, para a construção civil brasileira poder voltar a investir, porque durante muitos anos ela caiu 7%.

E eu queria dar uma boa notícia: a construção civil que, ano passado, tinha mandado embora quase 59 mil trabalhadores, este ano já contratou 90 mil novos. Mas a boa notícia mesmo não é essa, é que do dia 1º de janeiro ao dia 30 de setembro, entre trabalhadores demitidos e admitidos, sem contar a empresa doméstica, sem contar o servidor público, nós já temos contabilizado 1 milhão, 666 mil, 188 novos empregos formais com carteira profissional assinada. O que é importante é que a maioria desses empregos está sendo contabilizada no interior, em cidades de porte médio, onde tem mais tranquilidade, onde não tem problema de transporte, não tem problema de violência, não tem vários problemas, que tem numa cidade grande. E isso não é mau para o Brasil. Não. Isso é bom para o Brasil. Levar o desenvolvimento, espaiá-lo para todo o território nacional é uma coisa extraordinária.

Eu não vou falar das exportações, porque eu tenho um champanhe guardado,



que eu ganhei para estourar no dia da minha vitória. Eu falei para o Furlan: vou guardá-lo para a gente colocar na geladeira, para o dia em que a gente chegar aos 100 bilhões de dólares de exportação. E, obviamente, eu falo com essa euforia da exportação, porque, no Brasil, sempre se trabalhou com a política do “8 ou 80”, ou seja, no Brasil era assim, no mês de janeiro, o governo falava: “tudo para a exportação.” Aí trancava o mercado interno, aí era o ano inteiro para exportação. No ano seguinte falava: “agora é tudo para o mercado interno”, fechavam as exportações. Nós queremos provar que é possível compatibilizar os dois, de que é possível a gente continuar crescendo para a exportação e que é possível a gente fortalecer o mercado interno brasileiro.

Eu não ia falar, mas vou dar um dado aqui. Eu fico pensando, todo mundo fala de juros. Eu de vez em quando vejo meus companheiros fazerem o discurso: porque os juros... a taxa selic está muito alta “não sei mais das quantas”. Agora, é engraçado, porque o consumidor ia num lugar comprar uma geladeira, ele pagava 150% de juros, e eu nunca vi ninguém defender o consumidor. Por que ele está sendo esbulhado em 150%? Então, o que nós fizemos? Eu aprendi isso numa reunião, Eduardo, aprendi numa reunião com o Sistema Financeiro e com os empresários da construção civil. Por que a gente não pode baratear os juros para o consumidor? O que nós fizemos? Fizemos a primeira tomada de posição num acordo com as centrais sindicais e demos o holerite de pagamento como garantia. Ou seja, fizemos contratos com todos os bancos que variam de 1,75% a 2,8% de juros. Então o trabalhador vai lá, pega o seu dinheiro e compra o produto à vista pois é melhor para ele se os juros estiverem altos.

Esta semana fizemos com os aposentados. São 20 milhões de aposentados que vão poder ir ao banco, tomar dinheiro a 1,75% a 2%, fugir do cartão de crédito, do cheque especial, e essas pessoas vão poder pagar no máximo 30% daquilo que recebem, porque a gente não quer comprometer o salário dele, e vamos colocar dinheiro no mercado para circular neste país,



porque não pode ter um país capitalista sem capital, e nós queremos que tenha.

O nosso amigo Roger tem participado conosco de muitas empreitadas e sabe que a possibilidade de as coisas acontecerem são excepcionais. Todo mundo sabe. Quando da campanha, eu queria um secretário de comércio que fosse um mascate, toda vez que eu falo de mascate eu me lembro da minha mãe. Porque chegava lá o cidadão com uma sacola cheia de peças de roupas, batia palmas e minha mãe dizia: “não, não quero, eu não tenho dinheiro” Aí, dali a pouco minha mãe entrava com uns panos embaixo do braço e com 12 prestaçõesinhas para pagar não sei de quanto. Eu imaginava um homem desse para o nosso comércio exterior.

E tive a sorte de encontrar o Furlan. Ou seja, foi um empresário bem-sucedido enquanto exerceu a sua função de empresário, e é um mascate enquanto representante do governo. Eu, de vez em quando, o alerto: Furlan, vai devagar porque comércio exterior é uma via de duas mãos, a gente tem que vender mas também tem que comprar, porque senão a gente sufoca os nossos parceiros.

É preciso que haja um equilíbrio neste comércio exterior e eu acho que nesse ponto a nossa política de comércio exterior está vivendo um dos seus melhores momentos e ainda pode crescer muito mais, sabendo, não é Furlan, que as coisas são mais difíceis porque a Europa, hoje, desde que caiu o muro de Berlim, está preocupada com os seus parceiros, que eram da América, da Europa oriental. Até porque entraram mais 10 países na União Européia e ela tem que se preocupar com eles primeiro, antes de se preocupar com outro país. Também temos consciência de que em função dessa competitividade, temos que trabalhar melhor os ajustes internos para que a gente possa convencer alguém a vir para o Brasil. Acabou aquele tempo. O cara para vir hoje, aqui, ele quer saber se a mão-de-obra está qualificada, quer saber se tem infra-estrutura e quer saber se tem mercado para o seu produto. Se nós não



oferecermos isso, apenas com a cara do Presidente não se resolve. E nesse aspecto nós estamos com o nosso amigo Furlan, com a participação de vários empresários. Eu tenho provocado, a boa provocação, os nossos empresários, para que viajem, não fiquem esperando alguém vir comprar, vá lá fora vender, acredite no que é seu. Temos feito de tudo.

O turismo, então, eu nem falo. Nós temos um compromisso e este ano vamos bater uma série de recordes na questão do turismo, porque nós temos que mostrar as coisas boas que nós temos. As coisas ruins os adversários mostram. Isso é que nem política. Se um político não mostrar o que ele está fazendo de bom, o de ruim podem ficar certos que a oposição está guardando e, na época da campanha, aparecem coisas das quais você nem lembra mais. Então, trate de ser esperto e mostre a coisa que está fazendo, senão o pessoal te pega.

Vejam, eu sou um homem que tenho pautado a minha vida pela paciência, pela vontade de encontrar soluções. Eu aprendi isso no movimento sindical, está aqui o Meneguelli que conviveu comigo negociando, conversando. Uma boa prosa não faz mal a um político. É preciso parar com essa história de “quem quer ser o pai da criança”, o que importa é que a criança seja cuidada. E, de preferência, se o pai e a mãe trabalharem juntos vai ter menos trabalho, individualmente, cada um; a criança vai ser melhor cuidada.

O Rio de Janeiro, todo presidente já disse isso, é um estado especial, e a cidade é muito mais especial ainda, porque é o grande cartão postal que o mundo conhece. Acontece que os problemas do Rio de Janeiro, também não são culpa de um ou de outro governador. É um acúmulo de problemas provocado pelo crescimento desordenado do estado. E aí, quando eu falo em crescimento de forma desordenada, vale para o Brasil inteiro. Eu, de vez em quando, fico pensando na irresponsabilidade de um administrador público que deixa os caras construírem cem barracos na rua principal da sua cidade.



Depois que constrói cem, fica difícil tirar, mas quando se constrói o primeiro é possível tirar e acertar o lugar para essas pessoas irem morar mais decentemente. Mas sabem, os empresários que nós temos, tomados algumas coisas que eu vou terminar com isso.

Primeiro, os companheiros do Rio de Janeiro não vão perder por esperar as coisas que vão acontecer no Rio de Janeiro. A Petrobras, somente a Petrobras, tem previsto até 2010, investimentos de 53 bilhões de dólares, dos quais 80% serão feitos no Brasil. E desses 80%, somente o estado do Rio de Janeiro receberá 29 bilhões de dólares de investimento. Portanto, eu acho que o Rio de Janeiro vai receber muitos investimentos para o pólo petroquímico, para a indústria naval, que já está recebendo, para a construção de navios de plataforma e para fazer a prospecção de petróleo que precisamos fazer.

Ao mesmo tempo, todo mundo sabe da briga do dinheiro do fundo da Marinha Mercante. Os companheiros da indústria naval sabem, todo mundo queria que o governo fizesse um fundo de aval. E por que nós não fizemos o fundo de aval e eu vetei? É porque se fizéssemos entraria no superávit primário. E, portanto, seria fingir fazer. O que nós preferimos fazer? Assumimos a responsabilidade, porque os empresários diziam que o seguro não poderia ser feito porque a taxa de juros era muito alta e, internacionalmente, era mais barata.

Qual foi o compromisso que nós assumimos, Eduardo? Liguei para o Eduardo, liguei para vários outros setores e disse o seguinte: o governo federal assume a responsabilidade para equalizar os juros, ou seja, nós assumimos a diferença entre os juros praticado pelo Instituto de Resseguros do Brasil, que é o IRB, e o juro internacional para fazer seguro. E vocês pagam apenas o juro internacional.

A impressão que eu tenho é que, dentro de poucos dias, a indústria naval poderá, definitivamente, começar a utilizar o dinheiro da Marinha Mercante para que a gente possa fazer as obras que têm que ser feitas, e



recuperar não só a nossa indústria naval, mas também a nossa Marinha Mercante, porque não é possível a gente continuar gastando o que gasta com fretes neste país.

Por outro lado, tem uma coisa que eu sei que é o sonho de todo mundo, que é o arco rodoviário. Esse arco também está numa fase de estudo de tráfego e viabilidade, pois o Ministério dos Transportes anterior tinha feito um acordo com o governo do estado. Tem muitos empresários participando desse estudo. Na reunião que nós fizemos de infra-estrutura, na semana passada, eu penso que logo, logo nós temos essa obra à nossa conta e, certamente, essa obra será uma alavanca muito grande para o bom desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro.

E, por último, quero dizer a vocês da nossa política social e dizer da alegria com que eu apareci naquela televisão, naquela formação dos alunos da Firjan. Não é habitual um presidente da República vir à posse de federação de indústria, a não ser quando a Fiesp convocava, porque era muito poderosa, aí vinha. Mas no Rio de Janeiro não era habitual, nunca veio. É engraçado porque em todo lugar que eu vou as pessoas falam: “é a primeira vez que vem um presidente aqui.” Então, eu estou aqui muito mais em agradecimento a vocês, porque eu acho que a política social da Firjan, a preocupação da Firjan com a formação técnica, com a formação educacional e a gratidão que vocês me deram com aquele curso de alfabetização, em que eu tive o prazer de participar, é algo que apenas confirma aquilo que eu acredito: o Estado, sozinho, não tem condições de resolver grande parte dos problemas acumulados durante décadas e décadas. A sociedade brasileira precisa ser parceira e assumir uma tarefa.

Às vezes, fazer uma coisa por uma ONG, ou por uma entidade, é muito mais barato, muito mais fácil e muito mais eficaz do que fazer pelo aparelho, muitas vezes tecnocrático e burocrático, do Estado brasileiro. É por isso que eu vim na posse de hoje. É um agradecimento ao trabalho que vocês vêm



fazendo. Eu acho que é um trabalho muito importante. Eu acho que vocês devem continuar fazendo muito mais, até eu ser convidado daqui a alguns meses.

Nós aumentamos de seis para oito meses o curso de alfabetização do MEC, porque também nós não queremos brincar de alfabetizar, dar um diploma para uma pessoa que não aprendeu nada. Então, nós preferimos aumentar um pouco, mas qualificar melhor a formação, porque a alegria estampada no rosto daquelas pessoas pobres que falaram ali, ou seja, o fato de elas aprenderem a escrever o nome delas tem a mesma importância que tem para um de vocês, quando viram o filho de vocês se formar em engenharia, em advocacia ou coisa parecida. Essa gente precisa de pouco, essa gente reivindica pouco e essa gente precisa muito menos do que a gente pensa que elas precisam.

E eu acho que o trabalho que vocês fizeram é exemplar. Eu espero que outras entidades empresariais também façam. Está aqui o Meneguelli que sabe da parceria do Sesi com o governo federal para fazer políticas sociais. Esta semana o Sesi entregou caminhões-cozinha para ensinar as pessoas a aproveitarem melhor aquilo que têm para comer. Eu comi tanta coisa que eu jamais imaginei que pudesse comer: doce de casca de abóbora, doce de casca de melancia, de coisas que eu achei que era para jogar fora. E as mulheres provam que aquilo tem as calorias necessárias, tem a substância, como diria o nordestino, a substância necessária para a gente poder comer bem e viver melhor.

Eduardo, eu ainda tenho que ir ao Encontro de Turismo, mas eu diria que se eu não tivesse mais nada para fazer hoje, eu já teria ganho o meu dia honestamente, participando da sua posse e da sua diretoria.

Eu quero que vocês pensem de forma positiva, acreditem que este país pode ser muito maior e muito mais importante do que ele é. Somente nós é que não nos valorizamos.

Eu tenho feito, sistematicamente, reuniões com empresas



multinacionais. Ainda ontem eu estive com a Telefônica, da Espanha, e eles diziam: “o trabalhador brasileiro é tão competente, é tão qualificado, que em todos os lugares do mundo em que nós estamos, onde a gente ganha mais por trabalhador é aqui, no Brasil.”

A Mercedes-Benz já disse isso na Alemanha, em Genebra. A Ford disse isso em Nova Iorque. Então, um país que tem um povo maravilhoso como este, tem problema de violência? Tem. Tem problema de prostituição? Tem. Nós vamos ter que combater isso com muita dureza. Mas nós temos isso e muito mais coisas. Nós não somos apenas o país do futebol e do carnaval, o país da criança de rua. Nós somos isso também, mas nós temos tantas outras coisas para mostrar.

Eu fui, agora, participar das Olimpíadas da Matemática. Recebi no meu gabinete a molecada que venceu. Recebi um moleque de 16 anos, que está fazendo doutorado em matemática, com 16 anos de idade, não é pouca coisa. Eu fui, agora, receber os atletas paraolímpicos. Aquele Clodoaldo, seis medalhas de ouro e uma de prata; aquele homem teve paralisia cerebral. Um homem que tem uma deficiência, acredita nele, e faz o que eles fizeram, porque nós, que somos saudáveis, temos formação, temos poder, não temos coragem de pensar como essa gente, de forma positiva, e fazer as coisas que têm que ser feitas?

Todos nós, de manhã, precisamos levantar. Se quiserem xingar o Presidente podem xingar, não tem problema, não tem nenhum problema, se quiserem ir ao banheiro desabafar contra a Caixa Econômica podem, contra o Mares Guia podem, contra o Furlan podem, mas depois que vocês xingarem o que vocês quiserem xingar, na hora em que vocês saírem do banheiro, olhem para a frente e falem: “eu sou brasileiro e não desisto nunca”. E o melhor deste país somos nós mesmos.

Muito obrigado e parabéns.



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República**



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração do Museu Afro-Brasil**

São Paulo-SP, 23 de outubro de 2004

Eu estava, aqui, pedindo para o Emanuel falar no meu lugar, porque ele é o presidente desta cerimônia.

Então, eu queria cumprimentar a minha querida companheira Matilde, secretária especial de Política da Promoção da Igualdade Racial,

Cumprimentar a minha mulher,

Cumprimentar o nosso querido amigo Cláudio Lembo, vice-governador,

Senador Aloízio Mercadante,

Senador Suplicy,

Deputados Jamil Murad,

Meu querido Hélio Bicudo, prefeito em exercício da cidade de São Paulo,

Meu caro José Eduardo Dutra, presidente da Petrobras,

Meu caro Celso Frateschi, secretário municipal de Cultura de São Paulo,

Meu caro Adriano Diogo, secretário municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo,

Cumprimentar os secretários, vereadores,

E cumprimentar o nosso querido Emanuel Araújo, curador do Museu Afro-Brasileiro,

Cumprimentar os artistas que estão aqui,

Cumprimentar a nossa querida Benedita da Silva e o Pitanga,

Eu tenho consciência, e já disse isso em outras ocasiões, de que a nossa história com a África tem que ser tratada e ensinada de forma muito especial.



Mais do que relações diplomáticas, o Brasil tem profundas afinidades étnicas e culturais com o continente africano. Foi daquela parte do mundo que homens e mulheres livres, transformados em escravos, foram trazidos para o Brasil, marcando para sempre o nosso futuro.

Somos, hoje, depois da Nigéria, a segunda maior população negra do mundo. Somos uma mistura de raças e culturas e, por isso mesmo, temos esse povo maravilhoso.

A vertente africana do nosso povo enriqueceu o Brasil, seja na língua, na cultura, na fé, na luta, na alegria de viver, na criatividade, na beleza, nas mais variadas manifestações do espírito humano. Nunca é demais insistir que os mais de 500 anos de nossa história foram construídos, em grande parte, com o trabalho dos nossos irmãos e irmãs negros.

Mas, toda essa riqueza carrega um passivo que persiste de várias formas, inclusive na pobreza, no preconceito e na discriminação.

Nosso governo sabe que o Brasil deve avançar no resgate dessa enorme dívida histórica para com os grupos sociais que mais sofreram, e sofrem ainda, em decorrência da escravidão e da exclusão social que se abateram sobre eles e seus descendentes. Esse resgate, em termos mundiais, é extensivo ao próprio continente africano.

Em menos de dois anos na Presidência, orgulho-me de já ter visitado sete países da África Negra, estreitando laços de solidariedade e ampliando o intercâmbio político, comercial e cultural entre os nossos povos.

Logo no início do nosso governo, criamos a Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial. Essa secretaria tem atuado transversalmente junto à totalidade dos ministérios, articulando e executando, de modo integrado, políticas públicas em favor de todos os segmentos étnicos do nosso país, em especial dos afrodescendentes.

Também estamos incorporando aos currículos escolares o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira. Milhões de crianças estão



podendo, agora, desde os bancos escolares, conhecer e orgulhar-se desses elementos essenciais da formação do nosso país.

Com o programa Brasil Quilombola, 743 comunidades remanescentes de quilombos estão recebendo apoio do governo para a regularização das terras onde viveram seus antepassados. Por meio do programa Luz para Todos, muitas delas, pela primeira vez na vida, já usufruem dos benefícios da energia elétrica.

Muitas ações conjuntas dos ministérios da Saúde, Educação, Cidades, Cultura, Desenvolvimento Social, Turismo, Esporte e da Secretaria de Direitos Humanos e da Igualdade Racial também têm favorecido os quilombolas.

Quero lembrar algumas delas: construção e reforma de 1200 casas, beneficiando famílias da comunidade Kalunga, outras 800 moradias estão previstas para as comunidades do Rio das Rãs e Alcântara; implantação do sistema de abastecimento de água tratada e construção de 1200 instalações sanitárias; atendimento médico-oftalmológico, com fornecimento de óculos e realização de cirurgias, bem como capacitação de agentes comunitários de saúde e distribuição de kits de saúde bucal; balcão de direitos, para acelerar a documentação de toda a comunidade, sem o quê fica difícil o acesso aos programas sociais, à aposentadoria, ao crédito do Pronaf, por exemplo; implantação, nas comunidades quilombolas, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, dos centros de referência da assistência social “Casa da Família”, criada pela companheira Benedita da Silva, quando ministra do governo.

Minhas amigas e meus amigos,

Este ano, fizemos uma reunião com os ministérios que eu citei agora, envolvendo a nossa companheira Matilde. E nós determinamos que era preciso fazer um pacote de cidadania para atacar alguns setores da sociedade brasileira que vivem no chamado “mundo do esquecimento”: quilombolas, comunidades indígenas e assentamentos dos sem-terra. Para esses três



segmentos da sociedade nós temos que ter um pacote de cidadania que leve, para eles, saúde, educação, saneamento básico, saúde bucal, Luz para Todos e todos os outros benefícios, como o Bolsa Família, que nós estamos estendendo às famílias mais pobres do Brasil.

Isso não custa caro, não custa muito dinheiro, o governo está preparado para fazer, tem os programas, tem dinheiro. Agora, é só os ministros construírem o pacote e na próxima vez que viermos visitar o Museu e tivermos uma reunião com a comunidade afro-brasileira, a gente poderá dizer: “O pacote cidadania já atendeu a todas as comunidades que precisam ser atendidas, neste país”.

Eu quero destacar uma coisa que considero muito importante. Vocês acompanham o debate intenso das cotas no Brasil. Algumas universidades já adotaram, e algumas universidades estão adotando. Eu acabo de vir de Londrina, onde a Universidade de Londrina adotou as cotas. A nossa ministra Nilcéa, quando reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro adotou no Rio de Janeiro.

E eu quero destacar, também, importantes modificações que estão em curso, no campo da educação. A democratização da universidade, em particular a democratização do acesso das pessoas tradicionalmente excluídas da universidade é prioridade do nosso governo.

Três ações programáticas, de aplicação imediata, estão sendo dirigidas especificamente para aumentar o acesso da população afrodescendente na universidade. O projeto Universidade para Todos, ProUni, em andamento para vigorar no início do ano 2005, é um projeto de geração de bolsas de estudos, tornando obrigatória a concessão de 10% de bolsas integrais em todos os cursos das universidades privadas e que aderirem ao ProUni. A seleção dos alunos é feita a partir dos resultados dos alunos no ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio – explicitando um recorte de renda e, obrigatoriamente, um recorte racial, privilegiando os afrodescendentes e os indígenas.



O FIES – Fundo de Investimento de Ensino Superior agora passou a ter, em seus dois critérios, um diferencial específico que aumenta a possibilidade de os afrodescendentes acessarem esse sistema de crédito para cursar a universidade. Neste momento, encontra-se em discussão no Congresso o projeto de lei que encaminhamos para regularizar, pela primeira vez na história, um sistema explícito de democratização do acesso à universidade pública, que explicita a obrigatoriedade de metade das vagas para alunos egressos do ensino médio das escolas públicas.

E, além disso, no interior dessas vagas, uma cota para afrodescendentes e indígenas. Essa cota é diferenciada por estado e corresponde, exatamente, ao peso dos afrodescendentes e indígenas, de acordo com o IBGE

Além das ações de democratização do acesso à universidade, aprovamos, este ano, a Lei 10639, que define a obrigatoriedade do ensino de História e cultura africana nas escolas do Brasil. O MEC, neste ano e início do próximo ano, está realizando seminários estaduais em todo o país, contando com professores, gestores, secretarias municipais e estaduais de educação, universidades e militantes do Movimento Negro para difundir e discutir os diversos ângulos da Lei.

Além disso, o MEC está definindo com as universidades, adaptação das estruturas curriculares dos cursos de educação e construindo instrumentos para a elaboração de material didático e formação de professores, em particular a formação à distância.

Todo esse trabalho está sendo realizado a partir de uma ação integrada entre o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, dirigida pela companheira Matilde.

Digo isso porque o Museu Afro-Brasil, que hoje está sendo inaugurado, por iniciativa da prefeitura de São Paulo, com o patrocínio da Petrobras, vem se somar a esse conjunto de ações que nos aproximam vivamente da África.



Este novo museu vai nos ajudar a preservar o muito do próprio continente africano que ainda existe entre nós, e o tanto que foi mesclado, apreendido e transformado criativamente pelas mãos e pelo talento do nosso povo.

O grande legado dos artistas, artífices, cientistas políticos e demais cidadãos negros que contribuíram para a originalidade e diversidade da cultura brasileira fica, agora, disponível para ser amplamente apreciado e estudado.

Um povo sem memória do seu próprio passado, sem conhecimento de sua história e de sua cultura, não tem como compreender corretamente o presente. E, certamente, terá dificuldade de fazer as melhores opções para a construção do seu próprio futuro.

São Paulo, com esta iniciativa, também homenageia a memória de cidadãs e cidadãos negros que muito fizeram por esta cidade. Entre eles estão André Rebouças, Maria José Bezerra, Teodoro Sampaio, Luís Gama, Nair Teodoro de Araújo e tantos outros. Não falei do nosso querido Emanuel porque ele está vivo, então, ele será homenageado muitas vezes, estando presente.

Quero, por fim, cumprimentar a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, pela iniciativa, e a Petrobras por sua firme atuação no apoio a projetos culturais de qualidade por todo o Brasil. E destacar a generosidade do curador, colecionador e artista plástico Emanuel Araújo, que cedeu 1100 obras de sua coleção de arte afro-brasileira para este Museu.

A democracia contemporânea, para além da política, deve incorporar, na prática, e cada vez mais, as dimensões econômicas e raciais, especialmente, num país de profundas características multiculturais, como é o Brasil.

Meu querido Emanuel, meus companheiros e minhas companheiras,

Quando nós decidimos fazer o Brasil voltar os seus olhos para a África, não era nenhuma atitude de benevolência, e não era porque a África é mais perto do que outros países. Era, sobretudo, porque o Brasil, mais do que qualquer outro país do mundo, tem obrigações históricas, não apenas porque



os negros e as negras trabalharam, neste país, como escravos, durante tantos anos. Temos obrigações históricas pelo que aprendemos, do ponto de vista cultural, com os negros, que eram livres e que foram transformados em escravos para vir trabalhar neste país.

Visitamos mais países africanos, em 22 meses, do que todos os presidentes da República que passaram pela história deste país. E no próximo ano teremos mais cinco países africanos para visitar. Em 2006, mais cinco países para visitar, para que a gente possa visitar, senão a totalidade, a maioria, para ter uma verdadeira integração e parar com essa bobagem de achar que o Oceano Atlântico divide Brasil e África. O Oceano Atlântico é a ligação entre o Brasil e a África. O que nos separou não foi o Oceano Atlântico, o que nos separou foram as mentes colonizadas que dirigiram este país durante tanto tempo, que preferiram dedicar e dirigir os seus olhares para a Europa e para os Estados Unidos, esquecendo dos seus irmãos mais próximos, seja na América do Sul ou na África.

Portanto, nós vamos recuperar essa dívida, para que os nossos filhos, amanhã, tenham orgulho da nossa integração. E que nunca tenhamos vergonha de dizer: “Não tem nada pior, na humanidade, do que a discriminação, seja ela de qualquer tipo mas, sobretudo, a racial”. É inaceitável em qualquer ser humano, que seja cristão ou que seja democrata.

Muito obrigado e meus parabéns a todos vocês. Meus parabéns, Emanuel e meus parabéns à prefeita Marta Suplicy.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 5ª
reunião do Consea – Gestão 2004-2005**

Palácio do Planalto, 26 de outubro de 2004

Não se impressionem com a quantidade de papel. Isso aqui é para deixar vocês preocupados com a quantidade de coisas que eu pretendo falar.

Eu quero cumprimentar os ministros que estão aqui, o Celso Amorim, o Patrus, o Miguel Rossetto, o Olívio Dutra, o Dulci, a nossa companheira Nilcéa, o Fritsch,

Cumprimentar o nosso amigo José Tubino, representante da FAO,
O nosso querido Chico Menezes, presidente do Consea,
O Jacques de Oliveira Pena, presidente da Fundação Banco do Brasil,
E todos os conselheiros e conselheiras,

Quero dizer que, muitas vezes, não basta a gente mudar as leis para as coisas acontecerem num país. Neste plenário a maioria é de mulheres, mas a mesa tem a maioria de homens. E nós temos uma ministra, a única ministra mulher que está aqui, que poderia estar à mesa, todo mundo sabe que tem que estar, mas a cultura fez com que só homens estivessem nesta mesa aí. Da próxima vez a gente vai corrigir, colocando as mulheres no seu devido lugar.

Quero cumprimentar a Maria Emília Pacheco,
A Sônia Lucena,
A Ana Placidino – é isso, Ana? Que nome chique, heim? Placidino.

Vejam que eu já tirei metade do meu discurso fora.

Eu tenho algumas coisas que eu queria falar com vocês, antes de ler o meu discurso. Nós estamos completando 22 meses de governo e o Consea está completando 21 meses, porque foi criado no dia 30 de janeiro. E, a cada mês que passa, é importante que a gente faça uma aferição daquilo que nós



fomos capazes de produzir nesse pouco tempo. Para os adversários é um tempão, para nós é um tempinho.

Mas é assim. Isso é como desapropriar terras no Brasil. Na hora de vender a terra, o cidadão fala: “Eu tenho uma fazendona boa”. Na hora de pagar imposto, ele fala: “Eu tenho uma fazendinha que não vale nada”.

Na política também é assim. Nesses 22 meses, eu fico meditando sobre o que nós já fizemos e o que temos que fazer. E eu estou falando isso para dizer duas coisas para vocês. Em março do ano passado, o governo foi pego com a colheita da soja, sobretudo no estado do Rio Grande do Sul, e um pouquinho em outros estados, mas com 9 milhões de soja transgênica no Brasil.

Foi a primeira medida desafiadora para nós. Nós tínhamos que decidir o que fazer com aquela soja; uns queriam que queimássemos, outros queriam que os chineses comprassem tudo, como se nós pudéssemos mandar os chineses comprar tudo.

E, depois de muita discussão, chegamos a uma medida que foi a melhor para aquele momento. Isso, em março. Em outubro de 2003, depois de quase seis meses de longa discussão, mandamos o Projeto de Biossegurança para ser votado no Congresso Nacional.

Depois de muitas idas e vindas, a Câmara, no dia 4 de fevereiro, aprovou a sua proposta de Projeto de Biossegurança. A proposta foi para o Senado no dia 6 de fevereiro, somente há 10 dias o Senado votou a sua proposta e, como houve grandes modificações em relação ao que foi votado na Câmara, o projeto voltou para a Câmara outra vez. E, agora, vamos aguardar para ver quando a Câmara vai tomar a decisão, porque eu acho que na definição do Projeto de Biossegurança estará definido um grande número de políticas na área ambiental do nosso país.

Eu penso que a Câmara deverá votar, logo depois das eleições, eu não sei se até o fim do ano, porque tem muitas medidas provisórias. O deputado



Rosinha que está aqui pode confirmar, muitas vezes as pessoas se queixam que tem muita medida provisória. Mas acontece que nós não temos como parar. Independentemente de estarmos em processo eleitoral, os ministros precisam que as coisas sejam votadas, aprovadas e, muitas vezes, o caminho é uma medida provisória. Por mim, eu mandaria tudo por projeto de lei. Acontece que nem sempre as coisas são votadas tão rapidamente como nós gostaríamos. Mas espero que em mais alguns meses, possivelmente até o final do ano e, se não der, no começo do ano, a gente tenha esse Projeto de Biossegurança definido para que possamos pensar em outros assuntos importantes.

Uma outra coisa que eu quero dizer é que – eu tinha visto o Oded aqui, quando cheguei, eu não estou vendo mais o Oded – nós fizemos este ano, em São Paulo, um ato criando a Semana da Solidariedade. A idéia básica dessa Semana da Solidariedade é tanto o governo prestar contas das coisas que fez durante o ano para o cumprimento das Metas do Milênio, como também ouvir da sociedade civil as iniciativas que ela tem tomado no sentido de nos ajudar, em muitos lugares, a cumprir as Metas do Milênio. Assim como foi instituído pela ONG coordenada pelo nosso companheiro Antoninho Trevisan um prêmio para valorizar as prefeituras que melhor cuidaram da merenda escolar, em que se inscreveram 383 cidades e onze foram premiadas como as melhores políticas de merenda escolar, nós pretendemos, para motivar as cidades, instituir um prêmio para cada uma das políticas das Metas do Milênio, incentivar a comunidade local a exigir do prefeito, incentivar o prefeito a se interessar em se inscrever numa determinada área e cada ministério, na sua área específica será o responsável por uma premiação que nós faremos, em um dia. Eu disse lá em São Paulo que, quem sabe, este seja o “Oscar” das grandes políticas públicas feitas no Brasil, se conseguirmos criar essa motivação.

Essa idéia da Semana da Solidariedade surgiu porque nós temos um



companheiro, empresário no Rio Grande do Sul, que há sete anos, na sua fábrica, os trabalhadores dão um dia de seu trabalho de graça; ele dá a máquina e a matéria prima e produzem-se roupas para uma comunidade que os funcionários escolhem. Eu já o visitei junto com o Olívio Dutra e com o Miguel Rossetto. É uma experiência. Quem sabe, um dia, a gente tenha a indústria automobilística produzindo durante um dia, de graça, para dar carros para a comunidade.

Como sonhar não é proibido, o exemplo desse empresário, Israel Tevah, é uma iniciativa que eu acho que é uma forma pela qual a gente vai conseguir mobilizar os quase 6 mil municípios brasileiros a se interessarem por isso. E as nossas organizações da sociedade precisam ajudar a fazer a boa pressão, como disse o Olívio Dutra, para que os prefeitos sintam-se motivados.

Eu tive uma boa notícia, na sexta-feira, no Rio de Janeiro – não vou perguntar para que escola de samba vocês torcem – mas aconteceu uma coisa importante este ano: a Portela adotou como enredo para o seu carnaval as Metas do Milênio e eu tive a oportunidade de ouvir a letra, é simplesmente extraordinária. O Celso Amorim ficou com a responsabilidade de providenciar uma coisa com que a Portela está tendo dificuldade, que é arrumar 190 bandeiras de todos os países do mundo. Se ele não arrumar as 190 bandeiras nós teremos então, Tubino, que falar com o Kofi Annan, para ele mandar essas bandeiras. Além do quê, a Portela quer que o Kofi Annan venha desfilando, o que seria uma extraordinária iniciativa.

Uma outra coisa importante, e eu estou falando, sobretudo, para a companheira Placidino, é que nós já tivemos duas conversas com todos os ministros da área social, para que a gente crie uma espécie de pacote de cidadania. Um pacote de cidadania que, de forma preferencial, atenda os assentamentos, as terras indígenas e as terras de quilombolas, levando todas as políticas públicas do governo, que vai da questão educacional à questão do



Luz para Todos, à questão do Bolsa Família, e todas as outras questões que dizem respeito à dignidade humana.

E por que começar por esses setores? Porque são os setores mais excluídos da sociedade. É plenamente possível, nós temos as condições de fazer isso, temos as políticas, temos os recursos, é preciso apenas harmonizá-los. Não basta que a gente tenha 11 bons jogadores para que o time seja o melhor. Às vezes, é preciso ter um certo entrosamento. E nós vamos, até o final do ano, estabelecer essa harmonização para que a gente tenha, com mais contundência, com mais eficácia, essa ação conjunta nesses setores da sociedade brasileira.

Eu espero que a gente já comece o ano tendo esse pacote, que já tem algumas experiências bem-sucedidas. É preciso fazer um pacote completo, porque eu acho que nós temos condições de começar, de baixo para cima, a atender as pessoas mais necessitadas, as pessoas que têm mais pressa.

Eu fico prejudicado porque não ouvi os discursos da manhã, não sei o que o Patrus falou aqui, de manhã. O meu medo é repetir as coisas que eles falaram e vocês dizerem: “Puxa vida, esse governo tem um discurso só. O Ministro vem, fala uma coisa, o Presidente vem e fala a mesma coisa”.

Mas eu queria dizer isso para vocês porque vou entrar em um outro assunto, sobre a questão do controle das nossas políticas públicas, para que elas possam dar certo e funcionar corretamente.

Vocês já sabem, alguns têm acompanhado muito de perto, que nós temos tomado várias iniciativas para incorporar nossas crianças, nossos educadores, as mães e os produtores rurais em muitas de nossas ações.

Eu tive o prazer, por exemplo, de lançar essa semana, aqui, o projeto Cozinha Brasil, uma parceria entre o governo e o SESI, que é um braço dessa estrutura. Trata-se de uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Social com o SESI para formar multiplicadores que valorizem a culinária regional e ajudem a combater a desnutrição. Me parece que foram sete ou oito



caminhões-cozinha que o Ministério e o SESI doaram, já estavam aí as merendeiras que iam ser as educadoras.

O Consea todo sabe do prejuízo com as coisas que nós perdemos no Brasil. São quase 2 bilhões de dólares, devido ao baixo rendimento escolar causado por anemia ferropriva. Parte disso poderia ser evitado facilmente, com noções corretas de alimentação e melhor aproveitamento de recursos regionais.

Eu confesso a vocês que fiquei surpreso, porque no dia em que o Patrus e o Jair Meneguelli vieram entregar os caminhões, as merendeiras fizeram uma quantidade enorme de pratos. E eu só tinha tido uma experiência na vida, com o cunhado do Olívio Dutra, o Edgar, que morou conosco quando éramos deputados, há muito tempo. Um belo dia, ele fez um negócio de casca de abacaxi para eu comer. Eu jamais imaginei que a gente pudesse comer casca de abacaxi.

E, nesse encontro com as merendeiras, eu vi que elas têm uma quantidade enorme, muita coisa, que eu sempre achei que era para jogar fora, mas que se aproveita e se faz alimento de boa qualidade que, por sinal, além de possuir nutrientes, é muito gostoso. Foi uma experiência muito extraordinária essa, desses caminhões. Eu acho, Patrus, que é preciso fazer novas parcerias, para que a gente dê, em todo o território nacional.

Para introduzir esse tema da nutrição na sala de aula, o programa Criança Saudável vai distribuir 54 milhões de cartilhas, além de 700 mil manuais aos professores. É uma história em quadrinhos feita pelo Maurício de Souza, que a gente quer distribuir nas escolas, para as crianças começarem a ter mais noção da sua própria nutrição. A Embrapa será responsável por levar esse esforço educativo para o campo. Eu não sei se tem aqui alguém da Embrapa.

O Patrus acaba de assinar um convênio de 7 milhões de reais para difusão de tecnologias em programas educativos destinados a agricultores



familiares. Trezentos técnicos multiplicadores da Embrapa já estão trabalhando com as comunidades rurais.

Quero lembrar, ainda, que essa arquitetura educativa passa a contar com duas valiosas fontes de informação. A primeira é o Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional, lançado agora em outubro, que vai monitorar o estado nutricional da população brasileira para que possamos medir não apenas os níveis de subalimentação, mas também as taxas de obesidade – que é o meu caso – e as doenças provocadas por dietas inadequadas.

O Ministério da Saúde já capacitou 1.898 municípios e 2.016 profissionais das secretarias municipais de Saúde. O objetivo é colocar um técnico e um computador em postos de saúde de todas as cidades brasileiras para colher e armazenar estatísticas indispensáveis à formulação de políticas públicas cada vez mais consistentes. O sistema permitirá, ainda, fazer o acompanhamento das crianças beneficiárias do Bolsa Família, conforme previsto na regulamentação do Programa.

A mesma preocupação levou o governo a encomendar uma nova tabela da composição nutricional dos alimentos brasileiros, que acaba de ser concluída pela Unicamp.

Por incrível que pareça, até hoje, todas as análises de dieta e subnutrição feitas no Brasil estavam baseadas em indicadores de alimentos similares de outros países. O que é mais uma evidência do enorme descaso que durante muitos anos o Estado brasileiro teve para com o desafio da segurança alimentar.

Meus amigos e minhas amigas,

O que eu quero enfatizar aqui, de qualquer forma, não é apenas o conjunto de nossas ações, mas uma convicção deste governo de que a fome só será de fato erradicada com a mais ampla participação da sociedade civil.

Para superá-la é necessário, antes de mais nada, avançarmos nesse processo de participação. O Consea é um filho que eu vi nascer em 1993, vi



desaparecer em 1994 e vi ressurgir, como se estivesse ressurgindo das cinzas, mas com mais experiência, com mais força, com mais motivação. E quero que vocês saibam da fé e da esperança que eu, particularmente, deposito no trabalho que vocês podem fazer. Não o trabalho de elogio ao governo, mas o trabalho de cobrança, de crítica, de fazer com que a gente acerte sempre ou acerte mais do que erre. É para isso que nós criamos o Consea, não é para falar bem do governo ou do ministro, é para ser sempre a luz de alerta do caminho que a gente não pode seguir e para alertar das boas estradas que precisamos seguir. E o Consea é um exemplo vivo de como isso é importante e dá resultados.

Vou citar apenas dois exemplos, entre tantos, de iniciativas nascidas aqui, nessa reunião de vocês. A primeira boa iniciativa é o PRONAF, o Plano de Safra da Agricultura Familiar. O novo plano, válido para 2004/2005, nos seus primeiros três meses – esse é um dado auspicioso, Rossetto, obviamente foi você que me deu os dados – de julho a setembro, já atendeu 354.151 famílias de agricultores familiares, com créditos R\$ 1 bilhão e 213 milhões de reais. Ou seja, houve um crescimento de 24,7% no número de contratos e de 39,1% no valor aplicado, em comparação com a base recorde de 2003. É importante lembrar que 2003 já tinha sido recorde.

E o que é mais importante nisso é que, agora, com o seguro-agrícola que foi criado, é importante que o Consea saiba: o seguro-agrícola, desta vez, não só vai cobrir a totalidade do financiamento que o companheiro ou a companheira da agricultura fizer, mas, ao mesmo tempo, se o cidadão pegar 2 mil reais no banco e perder a sua safra, além de ter os 2 mil que ele tomou emprestados cobertos pelo seguro, ele vai poder ter acesso a 65% daquilo que era a sua previsão de rentabilidade com a colheita, para que ele possa começar a sua vida e não ficar no zero. Isso é uma coisa importante. É tão importante que eu acho que tinha saído aqui, do Consea. Se não saiu do Consea deve ter saído de alguém que vive “xeretando”, aqui, as reuniões do



Consea e ouviu em algum lugar.

Mas esse é um dado importante porque é garantia absoluta para o pequeno produtor. Ou seja, ele não tem possibilidade de perder, em hipótese alguma.

Desempenho semelhante mostra o Programa de Aquisição de Alimentos. Este ano a Conab já comprou a produção de milho, feijão e farinha de mandioca de 35.508 famílias, num total de R\$ 74,6 milhões. Convênios para aquisição de outros R\$ 22 milhões já foram assinados.

Um ponto alto e importante de vocês saberem é que eu fui a Ji-Paraná, em Rondônia, e na colheita do feijão, o preço da saca estava variando entre 25 e 28 reais, ou seja, o mercado estava jogando muito para baixo o preço do feijão dos nossos companheiros. A Conab entrou e começou a pagar 60 reais. O mercado foi pagando 50 e, quando o mercado pagou o preço ideal, a Conab saiu e deixou as pessoas venderem para o mercado, numa demonstração de que esse é o grande papel do governo, qual seja, tentar induzir o equilíbrio para que os pequenos não sejam prejudicados quando colhem os seus produtos.

Mas um dos pontos que eu quero ressaltar, que é importante e já foi falado aqui, também, é a questão da merenda escolar. Estou vendo aqui a dona Zilda Arns. É uma coisa vergonhosa. Quando foi criada a merenda escolar, o real era igual a 1 dólar, então, na verdade, a merenda escolar valia 13 cents de dólar. Acontece que, a partir de 1998, a partir de 1999, era preciso 4 reais para valer um dólar; então, o que aconteceu é que o valor da merenda escolar foi muito diluído.

Então, o que aconteceu? Desde 1994 não tinha reajuste. Nós nos comprometemos, a pedido dos companheiros do Consea, a reajustar em cerca de 40% - 15% neste final de ano, iniciando a partir do mês passado, e outros 20% a partir do ano que vem, para que a gente possa começar, gradativamente, a recuperar o poder original do valor da merenda escolar.



Eu confesso que quando pediram para aumentar de 13 para 18 centavos, eu não consegui entender como é que alguém conseguia comer com 18 centavos. De qualquer forma, esse é o milagre da multiplicação. Tem gente que consegue fazer, com 13 centavos, uma comida com todas as calorias e as proteínas necessárias para as nossas crianças sobreviverem.

Eu acho que esse é um dado importante, e eu fiquei mais emocionado com o valor que o Chico deu a isso. Eu até achei que era vergonhoso falar para ele: nós vamos aumentar 15% agora. Ele ficou felicíssimo. Eu não sabia que estava fazendo uma coisa com a dimensão que o Consea entendeu.

O resultado da redução do valor da merenda escolar foi a progressiva redução da oferta e a queda na qualidade dos cardápios fornecidos nas escolas, enfraquecendo uma das ferramentas mais abrangentes e eficazes de luta contra a desnutrição infantil.

Eu queria dizer duas coisas para vocês, em função do que tem acontecido esses dias, pela imprensa. Todo mundo sabe que o programa Fome Zero nasceu... e toda vez que a gente começa uma política nova há sempre dúvida, desconfiança se vai dar certo, se não vai dar certo. E nós tínhamos consciência de que se fosse fácil alguém já teria feito. Nós tínhamos consciência de que era um tema extremamente delicado, extremamente necessário e que alguém tinha que começar.

E foi essa a razão pela qual eu fui a Davos, no dia 25 de janeiro do ano passado. Eu havia sido convidado e fiquei imaginando o que eu ia fazer em Davos. Então, eu falei: “nós vamos lá falar da fome, vamos falar da fome exatamente para quem não passa fome”. Falar de fome para quem está com fome é fácil. Agora, duro é você falar de fome para quem não passa fome e nunca viu a fome de perto, nem nas fronteiras dos seus países.

Eu penso que foi a partir daquele encontro de Davos que a gente conseguiu dar uma certa dimensão mundial a um tema que, até então, parecia ser apenas de países de Terceiro Mundo, de países da América Latina, ou de



uma parte da população excluída.

Depois, eu tive outra sorte, na minha vida, que foi ser convidado para ir, em junho, a Evian, no encontro dos 20 maiores países do mundo. E lá, em Evian, eu também me dei conta de que se o Brasil não tivesse elegido um presidente que tivesse a minha origem, possivelmente o tema da fome nunca entraria ali, porque ali não caberia o tema da fome. Estavam ali todas as grandes personalidades que a gente só vê pela televisão, pelos jornais e de repente, eu estava diante deles, igual a eles, e eu podia falar de um tema que só eu poderia falar, eles não poderiam falar, e levantamos a questão da fome. Não é um tema que tem adesões muito rápidas, mas é um tema que tem que ser trabalhado. Tivemos, a partir daí, a idéia de fazer com que na ONU acontecesse um encontro. Quando nós começamos a trabalhar a possibilidade de fazer uma reunião na ONU, tivemos um encontro em Genebra, entre o Kofi Annan, o Chirac, o Lagos e eu, e aí já não era mais apenas o Brasil, já eram quatro países; já não eram apenas países pobres, tinha um país rico; e já não eram apenas governantes, tinha a ONU participando ativamente. E obviamente que, graças à ajuda que tivemos da ONU, do Kofi Annan, sobretudo do Chirac, do Lagos, é que nós conseguimos fazer uma reunião, que acho que poucas vezes, se é que houve em algum outro momento, na ONU, uma reunião daquela magnitude, onde o tema era a fome.

Eu acho que agora que nós demos o pontapé e a partida já começou, a sociedade civil, eu tenho pedido – a Igreja tem um papel importante nisso e, aliás, o Papa tem tido um comportamento exemplar na defesa do combate à fome – e as Igrejas evangélica e católica, o movimento sindical – eu penso, companheiros, que o Fórum Social Mundial que vai se realizar em Porto Alegre precisa definir um ou dois temas para se transformar em bandeira, para eles trabalharem durante o ano inteiro. Porque, senão, o Fórum vai se transformando numa feira de produtos ideológicos, onde cada um vem, compra o que quer, vende o que quer, e a gente vai embora sem ter firmado um



compromisso de que tem uma coisa para fazer durante o ano inteiro, para cobrar dos governantes, para cobrar dos partidos, para cobrar dos parlamentares. O movimento sindical tem um papel muito importante nisso.

Então, nós estamos agora numa fase de convencer a sociedade civil de que essa luta é dela, não é do governo do Brasil. Porque, amanhã, o Brasil pode ter um governo que não queira fazer isso. Então, a sociedade tem que assumir essa bandeira e esse é o trabalho que nós temos que fazer nesses próximos meses, até chegar o próximo encontro de setembro, das Nações Unidas, ou até a gente criar outros exemplos internacionais. Por exemplo, muitos de vocês participam de eventos internacionais, conferências de saúde, todo mundo aqui participa. Então, eu acho que em todas as oportunidades que tivermos, quando um cidadão estiver falando disso ou daquilo, nós poderemos entrar com essa questão, não tem nada mais importante do que isso. Em algum momento, eles vão dizer: “esses caras do Brasil são chatos, esses caras do Consea são chatos”. Mas, vejam, é assim mesmo, nós temos que persuadir as entidades da sociedade civil, a partir das ONG’s, das igrejas, dos sindicatos ou partidos, para começar a colocar esse tema em questão, porque não é apenas a fome pela fome. A fome significa, sobretudo, mudança na ordem econômica internacional, significa que os países pobres precisam ter, definitivamente, ajuda mais substancial dos países ricos. Afinal de contas, muitos países pobres foram colonizados e a razão de sua pobreza é, muitas vezes, 300, 400 anos de colonização.

Nós fomos ao Haiti. O Haiti não tem solução, não tem democracia e precisa ter um mínimo de política de desenvolvimento, e quem tem que fazer isso são os países ricos. Nós temos cobrado, insistentemente, é preciso que haja uma soma definitiva, porque qualquer presidente eleito lá, com o empobrecimento daquele país, vai ter dificuldade de governá-lo. Esse é um tema em que eu acho que nós já estamos no meio caminho, a gente não pode voltar, não tem como não colocar esse tema na ordem do dia, onde a gente



estiver. O Frei Beto, que viaja muito, abriu a boca, discutiu a questão da fome; ele fala muito com a comunidade e com os jovens. Nós temos que ir criando uma consciência porque senão as pessoas falam, falam, e não fica nada no dia seguinte, a gente vai embora e não sabe o que fazer no dia seguinte. Então, como dizia no começo da minha vida política um companheiro meu, antigo, nós temos que dar centralidade às nossas políticas, nós temos que dar priorização a alguns temas para que a gente possa fazer isso criar força.

Eu estou convencido de que hoje, mesmo as pessoas que ainda não concordam já estão perguntando a si mesmas: “será que vale a pena ou não entrar nessa?” e eu acho que vão entrar. Porque a quantidade de presidentes, a quantidade de ministros, a quantidades de ONG’s e até o movimento sindical, pela sua representação maior que estive lá, discutindo essa questão da fome; e o segundo homem do Vaticano esteve presente, significa que há um clima e uma efervescência na coletividade internacional sobre esse tema. Nós temos a responsabilidade de não permitir que a peteca caia. Para isso, nós temos que fazer a nossa lição de casa. A gente só tem, efetivamente, autoridade para cobrar dos outros, se nós estivermos, aqui dentro, fazendo as nossas tarefas.

Eu achei que essa matéria que saiu na televisão, um dia desses, foi importante para nós. Tem gente que achou que a matéria era crítica. Eu acho que nós temos que aprender a aceitar as coisas como elas são. É verdade que todos nós, políticos, gostaríamos que, todos os dias, as manchetes dos jornais fossem favoráveis, os jornais fossem favoráveis, mas não é assim nem na vida da gente. Então, por que a gente vai exigir que os outros façam isso? O que nós temos é apenas que ter a consciência e a certeza de que estamos fazendo o melhor que podemos e que temos toda a sensibilidade para, na medida que descobramos erros, entendermos que são erros, e corrigirmos a trajetória.

De vez em quando as pessoas falam: “Ah, mas o cadastro do Bolsa Família não faz isso, não faz aquilo”. Ora, se até um supermercado importante como o Pão de Açúcar, trabalha com a possibilidade de 1% de roubo,



imaginem num programa que tem 5 milhões de cartões, você pode ter desvio, sim. Você pode ter.

Eu estava vendo, agora há pouco, quando fui almoçar em casa, uma quadrilha de pedofilia, de turismo sexual, que a Polícia Federal prendeu. E uma mãe colocava no site uma fotografia de uma criança, para despertar o demônio sei lá de quem. Mas se tem uma mãe que é capaz de fazer isso, é possível que tenha, também, uma pessoa que não precisa e se inscreva num programa desses. E aí nós vamos precisar, também, ter muito mais consciência para entender que, embora nós todos – e estou vendo a cara de vocês, todo mundo com a cara boa – acreditemos que todo mundo é bom até provarem o contrário, e vamos continuar pensando assim, na hora em que a gente perceber que tem gente no nosso meio que está fazendo erros, que está cometendo uma política incorreta, nós temos que punir essa pessoa. O que ficou provado no Programa é que os prefeitos, sozinhos, não dão conta de um Programa dessa magnitude. E, portanto, nós não podemos prescindir do controle social das políticas públicas que o governo tem que ter. Essa é uma constatação óbvia.

Quando a televisão mostra um político que sabe que na sua cidade só poderia ter mil pessoas num programa e convoca a cidade inteira para se inscrever, essa pessoa não está agindo corretamente, não está sendo leal, não está sendo honesta. Então, quem é que pode controlar? É a sociedade. E mesmo assim, ainda pode ter erros.

Eu estou dizendo isso, meus companheiros, porque nós tivemos uma longa discussão, durante um ano, se ia ter apenas a questão institucional, se era via prefeito, mas nós chegamos à conclusão de que é preciso a gente continuar acreditando que, cada vez mais, vamos ter mais prefeitos comprometidos com determinados princípios éticos. Vamos ter que continuar acreditando nisso e acreditando que é possível, porque senão o povo vai perdendo também a sua crença de votar. Mas, ao mesmo tempo, enquanto a



gente não tem os homens e as mulheres perfeitas para assumir os cargos, um pouquinho de fiscalização da sociedade é uma dosagem razoável para diminuirmos a febre do paciente. Nós temos um compromisso e vamos cumpri-lo.

Este ano nós queremos chegar a 6 milhões e meio de famílias, até o dia 31 de dezembro. No ano que vem, queremos chegar a 8 milhões e 700 mil famílias e, se Deus quiser, em 2006, iremos completar os dados que nós temos, que é de onze milhões de famílias. E eu espero que com o crescimento econômico diminua muito a pobreza. Aliás, o Belik sabe que já tem número demonstrando que têm caído os níveis de pobreza, pouco ainda, mas em alguns lugares já caíram 6% e em outros 3,6%, depois da implantação do Bolsa Família, o que é uma coisa importante. É muito pouco ainda, mas é um sinal muito importante. E vai depender muito de vocês.

Então, Patrus, eu acho que nós precisamos discutir, na nova regulamentação, nas mudanças, como é que a gente vai instituir o controle da sociedade e mesmo, qual é o papel do Conselho Gestor, para que possamos ter certeza, sem querer punir ninguém. Porque, muitas vezes, uma pessoa que ganha 90 é tão pobre quanto uma que ganha 80. Mas, numa escala de valores, acho que quem ganha 80 tem probabilidade de ser mais pobre.

Então, nós queremos seriedade. A questão de exigir que a criança vá ao médico, que a criança vá à escola não é nenhum castigo, não, é um benefício a mais. É um benefício que não tem valor. Não é possível medir em dinheiro o que significa uma criança ir à escola, o que significa uma mãe levar a criança para tomar vacina, o que significa a mãe fazer o pré-natal correto. Isso não tem valor financeiro, a gente não consegue medir em moedas, a gente consegue medir em prazer, em perceber que a pessoa está vivendo mais e melhor. Esse é o nosso objetivo.

Todo mundo aqui sabe o papel que vocês podem jogar para nos ajudar a acertar cada vez mais e permitir que, ao terminar o nosso mandato,



tenhamos a maior política social de combate à pobreza já feita na história deste país. Uma coisa séria, sólida; uma coisa em que o Estado não tenha o controle do cartão, que o cidadão vá à Caixa, pegue o seu cartão e não tenha um político lá, dizendo: “Esse é meu, esse é teu”. É preciso acabar com isso no Brasil.

Então, eu queria que vocês soubessem que eu quero comemorar os 6 milhões e meio neste final de ano. E a cada dia que passa eu quero que vocês saibam que o programa de combate à fome, o programa Fome Zero, o Bolsa Família, essa transferência de renda é, para mim, a coisa mais séria que um governante pode fazer. Obviamente que um governante faz muitas coisas, pode fazer, mas essa é uma coisa muito séria, porque é dar aos que não têm nada, é dar o primeiro respiro para essa parte da sociedade.

Portanto, meu companheiro Patrus, nós temos muito trabalho. Quero que você saiba que eu serei seu parceiro, de navegar em mares revoltos ou não, mas estou convencido que esse Programa vai, cada vez mais, se transformando em motivo de orgulho para nós, brasileiros, no exterior. E a cada ano vai ser mais, porque a gente vai provando que é possível fazer as coisas.

Eu quero, Chico, dizer que eu não esperava que no fim do ano o Consea pudesse reunir tanta gente. Eu estou feliz, não só pela quantidade de membros do Consea, alguns com cabelos mais brancos do que quando os conheci, como é o caso do Maluf, mas também pela alegria de ver tantas mulheres participando tão ativamente. Isso é uma coisa gratificante, e eu acho que vocês serão a mola propulsora do acerto da política.

Nós temos que identificar todos os defeitos das coisas que fizemos até agora, porque nós temos dois meses até o final do ano. E em janeiro, meu caro, nós temos que entrar em campo como o time do Santos, dos melhores tempos do Santos.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de assinatura de decretos de homologação de terras indígenas
Palácio do Planalto, 27 de outubro de 2004**

Meu companheiro Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça,
Meu caro companheiro Miguel Rossetto, ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário,
Minha querida esposa Marisa,
Minha querida Marina,
Meu caro Mércio, meu caro Rolf. O Rolf, do Incra e o Mércio, da Funai.
Com esse nome, o Rolf poderia ser ministro na Alemanha,
Meus queridos deputados José Pimentel, Rodolfo Pereira, João
Grandão, Zezé Ribeiro, Zico Bronzeado,
Meus companheiros, minhas companheiras representantes das nações
indígenas,
Meus companheiros da Funai, do Incra,
Meus companheiros do Ministério da Justiça – pelo menos estou vendo
um aqui, na frente,
Meus amigos e minhas amigas,

As homologações que estão sendo assinadas hoje marcam o
reconhecimento do governo federal a um direito básico dos nossos primeiros
habitantes: a terra.

Estou falando de 14 áreas onde os povos indígenas poderão viver em
segurança, com a proteção do Estado, contra a ameaça da invasão por
colonos, fazendeiros ou garimpeiros.

Mais do que um chão para viver, essas terras indígenas representam
uma garantia de que será possível continuar mantendo viva sua rica tradição



cultural, um modo de encarar o mundo com o qual todos nós temos a aprender.

Os 14 decretos de homologação compreendem um total de 2 milhões e 400 mil hectares. Se somarmos todos os decretos assinados desde o início do governo, já são 47 áreas, compreendendo mais de 7 milhões de hectares de terra.

Nossa média de homologações por ano já é superior a de governos anteriores. Se mantivermos este ritmo – e, certamente, depois de dois anos temos até que aumentar o ritmo –, poderemos chegar ao fim do mandato com muitas terras indígenas homologadas.

É importante ressaltar, porém, que nossa política para os povos indígenas, assim como para os quilombolas, vai além de garantir a posse da terra. Estamos levando educação, saúde e benefícios sociais a estas populações.

Para dar apenas alguns exemplos, já conseguimos reduzir, em muito, a mortalidade infantil. Aumentamos em quase três vezes a verba para a merenda de 136 mil alunos de escolas indígenas. E, através das cotas, já são mil e trezentas as vagas reservadas para índios em universidades federais.

Meus amigos e minhas amigas,

As áreas que estão sendo homologadas hoje representam um porto seguro para integrantes dos povos Mura, Kulina, Tora, Aripuanã e Diahui, além de grupos isolados que vivem na região do Alto Tarauacá, no Acre.

Também estão sendo homologadas terras para dois dos maiores povos indígenas do nosso país: os Tikunas e os Guaranis.

Também tenho que destacar, porque estivemos lá em 1993, a importância da demarcação da terra indígena de Panambizinho, próxima à cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul.

Depois de resistir por séculos à ocupação dos brancos, os Guarani-Kaiowá, que lá vivem, vinham lutando de forma organizada há mais de vinte anos para que a terra fosse homologada.



Durante todo esse tempo, a região foi palco de conflitos freqüentes. Foram inúmeros os suicídios cometidos pelos índios, que viam o seu modo de vida desmoronar na mesma medida em que sua terra era sempre diminuída.

A demarcação dessa terra só ocorreu após inúmeras negociações com os colonos, os índios e outros setores, inclusive os produtores rurais que se opunham fortemente a deixar a região.

A solução foi reassentar os colonos não-indígenas em uma área comprada pelo Incra, também no Mato Grosso do Sul, deixando a Panambizinho apenas para os Guarani-Kaiowá.

A forma pela qual foi resolvido esse conflito é um exemplo de como o governo federal pode atuar para realizar, de forma negociada e pacífica, as demarcações de outras terras indígenas. Tenham certeza de que é este o caminho pelo qual seguiremos adiante.

Quero estender a todos os envolvidos na homologação dessas terras o meu mais profundo reconhecimento. Sobretudo ao pessoal da Funai, aos companheiros do Ministério da Justiça, aos companheiros do Incra e aos companheiros do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pessoas que trabalham com o firme objetivo de encontrar, sempre que possível, uma negociação que possa evitar conflitos, sobretudo onde predomina a violência.

Eu quero dizer aos nossos irmãos índios, às pessoas que neste país se interessam pela causa indígena e que tanto lutam para que as suas terras sejam reconhecidas e aos companheiros do Incra que têm a obrigação de cuidar dos assentamentos dos colonos neste país, que nós escolhemos uma forma de exercitar o nosso mandato e nosso governo que, em alguns momentos, parece mais demorado as coisas acontecerem. Mas, certamente, é o modo mais seguro para que a gente possa concretizar, para que depois não tenha mais retorno, e seja uma coisa sólida, levando em conta a necessidade de se fazer justiça no Brasil. Nós não estamos fazendo nenhum favor quando reconhecemos uma terra indígena; não estamos fazendo nenhum favor quando



reconhecemos uma terra de quilombola e não estamos fazendo nenhum favor quando assentamos um conjunto de colonos neste país. Nós apenas estamos, num momento histórico do nosso país, fazendo justiça para com aqueles que foram vítimas de injustiças durante tantos anos.

E nós iremos acertar muito mais se vocês forem cada vez mais exigentes conosco. Normalmente, aquilo que era considerado bonito quando se era oposição, em que se falava na organização do povo e na cobrança do povo, quando se chega ao governo, você começa a dizer: “Esse pessoal é muito duro, é muito sectário, não compreende, reivindica demais”. Acontece que se não houver esse processo de organização e reivindicação, se não tiver reclamação, quem está num Palácio governando pode achar que está tudo resolvido.

Eu me lembro que viajei com o Marcos Terena em 1982, nós fizemos uma viagem para a Líbia. E eu me lembro que a gente discutia problemas que ainda hoje existem na organização das terras indígenas no Brasil. Nós temos que aproveitar o período que estamos no governo para fazer o máximo e o melhor possível para que, dentro de uma combinação de políticas públicas que vai desde o reconhecimento da terra, demarcação, o assentamento dos colonos e o reconhecimento das terras de quilombos, ao mesmo tempo possamos dar condições para que as pessoas recebam nas suas terras os benefícios que o Estado tem por obrigação oferecer ao povo mais necessitado: educação, saúde e formação profissional para que as pessoas possam, a partir daí, tirar proveito da sua capacidade e produzir para a sua própria sobrevivência.

O ideal para nós, do governo, é que a gente consiga, no menor espaço de tempo – sabem disso a companheira Marina, o companheiro Miguel Rossetto, a companheira Dilma Rousseff, o companheiro Tarso Genro e o companheiro Patrus Ananias – que nós temos, urgentemente, que colocar em prática e iniciar em alguns assentamentos de algumas terras indígenas o



chamado “pacote de cidadania”, para que um conjunto de políticas públicas cheguem ao mesmo tempo em uma terra indígena: a escola, o médico, a formação profissional, a semente para que as pessoas possam produzir, o Bolsa Família, o Saúde Bucal, o Luz para todos, o crédito. É esse conjunto de políticas que vai fazer com que os índios, tendo as suas terras, não precisem mais viver de favores do governo federal, do governo estadual ou de um governo municipal. É esse conjunto de políticas públicas que vai permitir que, depois de assentado, o índio possa, definitivamente, ter conquistado a sua cidadania sem ter deixado de ser índio porque, muitas vezes, a obrigação para que ele receba alguma coisa é abandonar toda a sua cultura e adotar outra. E nós queremos que o índio continue sendo índio, mas tendo qualidade de vida decente e digna, para não viver pedindo ajuda ou favor para ninguém.

E o mesmo estamos fazendo com os quilombolas. São 743 quilombos já reconhecidos no Brasil, são pessoas que estão esquecidas, normalmente nos lugares mais longínquos do interior do Brasil e, se não houver o braço do Estado para fazer chegar esse conjunto de políticas, essas pessoas vão passar mais um século, depois de tantos anos que se aboliu a escravidão, sendo tratadas como escravas ou figuras esquecidas da sociedade organizada.

Por isso estou feliz hoje, estou feliz porque nós temos 22 meses de governo. Para quem é oposição é muito tempo, mas para quem está na situação é pouco tempo. E todo mundo sabe que 22 meses é muito pouco tempo. Mas, todo mundo sabe, também, que nós temos que fazer o máximo possível, no menor tempo possível, com a maior qualidade possível. Porque, também, não adianta fazer as coisas pela metade, anunciar coisas que não acontecem, anunciar terras que depois não vão ser demarcadas e permitir que companheiros índios e companheiros colonos continuem se digladiando por este país afora.

Eu quero dizer para vocês que isso não vai acontecer mais no Brasil. Essas pessoas que falaram para vocês, aqui, são pessoas altamente



comprometidas com a demarcação de terras e com a criação de condições para que vocês possam, utilizando a terra, conquistar a cidadania de vocês e viver condignamente. E isso vale, também, para os assentados e para os quilombos.

De forma que estou feliz, estou alegre com esse trabalho. Eu quero elogiar, outra vez, os companheiros da Funai, quero elogiar os companheiros do Ministério da Justiça, quero elogiar os companheiros do Incra. Porque vocês viram, aqui, o depoimento do Rossetto. Parece uma coisa simples: “Ah, a Funai e o Incra trabalham juntos”. Não trabalham. Muitas vezes, o mesmo governo que cria uma lei para dar um favor, cria uma outra lei para tirar aquele favor. Normalmente, essas organizações do governo nem se conversam.

Depois que a Marina criou a palavra “transversalidade”, no nosso governo, é que estamos colocando um conjunto de ministérios para trabalharem juntos, porque os secretários-executivos nem se conversavam, antigamente. E, agora, a gente está percebendo que, muitas vezes, um pequeno problema a ser resolvido não está em um ministério, está noutro ministério. Então, é preciso comprometer todo mundo com uma política que possa resolver definitivamente o problema.

E quando venho aqui homologar 14 áreas, eu fico feliz porque isso significa que, finalmente, a nossa política de transversalidade está dando certo e, certamente, será uma das razões para o sucesso do nosso governo.

Meus parabéns a vocês. E vamos, quem sabe, convidá-los para outros momentos históricos, em que a gente vai homologar novas terras indígenas para que possamos pagar, de uma vez por todas, a dívida que o Estado brasileiro tem com o povo indígena no Brasil.

Obrigado.



Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República
